

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

**ANTÔNIO CARLOS DRUMMOND MONTEIRO DE CASTRO**

**POLÍTICA E LITERATURA EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS**

**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SÃO PAULO**

**2013**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**ANTÔNIO CARLOS DRUMMOND MONTEIRO DE CASTRO**

**POLÍTICA E LITERATURA EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS**

**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Maria Corrêa Tótoro.

**SÃO PAULO**

**2013**

**ANTÔNIO CARLOS DRUMMOND MONTEIRO DE CASTRO**

**POLÍTICA E LITERATURA EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Maria Corrêa Tótorá.

**Aprovado em:** \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dr. ...– Instituição a qual pertence

---

Prof. Dr. ...– Instituição a qual pertence

---

Prof. Dr. ...– Instituição a qual pertence

---

Prof. Dr. ...– Instituição a qual pertence

---

Prof. Dr. ...– Instituição a qual pertence

**DEDICATÓRIA:**

IN MEMORIAM

JOSÉ MONTEIRO DE CASTRO, MEU PAI.

## AGRADECIMENTOS

Alguns anos depois da minha defesa de Mestrado (1999), a minha orientadora do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Suzi Sperber, me perguntou certa vez: “você não vai dar continuidade aos seus estudos, fazer um doutorado? E eu lhe disse que gostaria muito, mas não tinha nada em vista. De fato, eu namorava um antigo projeto de pesquisa e não queria continuar dedicando-me a Guimarães Rosa. Não consegui. Mas, como dizia Riobaldo, “A vida inventa! A gente principia as coisas, no não saber por que, e desde aí perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada.”

Por isso, foram muitos os que ajudaram e colaboraram de maneiras as mais diferentes possíveis, ao longo do tempo:

Alex Batistas da Costa

Edson Rondon

Evelyn Jacuciel de Miranda

Eladyr Maria Norberto da Silva

Gabriela Reinaldo

Hailton Gonçalves de Pinho

Heloísa Vilhena de Araujo

Giselle Marques

Ivana Versiani

João Caldeira Brant Monteiro de Castro

Leandro Rust

Lúcia Bogus

Márcia Marques de Moraes

Maria Angélica dos Santos Spinelli

Maria José Gordo Palo

Maria Lúcia Paiva dos Santos

Maria Tereza Sadek

Oona Caldeira Brant Monteiro de Castro

Roberto Carlos Carvalho

Siegfried Wenzel

Suzi Sperber

Wanda Nogueira Caldeira Brant

Gostaria de testemunhar o encantamento por várias aulas que tivemos no Departamento de Ciências Sociais da Puc-SP, o que fez reencontrar-me com a minha profissão;

As secretária do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais – Kátia pela atenciosa disponibilidade;

Aos funcionários da Biblioteca de Puc – SP, atenção e disponibilidade;

A Professora Prof<sup>a</sup> Lúcia Bógus e aos colegas do curso de metodologia científica;

A Professora e orientadora Silvana Maria Corrêa Tótora: reconhecimento, compreensão e paciência

Aos Professores Suzi Sperber e Miguel Chaia, qualificadores de primeira, que souberam diminuir a dor;

Ao mestre de Tai-chi Chuan Tradicional, Adriano Carneiro da Rocha, confiança e paciência;

Aos meus companheiros do N/A, só por hoje;

Ao Desembargador Márcio Vidal e colegas da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, refazendo a confiança na justiça;

Aos amigos/as Márcio, Salete, Mirian, Eladir e Dudu, Naldson, Alvanir e Edenir, afeto e presença.

Aos familiares:

aos irmãos Maria Sylvia, Maria Christina e José Augusto e sobrinhos;

aos filhos Aui e Oona; Thais e Cristiano;

e enteados Marcelo e Roberta e filhos, Mônica e Ricardo:

“ Todo o dia o sol levanta e a gente canta o sol de todo o dia...”

A Maria Angélica, entre o silêncio e a palavra encontro amor.

E, por fim, ao Cnpq, pelo importante apoio financeiro que representa uma bolsa de estudos.

*Esta horária vida não nos deixa encerrar parágrafos, quanto mais terminar capítulos*

(G Rosa)

*“Baldo, você carecia mesmo de estudar e tirar carta-de-doutor, porque para cuidar do trivial você jeito não tem. Você não é habilidoso.”*

(G Rosa)

*“Ah, lei ladra, o poder da vida”.*

(G Rosa)

*“ ... e digo que nunca usei a guerra como arte, porque a minha arte é governar meus súditos, defendê-los e, para poder defendê-los , amar a paz e saber fazer guerra. E meu rei não me premia e estima tanto porque entendo de guerra, mas porque também sei aconselhá-lo na paz.”*

(MAQUIAVEL)

*“Percorremos, de passagem, grande lapso de tempo. Para nosso estudo é necessário movimento livre no tempo e no espaço históricos. Para nós, a cronologia precisa é somente um ponto de apoio, não o fio condutor.”*

Ernst Robert Curtius. Literatura Européia e Idade Média Latina.

## RESUMO

O objeto de nosso trabalho consiste em penetrar na obra literária *Grande Sertão: Veredas* sob a perspectiva da política. E, como tal, precisamos partir da mediação do *narrador*, desdobramento do romancista, que comunica o seu pensamento. Narrativa que se utiliza de instrumentais político, jurídico, histórico e intensos recursos literários. Nos últimos vinte anos, a excelência dos estudos e ensaios sob a perspectiva política acerca da obra de Guimarães Rosa vem sendo acompanhada pela conhecida diversidade de temas de seus livros. Riobaldo carrega polissemias em seu nome já destacadas por diversos críticos e ensaístas; de modo semelhante, os seus apelidos. No nosso estudo, Baldo e Secretário indicam o peso e o papel do direito e da guerra no romance que, por sua vez, nos leva a um conjunto de índices que aponta para um modo não habitual de prova: aquilo que pesa pouco, que pouco aparece ou, então, que alguns achados vão sendo deixados estrategicamente ao longo do texto; ou, ainda, índices depurados de sua história. Eles provam mais porque difíceis de serem percebidos; uma vez que sejam, confirmam com mais força aquilo fácil de ver. Essa metodologia se adéqua a uma obra em que as relações subordinadas são enfraquecidas; ou ainda, as relações se efetivam sutilmente, ao modo de um móbile. Através de sua língua própria, o autor nos traz as artes da linguagem e do direito que imprimirão a Arte de Governar.

**Palavras-chave:** Grande Sertão: Veredas. Pensamento Político. Linguagem



## ABSTRACT

This study aims at analyzing the literary work *Grande Sertão: Veredas / The Devil to Pay in the Backlands* under a politics perspective. As such, it sets out to analyze the narrator's mediation to communicate the novelist's thoughts. The narrative makes use of political, legal, historical and powerful literary resources. In the last twenty years, the high quality of the studies and essays on Guimarães Rosa's work under the politics perspective has followed suit the well-known diversity of his books' themes. The polysemy in Riobaldo's name, as well as in his nicknames, has been highlighted by several critics and essayists. In this study, Baldo and Secretario convey the power/force/energy and role of the law and the war in the novel, which, in its turn, leads to a set of indices that points out to an unusual form of evidence: what weighs less, what does not show much or, what has been strategically scattered throughout the text; or, in addition, indices that were sifted out of his own history. They provide stronger evidence because they are difficult to notice; once they are, they strongly validate what is easy to see. This methodology suits a work where the subordinate relationships are weakened; or the relationships are subtly accomplished, in the fashion of a mobile. Through his language, the author gives us the arts of the language and the law, which will set the Art of Governing/the Art of Government/the Art of Governance.

**Keywords:** Grande Sertão: Veredas. The Devil to Pay in the Backlands. Political Thought and Language.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1 Paradigma indiciário.....	35
<b>CAPÍTULO I - O CERZIDOR RIOBALDO.....</b>	<b>36</b>
1 Os pressupostos da narrativa e a constituição do narrador.....	37
2 Riobaldo e o Menino. O MENINO.....	42
3 Uma canoa de peroba.....	43
4 A negação não-privativa.....	45
5 O foco narrativo: o cerzidor dissimulado.....	49
6 O mundo misturado.....	55
7 De Reinado a Diadorim: passagens.....	57
8 O esquisito Riobaldo.....	59
9 Dois logos em fios paralelos.....	63
<b>CAPÍTULO II - FISSURAS PROFUNDAS.....</b>	<b>64</b>
1 Pai e filho.....	65
2 A regente Diadorim.....	72
3 Apontando para a sucessão.....	73
<b>CAPÍTULO III - ATORES E[M]-CENA-M.....</b>	<b>77</b>
1 O pacto.....	78
2 Exórdio.....	92
3 Mandante amizade.....	92
4 Um julgamento e três direções.....	96
<b>CAPÍTULO IV - FICÇÃO E CIDADANIA.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

Ao longo da minha dissertação já havia constatado a presença da política em *Primeiras Estórias* e acenava, ao concluí-la, a minha intenção de abordá-la em um doutorado (MONTEIRO DE CASTRO, 1999). Não sabia, no entanto, que pelas mãos de Guimarães Rosa eu me reencontraria com o Pensamento Político Moderno, mais especificamente com alguns aspectos daquilo que Quentin Skinner denominou suas “fundações” em seu livro, talvez, mais renomado (SKINNER, 1996). A procura de um pensamento que tivesse a ação como fulcro e a graça como forma de envolvimento, levou Rosa a procurar na retórica e no humanismo a sua expressão; ali, onde a literatura, a história e a política ainda operavam juntas. Pensamento que permite refazer caminhos, retomar linhas de ação e pensamento de tal modo que podemos dizer que pensamentos quase extintos, vencidos ou estranhos a nós instauraram possibilidades, vistas contemporaneamente, como merecedoras de análise e avaliação. Nesse sentido, a História não se apresenta como uma evolução linear, tomando as interrupções um lugar de grande importância para a sua compreensão. Ainda nesse sentido, a política retoma algumas de suas mais preciosas características – inventora e re-inventora de caminhos e ações. Assim, *Grande Sertão: Veredas* não expressa a alma brasileira; ao contrário, o leitor encontra, nele, o configurador do melhor de suas possibilidades. E isso me parece ser o maior elogio à política.

Assim, iniciávamos o nosso projeto *A Arte de Governar. Retórica e Humanismo em Grande Sertão: Veredas*. Porém, a partir de mais pesquisas e diálogos com a professora orientadora Silvana Tótora e os professores da banca de qualificação os achados se multiplicaram e revolveram as nossas intenções originais; não bastavam identificar, correlacionar os textos e analisar indícios. Era preciso algo como a “sobrecoisa” que tanto atormentava Riobaldo.

Um velho jagunço narra a sua história, mais propriamente, a sua *Estória* do Sertão para um Doutor da cidade. Muito habilmente, o autor implícito introduz o leitor através de um homem *de terceira idade* que traz uma visão duplamente contemporânea: a do passado, pela memória; e do presente, pela avaliação de seus atos. Assis Brasil, em seu livro dedicado ao escritor de Minas Gerais, contesta aqueles que denominam Riobaldo de intelectual e o faz de maneira percuciente. Diz o crítico:

Riobaldo é apenas um instintivo, um primitivo, um sábio em sua pureza analítica. A sua inquirição é a inquirição do homem em qualquer estágio cultural. É

o sertão que interroga por meio de Riobaldo. Êle não é um analista lógico nem conclui coisa alguma, nenhum pensamento inquiridor encontra um alvo definitivo. Daí êle não ser um intelectual, mas um observador e perguntador, o que está mesmo na essência do homem” (ASSIS BRASIL, 1969, p. 43).

Percuciente porque primitivo e instintivo significam também espontâneo e original, traços que o fazem distinguir-se. Eles afiguram-nos mais exato por Assis Brasil sublinhar que “as falas e expressões de *Grande Sertão: Veredas* ainda não atingiram um estado estrutural fixo... O romancista, como que nos apresenta o processo criador mesmo de uma língua, focaliza no ponto exato o nascimento dos vocábulos e de expressões necessárias ao seu mundo.” Ainda segundo o crítico gaúcho:

Para a transposição integral das fases primeiras de uma língua nascente, João Guimarães Rosa sentiu a necessidade de ficar ‘de fora’, e deixar que os fenômenos lingüísticos se processassem espontaneamente, através de seus personagens. Êles é que fazem a língua de João Guimarães Rosa. Em nenhum momento localizamos o escritor, o intelectual, tentando por algum meio, dirigir as suas criaturas (ASSIS BRASIL, 1969).

O escritor, muito habilmente, desdobra-se em dois autores implícitos: o doutor – que apenas escuta e anota - e o velho jagunço narrador. Trata-se do diálogo entre um “homem rústico” e “um escritor”, “*démarche*” extraída do I Ching, de profundas implicações na sabedoria chinesa. Constitui-se o que Richard Wilhelm denominou “linha e sentido”. Diferem da ‘forma e conteúdo’, como usualmente se entende no ocidente, embora deles se assemelham, em alguma medida. Wilhelm penetra no hexagrama Pi - a graciosidade<sup>1</sup> - para sacar o espírito da arte e o faz, não o congelando, mas sob o “fluxo das mutações”. Essencialmente, a “linha [para os chineses] é o que se dispõe a assumir uma forma; é o que vai se forjando e remodelando como um jogo contínuo. Contudo, justamente por isso, por implicar a possibilidade, a disposição e a necessidade de ser modelada, a linha é brincalhona em seu eterno fluir, e não realiza nada de duradouro” (WILHELM, 1993, p. 47). O conteúdo ou matéria não seriam a substância, mas o próprio sentido - o Tao - e a sua virtude de dar e tomar forma. Não se trata de algo de fora, mas, ao contrário, “do princípio vital, a força inerente que confere à linha o seu verdadeiro significado, submetendo a forma a uma ordem, de modo que cada coisa ocupa o espaço que lhe é apropriado” (WILHELM, 1993, p. 48)

Deste modo, não é de se estranhar a afirmação de Confúcio de que a “matéria é mais essencial que a linha”. E, muito menos, a de que “na pintura, a simplicidade representa o auge da perfeição” (WILHELM, 1993, p. 48). Nem um quê a mais pode ser colocado, sem se tornar

<sup>1</sup> *I Ching*, hexagrama 22.

excessivo; a inclinação de dar peso maior à forma seria a negação do próprio sentido e isso não se aplicaria somente à pintura, mas a outras artes, também. Transcreveremos o comentário a seguir, a nosso ver, um ponto de suma importância:

[...] o homem no qual o significado prevalece sobre a linha é um homem ‘rústico’; ainda não é um detentor da cultura. Poderá chegar a adquirir cultura, contudo encontra-se numa fase em que ainda ‘não a alcançou’. E ‘aquele que enfatiza a linha em vez de a substância é um escritor’ - diríamos que essa pessoa é um homem civilizado. Passou por um estágio cultural, mas sua cultura é mecanizada, não tem vida. Somente onde a forma e o conteúdo, onde a linha e o sentido se interpenetram, projetando-se constantemente em mútua expressão, floresce a cultura e acontece a arte suprema” (WILHELM, 1995, p. 48).

Estamos diante de uma daquelas oposições que permeiam a obra de Guimarães Rosa já observadas por críticos diversos<sup>2</sup>. A oposição constitui um pilar da estrutura e composição da obra roseana, especialmente de *Grande Sertão: Veredas*. Liga-se às constantes referências ao “sentido do meio, do ir-e-vir, da travessia” (SPERBER, 1982, p. 141).

[...] as oposições caos x cosmos, demonismo x messianismo, mitos x logos, trama x metalinguagem, influências filosófico-religiosas ocidentais x influências filosófico-religiosas orientais aparecem repetidamente ao longo do texto, mantendo-se sempre como oposições, entre si e entre umas e outras. Forma-se uma complicada teia de oposições que não se resolve a não ser na medida em que se organiza em torno do tema do centro - hierofania – e da estrutura do livro [...] (SPERBER, 1982, p. 142)

Neste centro organizador,

“reúnem-se o plural e o contrário e se estabelece ao mesmo tempo a cisão entre as partes. No *centro* está o ponto final – e a volta. É reflexo, refletido e refletor e, ao mesmo tempo, de fusão entre o micro e a macroestrutura de *Grande Sertão: Veredas*” (SPERBER, 1982, p. 142).

E Riobaldo, o narrador, nomeia este centro: Sertão.

No Sertão, uma região de domínio oligárquico – o famigerado “coronelismo” -, de “coronéis” conhecidos por seus desmandos (MATA MACHADO, 1991), Guimarães Rosa, elege um grupo potencialmente não democrático – os jagunços – para constituir o núcleo de sua narrativa e liderança na passagem para uma modernidade. Eles se distinguem: “... jagunço era que perpassava ligeiro: no chapadão, os legítimos coitados todos vivem é demais devagar, pasmacez. A tanta miséria. O chapadão, no pardo, é igual, igual – a muita gente ele entristece; mas eu já nasci gostando dêle. As chuvas se temperaram... (GSV, p. 28). Para

<sup>2</sup> Ver entre outros: Sperber, 1982; Roncari, 2004; Ronai, 1972; Galvão, 1972.

Riobaldo, a mobilidade constitui qualidade. De que ela se trata? Segundo Wilhelm, na sabedoria chinesa, a liberdade é compreendida como devoção ao movimento” (WILHELM, 1995, p. 63).

Historiadores e cientistas sociais portam outra forma de conhecimento. Na sociedade brasileira, marcada por forte herança escravista, os “herdeiros” dos então chamados homens livres, se constituíram naquilo que Antônio Cândido denominou de “agregados, posseiros e desbravadores, que se estabilizariam em grande parte no nível de sitiante, mas que formariam também os valentões, autônomos ou a soldo [...]” (CANDIDO apud GALVÃO, 1978, p. 7). Segundo John Wirth,

[...] para os homens dependentes da mão-de-obra rural barata para obter suas margens de lucro, o chamado “problema da vadiação” foi uma obsessão. Em resposta a um questionário do estado [de Minas Gerais] em 1894, diversos fazendeiros afirmaram que o transporte e a vadiação eram os dois maiores obstáculos à agricultura mineira. Consideravam os trabalhadores volúveis, não confiáveis e desleais, todos querendo viver da terra na ociosidade – em resumo um problema social para as autoridades. Nas palavras de um fazendeiro, ‘é dever da sociedade colocar estes miseráveis filhos da floresta sob regime de trabalho fixo, modificando assim seus hábitos grosseiros (WIRTH, 1982, p. 80).

Segundo outro líder fazendeiro,

[...] Antes de tudo, precisamos empregar nossa vasta população brasileira no trabalho. Em vez de labutar com os implementos agrícolas, esses homens – uma população flutuante – carregam armas de fogo e facas, atemorizando as fazendas e inquietando o campo, brigando e roubando em seu caminho” (WIRTH, 1982, p. 80).

Um tanto à margem do circuito principal – agroexportador – Minas teve neste período “um crescimento irregular, moderado... [e] não participou totalmente nem obteve grandes benefícios do mercado interno nacional em expansão, resultado do crescimento baseado na exportação, [diferentemente] de Pernambuco e de São Paulo. Um “mosaico de sub-regiões”, segundo WIRTH, (1982, p. 77), o Estado se formou e desenvolveu desigualmente, de forma descontínua. As regiões abrangidas pelo livro também se pautaram por esta tendência:

A maior parte do vale do Rio São Francisco geograficamente faz parte do sertão brasileiro, que se alonga além da Bahia e Pernambuco, atingindo o Ceará. De fato, a parte norte de Minas foi administrada a partir de Salvador, Bahia, até 1750; quase todas as suas exportações atravessaram Salvador até o presente século. O oeste pertencia à fronteira colonial do gado, estendendo-se da Bahia a Goiás. (WIRTH, 1982, p. 41).

O Norte... seguiu o curso da economia de estâncias do século XVII, salvo uma corrida de diamantes (depois de 1830). Suas velhas cidades se estagnaram nas margens dos vastos latifúndios até a chegada da estrada de ferro no final da década

de 1920. O oeste exportou gado para o sul, sendo que suas cidades interligavam-se por meio de velhas trilhas de gado e, no presente século, por estradas de ferro e rodovias. (WIRTH, 1982, p. 43)

A agricultura de subsistência e as grandes estâncias dominavam o norte de Minas. Por falta de transportes, a produção só pôde ser enviada ao sul, para o crescente mercado de Belo Horizonte, na década de 30. O algodão, um produto tradicional do norte, nunca conseguiu satisfazer às expectativas por causa do baixo controle de qualidade. (WIRTH, 1982, p. 45)

Há uma profunda modificação histórica no Brasil durante a época de que trata o romance. No caso mineiro, “as linhas de força do estado se curvaram em direção sul...” (WIRTH, 1982, p. 43) mais no sentido do estado de São Paulo, particularmente sua capital, de um lado e, de outro, Belo Horizonte. No que diz respeito à nova capital mineira, a sua edificação iria integrar o norte e o sul de Minas através de estradas de ferro, como a D. Pedro II; em 1905, o trem já chegava a Curvelo, por muitos denominada a boca do sertão (MATA-MACHADO, 1991, p. 116).

A mudança da capital Mineira para Belo Horizonte significou o solucionamento de uma ameaça à unidade de Minas Gerais. A cultura cafeeira constituiu o principal fator de desenvolvimento das zonas da mata e sul do estado; esta última ligou-se a São Paulo por geografia e economia, tornando-se o polo mais dinâmico. O norte, tradicionalmente ligado à Bahia, através do Rio São Francisco, viu fortalecida esta ligação pela “conclusão da estrada de ferro que ligava Juazeiro a Salvador e pela implantação da navegação a vapor” (MACHADO, 1976, p. 116) controlada desde 1888 pelo governo baiano. A diferença entre os estados de Minas e São Paulo aumentara consideravelmente. Segundo Wirth,

O estado vizinho, São Paulo, progrediu mais do que Minas na década de 1890 e, após esta época, a distância entre as duas economias ampliou-se ainda mais. Em 1920, o produto agrícola e industrial bruto de São Paulo era o dobro do de Minas. Desenvolveu-se uma relação neocolonial que os mineiros não conseguiam inverter: Minas deixava partir pessoas e matéria-prima. São Paulo enviava manufaturados e alimentos processados (WIRTH, 1982, p. 39).

Mina encontra-se “no limiar do centro-sul” (WIRTH, 1982, p. 34). Não conseguindo constituir-se em um polo econômico suficientemente poderoso, viu-se forçado a mover-se mesmo naquelas regiões “atacadas” por aquilo que Caio Prado Jr (1965, p. 4) denominou de “atonia econômica, e, portanto ‘vital’, em que mergulha a maior parte do território do país”. “No Vale do São Francisco, a extração de latex da mangabeira e da maniçoba” [...] guardava semelhanças com aqueles traços do Sentido da Colonização, delineados por (PRADO JUNIOR, 1965): “pequena duração do ciclo econômico, extração predatória e exploração da mão-de-obra nordestina” (MATA MACHADO, 1991, p. 118).

“Explorada intensamente entre 1890 e 1915, e tendo Januária como principal porto exportador de Minas Gerais, a borracha, a princípio, era mandada para Salvador, via Juazeiro, e passou a ser, a partir de 1911, enviada para o porto de Rio de Janeiro” (MATA MACHADO, 1991, p. 118). O que causou enorme satisfação ao Seo Assis Wababa “.. com o que o Vupes noticiava: que em breves tempos os trilhos do trem-de-ferro se armavam de chegar até lá, o Currallinho então se destinava ser lugar comercial de todo valor” (GSV, p. 97)

Guimarães Rosa lastreia a sua obra de dados históricos mas, como Antônio Cândido observou, logo depois da publicação do romance: “[...] o autor quis e conseguiu elaborar um universo autônomo, composto de realidades expressionais e humanas que se articulam em relações originais e harmoniosas, superando por milagre o poderoso lastro de realidade tenazmente observada, que é a sua plataforma” (CANDIDO, 1991, p. 294).

Este lastro histórico faz de nós, leitores, uns transeuntes em suas obras, capazes de identificar traços, episódios, acontecimentos e personagens dependendo da nossa curiosidade e bagagem de conhecimentos. Luiz Roncari, em seu recente livro dedicado às obras do “primeiro Guimarães” (RONCARI, 2004, p. 13), isto é, escritas “durante o período do ‘desenvolvimentismo getulista’ identifica em Joca Ramiro traços de antigos senhores de engenho, a magnanimidade de D Pedro II e o “pacifismo” de Rio Branco; em Zé Bebelo identifica, Rui Barbosa (RONCARI, 2004). O autor chega mesmo a considerar um período como o mais marcante: “A partir deste modo de ver e de reconhecer no Grande Sertão também uma teatralização de nossa vida político-institucional, o momento mais emblemático da Primeira República em que esses três paradigmas, representantes de três forças distintas, defrontam-se como diferentes linhas de conduta é o dos anos de 1909 a 1914”[...] (RONCARI, 2004, p. 239).

Isso não exclui que Roncari lance mão, também, da mitologia grega em suas explicações. Segundo esse autor, Rosa traduz o modernismo de modo heterodoxo e pessoal. Ao contrário da vanguarda dos anos 20 que preferiu utilizar-se da mitologia indígena – ‘brasileira e hispânica-americana’ – ele reatualizou figuras mitológicas gregas, utilizando-as seja de forma a realçar a nossa tradição ocidental - especialmente a da narrativa - seja de modo crítico. No capítulo denominado “O Tribunal do Sertão”, Roncari pergunta:

Por que narrar um episódio como o do julgamento de Zé Bebelo, tão significativo e central no desenvolvimento épico do romance, numa forma dramática, seguindo as prescrições clássicas aristotélicas de unidade de lugar, o tribunal armado diante da casa-grande, de tempo, o da sessão do julgamento, e de ação, o ritual e processo do julgamento? Além de se constituir também num drama singular, já que os espectadores se reúnem num corpo coletivo e participam dele



como um ator, lembrando, em alguns momentos, o papel desempenhado na tragédia grega. A “jagunçama” forma mais do que uma platéia, a sua composição num corpo equivale, de certa forma, à emergência controlada do *povo-massa*, de Oliveira Vianna, na cena histórica do país (RONCARI 2004, p. 297).

Considerado como marco na fortuna crítica de *Grande Sertão: Veredas*, Antônio Cândido coloca parâmetros de análise, em *O Homem dos Avelhos*, que perduraram desde então. O mais notável deles, “a absoluta confiança na liberdade de inventar” constituiu-se como característica ímpar do romance, de que lado seja o ângulo de análise.

“Para o artista, diz o crítico Antônio Cândido,

[...] o mundo e o homem são abismos de virtualidades, e ele será tanto mais original quanto mais fundo baixar na pesquisa, trazendo como resultado um mundo e um homem diferentes, compostos de elementos que deformou a partir dos modelos reais, consciente ou inconscientemente propostos. Se o puder fazer, estará criando o *seu* mundo, o *seu* homem, mais elucidativos que os da observação comum, porque feitos com as sementes que permitem chegar a uma realidade em potência, mais ampla e mais significativa” (CANDIDO, 1991, p. 295).

O autor fala de “observação comum”, mas Norbert Elias, em seu livro *Introdução à Sociologia*, chama a atenção para dificuldades defrontadas pela sociologia. Segundo ele, muitas delas, “deve-se não à complexidade do campo de investigação que elas procuram elucidar, mas ao tipo de conceitos usados.” O autor observa ainda que,

“as nossas línguas são construídas de tal modo que muitas vezes só conseguimos expressar quer o movimento quer as mudanças constantes, de uma forma que lhes confere as características de um objeto isolado em descanso e, depois, quase como uma explicação, acrescentamos um verbo que exprime que o objecto possuidor dessa característica está agora a mudar. Por exemplo, junto de um rio vemos o fluxo perpétuo da água. Porém, para dominarmos conceptualmente este fato e para o comunicarmos aos outros, não dizemos ‘vejam o fluxo constante de água’, mas sim ‘vejam como o rio corre depressa’.”ELIAS, 1980, p121)

Depois de enumerar outra série de exemplos, o autor denomina de ‘redução-processual esta redução de processos a condições estáticas’. E diz ainda, “para quem sempre usou essa língua. Muitas vezes se imagina ser impossível pensar ou falar de outro modo. Mas isso não é correcto. Os linguistas mostraram que muitas línguas têm estruturas que tornam possível uma assimilação diferente de tais experiências” (Elias, 1980, p. 122)

Na nossa dissertação de mestrado, pudemos confirmar que a língua chinesa constitui uma delas. Richard Wilhelm observou que, ao contrário da filosofia ocidental que tem na ontologia a sua questão central, a mutação constituiu a base da sabedoria chinesa. Segundo ele,

A postura chinesa é intermediária entre o Budismo e a filosofia existencial ocidental. O Budismo resolve toda a existência considerando-a uma mera ilusão, e a filosofia do Ser concebe a existência como uma realidade autêntica oculta pela ilusão do vir-a-ser – o que os torna, por assim dizer, dois polos opostos. O pensamento chinês busca a conciliação, acrescentando o elemento temporal: as duas condições, irreconciliáveis entre si, encontram-se no tempo e se conciliam ao se sucederem, alternativamente, cada qual transformando-se na outra. Esta é, então, a idéia fundamental do *Livro das Mutações*: oposição e união são geradas em conjunto no tempo. (WILHELM, 1993, p. 7)

No julgamento, em *Grande Sertão: Veredas* há um diálogo em que esta questão é claramente colocada:

-“Preso? Ah. Preso... Estou, pois sei que estou. Mas, então o que o senhor vê não é o que o senhor vê, compadre: é o que o senhor vai ver...

- Vejo um homem valente, preso...— aí o que disse Joca Ramiro, disse com consideração.

- Isso. Certo. Se estou preso... é outra coisa...

- O que, mano velho?

- ... É, é o mundo à revelia!...” (GSV, p. 194)

Na nossa dissertação, chamávamos a atenção que embora tenhamos identificado “uma conjunção da sabedoria chinesa com a evolutiva tessitura da prosa poética de Guimarães Rosa, isso não nos levaria, como poder-se-ia supor, a uma unidimensionalidade em suas obras. Elas constituem-se - à semelhança das camadas geológicas da terra - de camadas que se superpõem, se mesclam e estabelecem um diálogo contínuo entre o oriente e ocidente, entre as épocas atuais e antigas, entre vários estilos mostrando que as divisões, quando aprofundadas e transformadas, podem ser superadas” (MONTEIRO DE CASTRO, 1999, p. 13).

Exatamente. Qual não foi a nossa surpresa ao descobrirmos, dentre as várias questões surgidas das leituras de *Grande Sertão: Veredas* colocadas para nós – políticas, culturais e de linguagem – profusas respostas surgidas do Medievo Tardio e Renascimento Italiano.

Como o fizemos na nossa dissertação, numa obra literária, partamos da linguagem, da língua, precisamente. Façamos nossas, as palavras de Willi Bolle:

Em todo caso, qualquer que seja a opção de leitura de GSV – existencial, metafísica, histórica etc – nenhuma escapa ao desafio que interpretar uma grande obra é também uma tarefa artística. No campo da interpretação sociológico-histórico-política, por exemplo, tomar a obra como expressão de determinadas intenções temáticas “externas”, sem considerar seus dispositivos formais mediadores, seria metodologicamente insuficiente, pois nesse caso a leitura passaria por cima do essencial: a especificidade e a irredutibilidade do conhecimento contido no *medium* da forma estético-literária (BOLLE, 2004, p. 21).

Esta foi a questão que Heloísa Starling provocou, ao abordar *Grande Sertão: Veredas* a partir de clássicos do pensamento político, identificando, interpretando e discutindo passagens e aspectos suscitados. No entanto, a autora não incluiu o próprio ato da narração. Um exemplo, em relação ao segundo problema, reside na abordagem que fizemos em nosso artigo sobre o “juízo” (MONTEIRO DE CASTRO, 2007, p. 96). Segundo alguns leitores, nele não ficaram esclarecidas algumas questões, referentes ao papel e peso da lei, por nós consideradas bem desenvolvidas. Num pensamento em que não há descontinuidade entre o céu e a terra e, portanto, metafísica, não se requer Lei nem Deus (GRANET, 1997). Neste sentido, a abordagem sob o ponto de vista do Direito fica prejudicada, já que o costume sob a forma de rito domina a cena política chinesa por volta do início do século III a C. A decisão de Joca Ramiro de instaurar o juízo, sob o olhar da sabedoria chinesa reside, em parte, no costume de atribuir ao Soberano a iniciativa de inovar a arte de governar (GRANET, 1997). Na presente abordagem, a iniciativa de julgá-lo surge após Riobaldo impedir que o mate. O Cerzidor<sup>3</sup> costura as diferentes linhas de atitudes e comportamentos, como os fizeram Riobaldo, Joca Ramiro e Diadorim. Se, no pensamento chinês, a política é considerada como se colocar no lugar e tempo exatos, de forma a estar no fluxo dos acontecimentos, então cada um deles se comportou precisamente. Seja a partir de que lado for, o Soberano Joca Ramiro compreende a importância e translada o juízo para um local pleno de conotações simbólicas nomeado de “a Fazenda Sempre-Verde” e sob o domínio de uma Casa-Grande (RONCARI, 2004, p. 298).

A leitura de *Grande Sertão: Veredas* assemelha-se ao desígnio de um poema de Drummond: “ele faz acordar os homens e adormecer a criança” [que temos em nós] (DRUMMOND DE ANDRADE, 1964, p. 221). Sim, porque a invenção serena e certa precisa constituir-se no centro de nossas responsabilidades para superar crises políticas e culturais, vistas não mais como patológicas. Mas, a crise, momento de maior risco e de maior oportunidade segundo um ideograma chinês, vai muito além disso: atinge a chamada “esquerda” - a tradicional, principalmente – e em seu cerne, a própria civilização que a produziu.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Kathrin Rosenfield sacou a importância do apelido: “Trata-se, portanto, de desemendar e remendar, de tecer e de ‘cerzir’, enfim, de construir com elementos descontínuos e em si mesmos insignificantes, a imagem de uma ‘catástrofe’ fundamental da existência humana, a da ‘matéria vertente’, isto é, das reviravoltas não apenas individuais mas inscritas em todas as coisas e experiências provenientes da condição humana.” (ROSENFELD, 1993, p. 12). No entanto, ao atribuir pouco valor aos “elementos insignificantes” e, também, de seu cerzimento agregador das diversas sabedorias, filosofias, religiões, etc., expresso na linguagem, nós nos distanciamos.

<sup>4</sup> “Chega mais perto e contempla as palavras. Cada uma/ tem mil faces secretas sob a face neutra/ e te pergunta, sem interesse pela resposta,/ pobre ou terrível, que lhe deres:/ Trouxeste a chave.” (DRUMMOND DE ANDRADE, 1964, p. 138 ).

Em um contexto diferente, embora também nos diga a respeito, E. P. Thompson afirma:

Como o capitalismo (ou seja, o ‘mercado’) recriou a natureza humana e as necessidades humanas, a economia política e seu antagonista revolucionário [“o homem econômico rebelde da tradição marxista ortodoxa”] passaram a supor que esse homem econômico fosse eterno. Vivemos o fim de um século em que essa idéia precisa ser posta em dúvida. Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano. Isso não poderia até nos preparar para uma época em que se dissolvessem as necessidades e expectativas do capitalismo e do comunismo estatal, permitindo que a natureza humana fosse reconstruída sob uma nova forma? É possível que eu esteja querendo demais [...] (THOMPSON, 2005, p. 23).

Reconstrução semelhante faz Guimarães Rosa. Ponto de partida e caminhos diferentes, mas o “mal estar da civilização” apontado está lá. A reconstrução minuciosa e empática do sertão, do sertanejo e de sua vida – a “matéria vertente” – se faz espantosamente presente. Uma vez instaurada a afeição pelos personagens, reconhece-se a sua razão. E imediatamente, o leitor, suspendendo o seu julgamento, avoca a vitalidade, a alegria e a beleza e rompe com o secular racha da sociedade brasileira. De posse, muitas vezes precariamente, dos meios de socialização reconhecidos, o “homem [sertanejo] é o *eu* que ainda não encontrou um *tu*; por isso ali os anjos ou o diabo ainda manuseiam a língua” (ROSA, 1981, p. 86).

A sua graça e potência contribuíram em muito para isso. No prefácio à *Antologia dos Contos Húngaros* pouco conhecido e citado, intitulado “Pequena Palavra”, Rosa (1958) denominou a língua húngara de “... menos ‘da lei’ que ‘da graça’; uma língua para homens muito objetivos, ou para poetas” (ROSA, 1958, XXIV). No caso da língua chinesa, pudemos confirmar em nossa dissertação, ela porta frescor, vitalidade e movimento. Ela possui condições de trazer para nós uma razão não pecuniária<sup>5</sup>; uma razão e um conhecimento que não incompatibilizem a experiência com o sagrado e a magia. Mas a língua e a sabedoria precisam ser “traduzidas”. Rosa observa que, a despeito da sua qualidade como tradutor, Paulo Rónai prioriza o abrasileiramento da língua húngara. Ele teria preferido o inverso; tradução mais centrada nos recursos magiares. Desta forma, a nossa língua adquiriria algumas das qualidades da língua húngara: “uma língua in opere, fabulosamente em movimento, incoagulável, velozmente evolutiva, tôda possibilidades, como se estivesse sempre em estado nascente, avante, revoltosa”... (ROSA, 1958, XXIV). De forma semelhante, a receptividade da língua e sabedoria chinesas por parte das ciências sociais também teria este papel a

<sup>5</sup> Como bem observou WRIGHT MILLS (1974) em seu penetrante ensaio – *The Language and Ideas of Ancient China* – sobre *La Pensée Chinoise*, de Marcel Granet.

desempenhar. “Eficácia”, ação e não-ação e muitas outras categorias viriam emprestar, com suas conotações diferentes, àquelas condições de apreender as relações sociais, políticas e culturais com movimento e vitalidade desconhecidos. E assim, entraríamos, nós, cientistas sociais, em acordo com Norbert Elias e Riobaldo:

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão. (GSV, p. 21)

Já havíamos, então, identificado no nome polissêmico de Riobaldo, o do legista **Baldo** degli Ubaldi, notável por seus estudos sobre a cidadania e soberania na Idade Média Tardia (SKINNER, 1996, p. 31), questões cruciais para a liberdade das cidades do norte italiano, principalmente a cidade de Florença. Um pouco mais tarde, encontrávamos a obra de Joseph Canning (1987), *The Political Thought of Baldus de Ubaldis*, que aborda extensivamente a soberania; a cidade-populus, como pessoa jurídica corporativa e o homem político; leitura que, por sua vez, nos levou ao artigo *Ars Imitatur Naturam: a consilium of baldus on naturalization in florence* de Julius Kirshner (1974).

Algumas das questões levantadas por Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas* assemelham-se àquelas da Soberania, Cidadania e Liberdade das cidades italianas:

A jurisprudência italiana passou por uma metamorfose na primeira metade do século XIV. Soluções inovadoras foram adaptadas para resolver problemas legais perturbadores gerados por convulsões econômicas, sociais e políticas do final da Idade Média e pelo urbanismo do Renascimento. Uma das doutrinas mais fundamentais construídas nesse período centrou-se na lei da cidadania adquirida (*civilitas acquisita*), que hoje é conhecida como naturalização (KIRSHNER, 1975, p. 289)

Nas cidades do norte da Itália, de então, havia uma “máxima jurídica” que dizia “*origo non potest mutari*”. Até que ponto um natural de uma cidade poderia adquirir direitos em outra, escolhida por ele. Baseado no “direito romano do século XIV – o direito comum da Itália” (SKINNER, 1996, p. 31). Os estatutos estabeleciam leis que procuravam dar conta de um fato: a necessidade de notários, amanuenses e profissões afins, em virtude da libertação das cidades-estado e, com isso, o incremento dos negócios, vinculados a contratos e não mais a acordos consuetudinários. A exigência destes profissionais enseja uma mobilidade contrária às tradições medievais, ameaçando seriamente a hierarquia social. A republicana Florença - cidade ícone do movimento libertário – compartilha com outras “o merum

Imperium, (significando) o supremo direito de legislar,” (KIRSHNER, 1974, p. 289), até, então, exclusivo do imperador. O fundamento de todos os direitos: “[...] o direito à aquisição de direitos... inato do ser humano” (OBERER apud SPERBER, 2002, p. 339).

Que transformação da “jurisprudência italiana” foi esta? O jurista Bartolus ou Bartolo de Saxferrato (1314-1357), considerado “o mais original entre os juristas da Idade Média” (SKINNER, 1996, p. 30-31), tomou para si a decisão “explícita de reinterpretar o código civil romano com o objetivo de proporcionar às comunas lombardas e toscanas uma defesa legal, e não apenas retórica, de sua liberdade contra o império [...]” E juntamente com seu discípulo Baldo de Ubaldis, efetivaram conselhos que se tornaram peças-chaves para a modernização de vários Estados soberanos [...] Bartolo identifica o miolo da questão e parte para abordar a metodologia:

Rompeu com o pressuposto básico dos glosadores segundo o qual, quando a lei se mostra descompassada com os fatos legais, são estes que devem ser ajustados para acolher uma interpretação literal da lei. Em vez disso, adotou como preceito único que, quando a lei e os fatos colidem, é a lei que deve se conformar aos fatos. (WOOLF apud SKINNER, 1996, p. 31)

Assim como a mente aos fatos.

Se, já por longo tempo, as cidades do norte italiano cuidam de sua jurisdição por que não admiti-las “príncipes de si mesmas, soberanas e independentes?” Delegar jurisdição, fazer suas próprias leis e organizar seu governo por auto-escolha (SKINNER, 1996, p. 33). No entanto, as cidades-corporação variam o seu “formato político”; o estilo “republicano” tão de agrado a Zé Bebelo não o é para Riobaldo, como teremos oportunidade de discutir.

A não admissão de que a lei também é um fato social e político e que, portanto, nem sempre pode ser consensualmente mudada, induz a encontrar atalhos jurídicos, às vezes em seus procedimentos, como acontece com os legisladores quando, no ato de sua confecção, se descobrem atrasados no tempo estabelecido e atrasam o relógio. Ou, quando, “na Roma Antiga, onde toda família precisava de um herdeiro, a falta de um era superada por meio da ficção jurídica de adoção” (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, verbete “legal fiction”).<sup>6</sup>

Mais recentemente, em 2001, num julgamento em Vancouver, o juiz W.B. Scarth aceita a sugestão do Conselheiro de criar uma ficção jurídica para o caso e prossegue: “Em *An Historical Introduction to English Law and Its Institutions* (3<sup>a</sup> ed.) de Harold Potter, [...] agrupa as ficções usadas em três categorias: (1) ficções usadas para aumentar a jurisdição das cortes; (2) ficções destinadas a evitar formas de ação inconvenientes e arcaicas; (3) ficções

<sup>6</sup> ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, verbete “legal fiction. Disponível em: <<http://www.britannica.com.br/>>.

que têm uma falsa suposição do fato a fim de aumentar o remédio que a corte poderia conceder”.<sup>7</sup> E em uma definição um tanto mais ficcional ainda: “Uma suposição de que ocorreu algo ou de que existe alguém ou alguma coisa que, de fato, não é verdade, mas que é disposto na lei para permitir que uma corte resolva com imparcialidade uma questão diante dela.”<sup>8</sup> Como confirmação, melhor será a definição resumida pelo próprio Baldus de Ubaldis: “A ficção é uma falsidade aceita como verdade em prol de uma reivindicação mais especial e justa do que a expressa na lei” (KIRSHNER, 1974, p. 314).

A ficção jurídica gira em torno destes assuntos. Ela nos faz lembrar a ausência de um filho homem de Joca Ramiro e a necessidade de travestir Maria Deodorina, de educá-la como homem e, como tal, obrigá-la a renunciar-se como mulher e a matar Hermógenes. Procedimentos próximos às atividades de Bartolo e Baldo para superarem o “arcaico” quadro de referência conceitual existente na Idade Média - ou seja, estender, em duas direções, a possibilidade de naturalização dos rústicos e estrangeiros, até, então, limitada por máximas como “*origo non potest mutari*” [origem não pode ser mudada] afirmações do tipo, “a cidadania original não pode ser adquirida *per accidens*” [acidentalmente]” Kirshner, (1974, p. 309), usuais numa sociedade estamental. E, por outro, dos cidadãos – isto é, os outros estrangeiros – Zé Bebelo, o doutor e nós, os leitores - incorporarem o ethos sertanejo.<sup>9</sup> Finalmente, a ficção como oposta ao real contemporaneamente compreendida. Guimarães Rosa “traduz” as várias possibilidades da “ficção jurídica” de uma forma muito pessoal. Daí, ele poder dizer em seu prefácio “a escova e a dúvida” de Tutaméia: “tudo se finge primeiro; germina autêntico é depois” (ROSA, 1969, p. 49). Ou seja, a ficção faz parte da realidade, uma vez que é humanamente feita. Há uma continuidade entre o real e o não-real, de modo que as árvores, os bichos, os rios e as gentes façam parte de um cosmos só<sup>10</sup>.

Como apontou Kirshner, (1974, p. 310), “uma solução para o problema da naturalização foi elaborada nas interseções entre a lógica escolástica, a gramática e a psicologia das intenções”. Isto é, o silogismo, neste nosso caso, o modo verbal subjuntivo e o que a psicologia comportamental denomina de “comportamento operante”,

Tanto Mary L. Daniel (1968), em seu livro pioneiro “*João Guimarães Rosa: Travessia Literária*”, quanto Ivana Versiani (1975), em seu ensaio “*Para a Sintaxe de*

<sup>7</sup> Disponível em: <http://canlii.org/en/bc/bcsc/doc/2001/2001bcsc779/2001bcsc779.html>

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://legal-dictionary.thefreedictionary.com/Legal+Fiction>> free dictionary by Farlax

<sup>9</sup> Como veremos, o banimento de Zé Bebelo, além de ser uma pena legal, consistiu também em uma confirmação de sua incorporação aos costumes do sertão.

<sup>10</sup> Eisenstein já sacara isso: “No lado de cá [União Soviética], não fugimos à realidade através do conto; fazemos do conto uma realidade. Não tornar a mergulhar o adulto na infância, mas tornar o paraíso infantil do passado acessível a todos os cidadãos, eis como compreendemos nossa missão..” (EISENSTEIN, 1969, p. 205) Infelizmente, aqui não será possível desenvolver a preciosa argumentação do cineasta russo.

*Grande Sertão: Veredas. Valores do Subjuntivo*” se debruçaram na utilização do subjuntivo e, em especial, o imperfeito do subjuntivo por Guimarães Rosa. Mary Daniel diz, depois de analisar vários exemplos de utilização do subjuntivo,

[...] o uso freqüente do imperfeito do subjuntivo sem motivo aparente senão o da preferência do próprio autor nos leva a perguntar se não é o sentimento de inquietude dinâmica deste tempo gramatical o atrativo principal que o faz tão comum nas obras posteriores do autor. Qualquer que seja o seu motivo fundamental, porém, é o emprego rosiano do imperfeito do subjuntivo o aspecto mais original e distintivo do seu tratamento dos tempos verbais. (DANIEL, 1968, p. 102-103)

Para Ivana Veresiani (1975, p. 79), Guimarães Rosa faz “uso do subjuntivo, principalmente do imperfeito do subjuntivo, de modo muitas vezes inteiramente estranhos à língua”. E semelhante à Mary Daniel (1968), Veresiani (1975) procura descobrir o que teria levado o autor a preferi-lo, e até que ponto seria possível sistematizá-lo. A autora mineira inicia perguntando: “Qual o valor fundamental do subjuntivo em português?” Ela responde, citando Matoso Câmara: “[...] o subjuntivo, incluindo o imperativo, assinala uma tomada de posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal comunicado”. [O que a leva a dizer que] “o subjuntivo é, pois, definido como um modo verbal: conjunto de flexões que exprimem o *ponto de vista subjetivo* ou a *atitude psíquica* do falante diante do fato que enuncia” (VERESIANI, 1975, p. 79-80), que corresponde à posição e ao comportamento de Riobaldo, logo no início da narrativa: “- Nonada. Tiro que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus *esteja*.”<sup>11</sup>, (GSV, p. 9) [grifo nosso]. Tanto “esteja” pode referir-se ao imperfeito do subjuntivo quanto ao imperativo - Acerca da palavra Nonada, o narrador indica alguns dos traços mais importantes de seu quadro de referência e posicionamento: a dupla negação e a qualificação do diálogo:<sup>12</sup> Já de início, o narrador mostra a diferença entre ele e o ouvinte (VALENTE, 2011) e, por extensão, o leitor: o doutor ouvinte se confunde com os tiros escutados, atribuídos a uma possível briga de homens que Riobaldo esclarecerá, ao mostrar a diferença entre um exercício de tiro e um tiroteio: “Olhe: quando é tiro de verdade, primeiro a cachorrada pega a latir, instantaneamente – depois, então, se vai ver se deu mortos” (GSV, p. 9). Esta percepção, conhecida por quem tem vivência, coloca a questão da naturalização, a aquisição do título civil: conseguirá o doutor adquirir um “ethos sertanejo” *como se fosse* um originário do sertão? Ele tem o privilégio de *ouvir* Riobaldo diretamente; e nós, leitores, através de sua escrita de caráter oral; indelével, o registro se apresenta como

<sup>11</sup> A autora indica o artigo de Augusto de Campos para este tópico. Ver também: Monteiro de Castro (2003).

<sup>12</sup> “Desde a palavra inicial do romance – Nonada - até seu último parágrafo ... perpassa por toda a obra, tanto no aspecto lingüístico quanto no filosófico, um elemento de negação.” (DANIEL, 1968, p. 145)



uma obra civilizatória e não apenas de suas façanhas, como pretendia Zé Bebelo. Arroyo (1984, p. 87) sublinha o prestígio da palavra escrita no sertão, ao elencar as suas diversas denominações: “*letra redonda, veracidade*”; “*falar como um livro aberto, supra-sumo do saber*”<sup>13</sup>: “*e para concordar com uma verdade intuitiva e universal tem a frase: é dos livros*” (grifo nosso); todas elas conotando **autoridade e autoria**, seja como palavra final - **argumentação e clareza** – seja como sinceridade. E, sobretudo, aquilo que está escrito não pode ser modificado – **estatutos e leis**. Em tese. A pergunta continua repercutindo, agora diretamente para nós, leitores: conseguiremos adquirir um “ethos sertanejo” *como se fôssemos* um originário do sertão? Através da livre e encantada linguagem do romance, sim, poderemos. Voltaremos ao assunto.

No episódio do julgamento, o réu Zé Bebelo questiona ousadamente o Chefe Joca Ramiro a respeito da pertinência da origem, dizendo-lhe que o fato de não pertencer à terra não o desqualificava: “Da terra é a minhoca – que galinha come e cata: esgaravata!” (GVS, p. 198-199). Outras vezes, a origem se expressaria na possível inadequação daquela iniciativa - a de um julgamento em pleno sertão! - em relação aos costumes tradicionais, como asseverou Hermógenes: “É e é. Vamos ver, vamos ver, o que não sendo dos usos [...]” (GVS, p. 195).

Zé Bebelo detona a ideia de conterrâneo – daquele que se diz do sertão, *status* de original – e também da velha lei costumeira, em desacordo com os novos tempos. A lei precisa adequar-se aos fatos contemporâneos. A construção de uma nova política está por se fazer – em trânsito. Desse modo, há dois movimentos: dos rústicos em direção à civilização e, vice-versa, dos citadinos – através do julgamento, “o *topos* da história como tribunal.” (BOLLE, 2004, p. 34) – isto é, os outros estrangeiros: Zé Bebelo, o doutor e nós, os leitores – incorporarem o ethos sertanejo. Sim, Riobaldo conseguiu trazer, além de seus jagunços, o cego Borromeu, o menino pretinho Guirigó e até mesmo, por um tempo, os catrumanos (GSV, p. 294). Por que não nos incluiria, também, nesta travessia, um real romance civilizatório?<sup>14</sup>

Uma mudança [nada] sutil pode nos dar uma pista. Banido, Zé Bebelo sofreu uma pena que o impedia de voltar para aquele lugar enquanto vivesse Joca Ramiro. De uma maneira muito roseana, o antigo preposto do governo mudou: desceu o rio Paracatu “numa balsa de buriti, com cinco catrumanos armados”. “- Para os homens do bando, o guerreiro exalta a sua própria chegada, e, retoricamente, como se fosse um ator de primeira viagem, já

<sup>13</sup> Esta expressão não era só ouvida no Sertão, mas também em Belo Horizonte; porém, com uma outra interpretação: entendíamos como alguém sem nada a esconder, censurar-se.

<sup>14</sup> “Romance de educação espiritual”, segundo Oliveira (1991, p. 181).

anunciava para os quatro ventos: “Vim cobrar pela vida de meu amigo Joca Ramiro, que a vida em outro tempo me salvou de morte [...] E liquidar com êsses dois bandidos, que desonram o nome da Pátria e êste sertão nacional!”<sup>15</sup> (GSV, p. 70). Zé Bebelo transformou-se todo: de inimigo a amigo de Joca Ramiro e a nacionalizador do sertão. Ele veio, descendo o rio; utilizando-se de balsa de buriti, árvore ícone do romance, acompanhado de catrumanos. Aqueles, que Riobaldo descreve como os mais bárbaros<sup>16</sup>.

Tanto Mary Daniel (1968), quanto Ivana Versiani (1975), como vimos, não encontraram resposta ao mais importante aspecto estilístico do livro. A nossa pesquisa nos levou ao achado da “ficção jurídica”, por Guimarães Rosa, recurso utilizado em *Grande Sertão: Veredas*,<sup>17</sup> para dar conta do problema político da naturalização, isto é, o título de cidadão dos rústicos e dos estrangeiros:

Os próprios estatutos que estendem os privilégios de cidadania original aos estrangeiros, além disso, ampliaram o abismo entre os nativos e os recém-chegados por meio da utilização de matrizes verbais que denotavam ficção jurídica e suposição. As expressões “as if” [“como se”] e “as though” [“como se”] (*quasi, tamquam, velut and ac si*), pontuando a legislação *civiparous*, anunciavam que o privilégio *civilitatis* era análogo, mas não o mesmo que o da cidadania original. Similarmente, os juristas construíram as expressões comuns ‘*habeatur pro cive*’ e ‘*intelligatur ut cives*’, que eram enfaticamente escritas no subjuntivo, como uma indicação de ficção jurídica e, assim, de cidadania original hipotética. (KIRSHNER, 1974, p. 309-310)

O “como se” logo des-qualifica (*sic*) não só o recém-chegado quanto os cidadãos já possuidores de título civil como Ser Orlando, um notário da cidade, que se comprometeu em defesa de Florença contra a Igreja e foi, por ela, junto com sua família, desterrado de suas terras: “no imaginário do documento, estavam vagando através do mundo como mendigos (*vanno per lo mondo mendincando*)” (KIRSHNER, 1974, p. 291). Ser Orlando entrou com uma requisição de cidadania, foi aceito com direito a usufruí-la em todas as suas dimensões. O volume dos impostos e obrigações não deixava de tornar, este “[...] processo de naturalização [...] um veículo de educação política e um rito de solidariedade cívica, que servia de ponte sobre a qual o recém-chegado e o nativo ficaram de pé, ainda que brevemente, como iguais.” (KIRSHNER, 1974, p. 293).

Apesar da desigualdade entre eles, o exercício em ato da cidadania os aproximava, até mesmo por que Florença se via como uma cidade republicana Kirshner (1974, p. 299) (ainda

<sup>15</sup> Ver a sensível análise sobre a “Representações do Nacional” em Naxara, 1998.

<sup>16</sup> E Francis Uteza desvendou: revelação de figuras do Tarô (UTEZA, 1994, p 202)

<sup>17</sup> Também utilizada em Primeiras Estórias; a estória Pirlimpisquice é um exemplo notável.

que fosse cada vez mais formalmente (LARIVAILLE, 1988), e, portanto, moralmente garantidora de direitos e merecedora por isso. Embora governada sob uma regulamentação jurídica – “*secundum ordinamenta communis*” – ela se constitui “[...] uma terra de ninguém para os políticos leigos, um desafio para os especialistas jurídicos da comuna” (KIRSHNER, 1974, p. 293) A grande questão consiste no controle dos cargos superiores da cidade, por aqueles que se dizem descendentes dos romanos por linha direta masculina – os ‘*veri originarii et antiquo cives*’ – reunidos por laços de sangue, “o popolo fiorentino” (KIRSHNER, 1974, p. 323). Através da manipulação dos estatutos legais, incluindo a iniciativa de tirar da cartola atos jurídicos não mais existentes, procurava-se impedir o acesso aos imigrantes e, neste caso, do Ser Orlando.

Bartolo e Baldo, ainda que por vezes em caminhos separados, conseguiram provar a sua cidadania, utilizando-se da ficção jurídica.

Os termos *fictio*, *ars* e *per accidens* foram concebidos como contrapartidas estritamente lógicas para a trindade *veritas*, *natura* e *essential* e não se tinha a intenção que tivessem conotações depreciativas. Muito pelo contrário – o advogado-filósofo via os três primeiros termos, do mais positivo ponto de vista, como as categorias legais filosóficas das quais emanam os não-nativos. Para Baldus, a cidadania do não-nativo é inseparável da noção filosófica e jurídica de legislador e jurista como um artista, ambos compartilham a capacidade de imitar e aproximar natureza e verdade. [...] As ficções eram usadas para criar um verdadeiro reino de uma relação sanguínea deficiente ou ausente, tal qual uma adoção, uma legitimação assim como uma naturalização. As afinidades entre ficção e verdade e arte e natureza funcionam como o fio da meada das palestras de Baldus sobre o conceito de '*fictio*'. 'A ficção imita a natureza', opinou Baldus, e por essa razão a ficção só pode ocorrer onde a verdade pode ter seu lugar. (KIRSHNER, 1974, p. 313)

O comentarista abre uma nota dizendo que “este uso de '*fictio*' não era restrito aos juristas, e foi utilizado pelos poetas medievais e escritores literários: G. Paparelli, *Fictio (La definizione dantesca della poesia)*”.

A conquista da cidadania é considerada “um trabalho manual do legislador-artista”; como argumenta Baldus: “Ele é um verdadeiro cidadão, não por natureza, mas pela lei humana, porque a cidadania é algo exequível (factível), e não só surge por meio do nascimento, mas é também efetuada.” E diz ainda: “A cidadania”, apontou Baldus, “não foi dada gratuitamente, mas como uma recompensa por notável mérito.” (KIRSHNER, 1974, p. 314-315).

A fortuna crítica de Guimarães Rosa cresce de forma esmagadora. Saudado por muitos e criticado, inicialmente, por não poucos críticos, a sua obra densa continua estimulando estudos dos mais diversos ângulos. As ciências sociais não poderiam ficar de fora. Cerca de

15 anos atrás, Heloísa Starling defendia a sua tese no IUPERJ, posteriormente publicada em livro com o título “Lembranças do Brasil: Teoria, Política, História e Ficção em *Grande Sertão: Veredas*” (STARLING, 1999). José Murilo de Carvalho (1999), seu orientador, já sublinhara na “orelha” do livro a sua “temerária tentativa de ler politicamente um texto de ficção.” Temerária, dizia ele, mas por isso mesmo fascinante.

Segundo Carvalho (1999), a autora traz para si a questão “se o tratamento ficcional do político pode ser abordado de outra maneira que não apenas pelo cânone da ficção.” E conclui o cientista político e historiador: “Sua resposta é que é possível um diálogo entre ficção, história e teoria política” (CARVALHO, 1999).

No entanto, Wille Bolle (2004), chama a atenção para uma dificuldade na “*démarche*” de Heloísa Starling:

“[...] o procedimento de extrair do romance, utópicos ‘gestos fundadores’ a partir de uma grade teórica externa, preestabelecida, sem estudar a instância mediadora, precisamente o *narrador pactário*, através do qual o romancista comunica o seu pensamento político” (BOLLE, 2004, p. 161).

Este não é o momento de aprofundar na carpintaria do livro de Bolle. Porém, ele colocou um desafio para nós: encontrar, a partir da própria narrativa, o pensamento político do livro. Neste projeto, fazemos nosso o procedimento de Heloísa Starling, de acordo com José Murilo: procurar “infiltrar-se no texto ficcional sem violentar sua natureza” (STARLING, 1999). Encontramos tramas políticas em *Grande Sertão: Veredas* enredadas no entrecho ficcional através do pensamento humanista e da retórica, fundamento constituinte do pensamento político moderno. A consecução desse intento, acreditamos, alargará a compreensão do livro, nos levando para o interior da formação do pensamento político e da formação histórica brasileira.

Entre os objetivos de sua obra, Skinner destaca “o desejo [de] apontar, aqui, alguns aspectos do processo pelo qual veio a formar-se o moderno conceito de Estado.” (SKINNER, 1996, p. 9). Para isso, o autor parte da explicitação dos “limites cronológicos” de sua obra: “fins do século XIII (até) o final do XVI, por ter sido durante este período [...] que gradualmente se formaram os principais elementos de um conceito de Estado possível de dizer-se moderno.” (SKINNER, 1996, p. 9). A diferença decisiva consistiu na postura do governante: não mais “conservando o seu estado – o que significava apenas que defendia sua posição – para a ideia que existe uma ordem legal e constituinte distinta, a do Estado [...] fonte da lei e da força legítima dentro de seu território, e como o único objeto adequado da lealdade de seus súditos. (SKINNER, 1996, p. 10). Período que abarca Bartolo Sasseferato e

Baldus de Ubaldis, os mais famosos legisladores do século XIV e Maquiavel, marco do pensamento político moderno. Tempo em que surge a renovação da retórica e o humanismo com Petrarca.

Nesta longa trajetória, a transformação das cidades do norte da Itália, em especial as Repúblicas, evidencia a centralidade edificadora da liberdade. Para dar sequência às suas soberanias, as cidades-estado precisavam do direito de autogoverno que chocava, por sua vez, com o “príncipes - Santo Imperador Romano – o *dominus mundi*, o senhor único do mundo” (SKINNER, 1996, p. 30). A resolução desse conflito passou por uma nova postura dos chamados glosadores: a lei não figurará mais como a camisa de força dos fatos; ao contrário, a novos fatos, novas formulações legais; isto é, a aceitação da mudança social. Bartolus ou Bartolo de Saxoferrato (1314-1357) foi o responsável por esta “revolução no estudo do direito romano”, “o fundador da escola que se chamaria dos Pós-Glosadores” e quem “avançou decididamente no rumo da ideia, que caracterizará a modernidade, de vários Estados soberanos, separados entre si e independentes do império (SKINNER, 1996, p. 30). Baldo ou Baldus de Ubaldis continuou e consolidou a obra de seu professor e colega Bartolo. Ele atraiu alunos dos mais distantes rincões da Europa tornando-se o “mais famoso jurista europeu” (CANNING, 1987, p. 5).

A defesa da liberdade das cidades republicanas da Lombardia e Toscana contra o império girava em torno de duas questões: “a afirmação de sua soberania” [e] a outra, por consequência, a se governarem conforme entendessem melhor – ou seja, a defesa de suas constituições republicanas” (SKINNER, 1996, p. 29). A partir da constatação de que os florentinos e outros povos não obedecem ao imperador, Bartolo ao “discutir [...] a autoridade de delega ... [embora] admita que somente o imperador porta o *merum Imperium*, o supremo poder de legislar” constata que “governantes das cidades” já o fazem também (SKINNER, 1996: 33). E isso, porque “os povos livres” destas cidades “estão capacitados de fato a fazer leis e estatutos de qualquer modo que escolham”. Isto é, elas efetivamente constituem “*sibi princeps*, ou seja, que cada uma delas é *principis* de si mesma. “*Rex in regno suo est imperator*” – cada rei, em seu reino, equivale, em autoridade, ao imperador (SKINNER, 1996, p. 32-33).

Entretanto, cindidas por facções, as cidades “se viram forçadas a abandonar as constituições republicanas e a aceitar o poder forte de um único *signori*, passando assim de uma forma de governo livre para outra despótica, a fim de atingir maior paz cívica” (SKINNER, 1996, p. 45). Em louvor dos Signori, que teriam trazido a Unidade e Paz, se construiu uma teoria política panegírica. No entanto, em nem todas as cidades a perda da

independência política e governo república ocorreu do mesmo modo. Resistências ocorreram sobretudo em Florença durante todo o século XIII. (SKINNER, 1996, p. 48). Os conflitos e batalhas “foram acompanhados pelo desenvolvimento de uma ideologia política que tinha em mira defender e realçar as virtudes distintivas da vida cívica republicana” (SKINNER, 1996, p. 49). Ela se compunha de duas tradições de estudo: “a retórica” e “a filosofia escolástica” que possibilitavam “conceitualizar e defender o valor distintivo de sua experiência política e, especialmente, a argumentar que a moléstia facciosa era possível de cura, e, portanto a conservação da liberdade podia ser compatível com a manutenção da paz.” (SKINNER, 1966, p. 49). Trata-se da “*ars dictamis*” e o “humanismo”.

O desenvolvimento dos diversos gêneros da “*ars dictamis*” levou os adeptos da retórica a não terem mais como alvo os estudantes da retórica e, sim, os políticos e magistrados. Eles se colocavam abertamente como seus conselheiros naturais, e os fizeram com tal maestria que se pode detectar no *Príncipe*, de Maquiavel, muito dos seus tópicos (SKINNER, 1996, p. 55). Além disso, eles fixaram um padrão para a literatura posterior dos ‘espelhos dos príncipes’, qual seja, a “ênfase na questão de quais virtudes deveria possuir um bom governante” (SKINNER, 1996, p. 55).

Analisar aqui o conceito ciceroniano de *virtus* nos levaria muito longe. Apenas pretendo deixar claro que, segundo Skinner, para os *humanistas a preparação de um cavaleiro vai de par com a preparação para a vida pública e que a educação possibilita ao homem desenvolver-se ao máximo. A interligação entre a filosofia antiga e a retórica constituiria a base desta educação* (SKINNER, 1996, p. 109).[grifo nosso]

A combinação das perspectivas política, histórica e literária impõe desafios nada pequenos à nossa “*démarche*”. Seja pela dificuldade de não diluirmos seus objetos seja pela necessária e constante “tradução” de uns em outros. Simon Schwartzman (1997), em um “comentário ao trabalho de Francisco Iglesias, *História, Política e Mineiridade em Drummond*”, significativamente intitulado “A Transição Mineira” adverte que “opor a poesia à história, a literatura às ciências sociais, a arte à ciência, a intuição ao conhecimento racional é simplesmente repetir os reducionismos do passado, só que com o sinal trocado” (SCHWARTZMAN, 1997, p. 16). Que sinais seriam estes? Em resumo, Schwartzman aponta para a instrumentalização da literatura pelo marxismo e “o individual a serviço do coletivo.” Tratava-se “não só [de] uma postura política como também [de] uma nova definição da hierarquia de conhecimentos e atitudes” (SCHWARTZMAN, 1997, p. 15).

“A geração seguinte”, diz ainda aquele autor, sem os dotes literários da geração modernista, “tenta ir mais longe, adotando, como ponto de partida, a primeira e a mais tradicional das ciências sociais, a história. [...] Para a nova geração de cientistas sociais, conhecer e transformar a realidade era quase o mesmo ato, o trabalho poético e literário fazia sentido quase que só como panfleto e não deveria haver lugar para a atividade intelectual de tipo intimista ou cultural que não fosse socialmente transformadora. (SCHWARTZMAN, 1997, p. 15)

O autor não detalha o desfecho dessa crise e nem “a forma [que] a literatura volte a ser entronizada como forma suprema de conhecimento social” (SCHWARTZMAN, 1997, p. 15). – entronização que ele repudia decisivamente - porém, “assinala pelo menos dois caminhos paralelos” que, resumidamente e de modo inverso ao apresentado pelo autor, seriam: as decepções advindas do socialismo real e da redemocratização brasileira; e o reconhecimento de outras tradições intelectuais que não a marxista, que não se consideram guardiãs do futuro da história, que admitem uma relação mais frouxa e complexa entre o mundo do conhecimento e da ação [...]”<sup>18</sup>

Guimarães Rosa, cinco anos mais moço que Drummond, passou ao largo dessa problemática; como também de outras – como o subjetivismo da corrente católica e sua profunda reação às ideias iluministas. Embora “ache que um escritor de maneira geral deveria abster-se de política” (LORENZ, 1991, p. 63). Rosa não se furtou, junto com sua mulher, de acobertar vistos falsos e fugas em porta-malas de carro para judeus escaparem da Alemanha nazista. Esta atitude, completamente contrária à política externa do governo Vargas, se insere naquilo que o escritor chama de “altas políticas” uma postura de responsabilidade diante da vida.: “A missão do escritor é o próprio homem” (LORENZ, 1991, p. 63).

Todavia, velhacamente, Rosa nos engana e muito. Obras recentes mostram o paralelismo com o pensamento político clássico – Maquiavel, Hobbes - e contemporâneo de Arendt, como o faz Heloísa Starling (1999) em seu marcante livro. Luis Roncari (2004) denomina a terceira parte do seu livro de “O Tribunal do Sertão”, em que aponta o paralelismo com personagens históricos como Rui Barbosa, correlaciona e desenvolve questões abordadas em Grande Sertão, também analisadas por Oliveira Vianna (1974) e que Walnice Galvão (1972) pioneiramente já o fizera. Wille Bolle (2004): “o romance de formação do Brasil” - apresenta a “tese [...] que o romance de Guimarães Rosa é o mais detalhado estudo de um dos problemas cruciais do Brasil: a falta de entendimento entre a

---

<sup>18</sup> Em um antigo, mas ainda importante texto, Bolívar Lamounier aponta detidamente o reducionismo em análises de Cientistas Sociais contemporâneos sobre os autores “da tradição de pensamento político autoritário formada a partir da Primeira República [...]”

classe dominante e as classes populares, o que constitui um sério obstáculo para a verdadeira emancipação do país.” (BOLLE, 2004, p. 9).

Rosa passou ao largo da instrumentalização da literatura e da subordinação do “indivíduo ao coletivo”, mas não descartou a “alta política”, como vimos. As transformações cultural, social e política se fariam, segundo ele, de modo diferente. A começar de se por contra a história e a favor da estória, isto é, da narrativa ficcional. Nessa, ele encontra o ineditismo da anedota: ela “é como um fósforo: riscada, deflagrada foi-se a serventia.” (ROSA, 1969, p. 3) Questionado por Franklin de Oliveira pelo possível caráter irracionalista daquela assertiva, Rosa responde em versos, sinteticamente: “E, pois, mudando de prosa:/ “A estória contra a História,/ você, perjuro de Glória,/ acho que não entendeu./ História, ali, é o fato passado/ em reles concatenação;/ não se refere ao avanço da dialética, em futuro,/ na vastidão da amplidão./ Traço e abraço. João” (OLIVEIRA, 1991, p. 185) Simon Schwartzman (1991) tinha razão: aquela geração não era boa de tinta nem de história. Como também demonstrara Bolívar Lamounier (1977). O escritor sertanejo, médico e diplomata também lançara mão da história, embora muita mais antiga e de maneira sutil.

Em nosso projeto, dizíamos pretender mostrar outra vertente que levasse em conta a ambiguidade sem se deter nela; que tratasse da precisão da ação, sua decisão e ligação com o pensamento. E que a faríamos através de antigos procedimentos linguísticos e tradicionais filosofias, fundamentais para a formação do pensamento moderno, (Skinner 1996) produzidos na idade média tardia quando a literatura, história e a política ainda não haviam sido separadas.

O deslocamento da abordagem literária de *Grande Sertão: Veredas* para uma visada política não incide somente em temas e objetos, mas em sua própria denominação. Se, Cavalcanti Proença (1991, p. 311), em seu estudo pioneiro, o denominou de “Épico”, o romance de cavalaria - decorrência do “paralelismo com as epopéias medievais e seu sucedâneo – Wille Bolle (2004, p. 44), recentemente, o chamou de um “Romance de Formação do Brasil”. Sem prejuízo destas denominações - e à *maneira* de Riobaldo com seus muitos nomes, como veremos - nós o perfilaremos sob a égide de uma antiga e longa tradição denominada de “Os Espelhos de Príncipe”. Segundo Marcos Antônio Lopes (2004):

[...] as obras do gênero constituem autênticos tratados sobre o comportamento moral dos soberanos, com pretensões declaradas de conduzir as cabeças coroadas na direção do bom governo. Constituindo-se o monarca na figura mais visível numa dada comunidade política, que se encontra entregue por Deus à sua responsabilidade, é preciso encontrar os melhores instrumentos para orientar suas funções diretivas. Na cultura cristã ocidental, os espelhos de príncipes foram



tradicionalmente livros de moral, usavam a história para ensinar o comportamento adequado aos reis, tanto em seu ofício público quanto em sua vida privada, ambas as dimensões encaradas como categorias reflexivas, quase indissociáveis. Em fins da Idade Média, usou-se comparar a figura do príncipe a um espelho, cujas virtudes se refletiam sobre o reino (LOPES, 2004, p. 50).

E perguntávamos em nosso projeto: “mas, quem seria o Príncipe – o Soberano – em *Grande Sertão: Veredas*? E respondíamos que, a ambigüidade anotada por Walnice continua presente: o barranqueiro, dono da palavra, fala para um senhor doutor, mudo. A voz e a vez de Riobaldo. Um cede lugar a outro: o letrado, ao rústico. O autor, ao personagem protagonista. Duvidamos dessa inversão: a boca torta [d’] “os usos” históricos da nossa sociedade brasileira – a classe dominante quase sempre com o domínio da palavra – não permite que acreditemos que os sertanejos possam ser os protagonistas da Estória.

A confusão, presente no texto citado, se dissipa em elaborações mais cuidadosas e em novas releituras. À maneira de uma antiga tradição chinesa (GRANET, 1997), o imperador destituído de condição de governar não opõe resistência, ele cede o poder a um novo príncipe; necessitamos precisar este procedimento e podemos fazê-lo, lembrando do exemplo de Medeiro Vaz para Joca Ramiro:

Daí, relimpo de tudo, escorrido dono de si, êle montou em ginete, com cachos d’armas, reuniu chusma de gente corajada, rapaziagem dos campos, e saiu por esse rumo em roda, para impor a justiça. De anos, andava. Dizem que foi ficando cada vez mais esquisito. Quando conheceu Joca Ramiro, então achou outra esperança maior: para êle, Joca Ramiro era único homem, par-de-frança, capaz de tomar conta dêste sertão nosso, mandando por lei, de sobregovêr no. Fato que Joca Ramiro também igualmente saía por justiça e alta política, mas só em favor de amigos perseguidos; e sempre conservava seus bons haveres (GSV, p. 37).

Riobaldo também se apoderou da chefia sem luta, embora tenha sido precedido de longo tempo e muitas ameaças e negações. Nesse episódio, temos um exemplo de cedência, em que a esperada *tomada à força* da chefia acaba por não se ver necessária porque Zé Bebelo reconheceu, em seu íntimo, a sua falta de condição para finalizar a estória. Como dizia Riobaldo: “Zé Bebelo, sozinho por si, sem outro sobrecalor de regimento, servisse para governar os arrancos do sertão?” (GSV, p. 278).

No caso do Doutor e o Jagunço Riobaldo, Suzi Sperber (1982, p. 73) exalta “a negação da palavra ao dominador” e não deixa de ser. Todavia, a palavra talvez não seja mais a vereda do Doutor. O diálogo, reiteramos, surpreende a nós, leitores: a mediação do jagunço, falante e

o doutor, o autor implícito,<sup>19</sup> silencioso, como também já defenderam, de alguma forma, Petrarca - *Veritas in silentio* - e Agostinho. Para eles, o “progresso espiritual pode ser representado por um movimento do discurso, da fala (speech) ao silêncio, da aparência externa à verdade interior” (SEIGEL, 1968, p. 45). Verdade interior que pode modificar o caos. (SPERBER, 1996, p. 109) “Talhei de avanço, em *minha história*” (GSV, p. 152) [grifo nosso].

Ao fim do livro, o narrador declara ao doutor: “Amável o senhor me ouviu, minha idéia confirmou: que o Diabo não existe. Pois não? O senhor é um homem soberano, circunspecto. Amigos somos” (GSV, p. 460). Embora seja uma referência pessoal, a adjetivação de “soberano” do doutor conota outra soberania, de “outra infância” (LEITE, 1977, p. 55), um espaço, “de lá-” (ROSA, 1972). Dois tempos – o narrado e o lembrado; dois espaços, o sertão e a cidade; duas culturas, uma rústica e outra, civilizada, um contador de estórias e, outro, escritor. Este ouviu e contou, num jato só, a estória de um chefe jagunço. Nele e em sua narrativa encontrou uma vitalidade quase inenarrável. E a arte de governar, como veremos no final.

A presente investigação baseia-se no pressuposto de que “a verdade da ficção é a sua forma”. A hipótese geral de Wille Bolle (2004) é que “existe uma correspondência entre um problema político e social – a falta de entendimento entre as classes – e a configuração da obra” (BOLLE, 2004, p. 21)

A nossa hipótese é que Guimarães Rosa aceita os conflitos e oposições e que a partir deles mune-se de meios para construir pontes de superação dos rachas políticos religiosos e culturais. Nós procuraremos demonstrar que a narrativa porta em sua estrutura e composição recursos que incidem, recompõem e superam “esta falta de entendimento” não só entre as “classes”, como afirma Bolle, mas na própria formulação e exercício do conhecimento, a cosmosisão.

---

<sup>19</sup> “Só há um diálogo verdadeiro: o do silêncio e da voz” (ROSA, 1978). O silêncio junto à não-expansividade constituíam algumas de suas normas-chave de comportamento (JORNAL DO BRASIL, 22/09/1979).

## 1 Paradigma indiciário

Em “Sinais – Raízes de um paradigma indiciário” Carlo Ginzburg (1989) aborda o método do crítico de arte Giovanni Morelli: “para poder distinguir os originais das cópias [de quadros, pinturas etc] ... é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia [...]” (GINZBURG, 1989, p. 144) Rosa, por exemplo, atribui aos nomes uma grande importância; ao contrário dos apelidos, segundo Antônio Houais (HOUAIS apud MACHADO, 1976). No entanto, como vimos, o hipocorístico “baldo” carrega polissemias indicadoras do sentido da obra: a habilitação de legista do narrador – em referência a Baldo de Ubaldis - assim como de “secretário” podem indicar sua filiação às obras do gênero “espelhos do príncipe”, maquiaveliana e/ou humanística. (SKINNER, 1996, p. 174-235) Soberanias são, a todo o momento, reconhecidas e ressaltadas como *mobiliárias* – domínios móveis. O sertão não tem fronteiras fixas, “ele está em toda parte.” Assim como são quase irreconhecíveis os limites entre um possível “jagunço-rei” e um doutor. Acima do rei, segundo os costumes medievais, não havia ninguém; a Soberania tinha como principal traço o domínio sobre gentes. Mas, também, pelos velhos costumes havia uma soberania anterior a todas essas – a territorial ou o domínio real ou papal – a das gentes (CANNING, 1987, p. 26).

Nesse cruzamento de poderes, Guimarães Rosa utiliza a eficácia das tradições da *ars dictames* e humanista para nos dizer que existe uma “alta política” que faz os homens Gente. Ele soube reconhecer no jagunço Riobaldo o domínio da palavra nova. Soube ouvir as palavras – como aconselhava Petrarca - que “aguilhoam e incendeiam”, se traduzindo em chamadas para a ação (SKINNER, 1996, p. 110). Uma Arte de Governar de Alta Política e Cidadania.

## CAPÍTULO I

### O CERZIDOR RIOBALDO

*“Ações? O que eu vi, sempre, é que toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo.”* <sup>(GSV)</sup>

*“O senhor fia? [...] O senhor tece? Entenda meu figurado.”* <sup>(GSV)</sup>

*“O Rosa é o mais sutil dos mineiros; ele não deslinda nenhuma crise, porque evita que elas se formem.”* (João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores, segundo Afonso Arinos de Melo Franco)

## 1 Os pressupostos da narrativa e a constituição do narrador

*Recitar os livros dos antigos reis não é tão bom quanto ouvir suas palavras. Ouvir suas palavras não é tão bom quanto atingir aquilo pelo qual estas palavras foram ditas. Atingir aquilo pelo qual estas palavras foram ditas é alguma coisa que palavras não podem dizer. Por isso, o caminho que pode ser pronunciado não é o Caminho eterno (CLEARY, 1990, p. 13)*

Por esta epígrafe, notamos que ouvir se encontra no meio; mediação entre a experiência da leitura e da ação. “Ações? O que eu vi, sempre, é que toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo.” (GSV, p. 137) Neste caso, que ações seriam essas? As experiências de jagunços do sertão dos gerais de Minas, Bahia e Goiás, precisamente de Riobaldo e o Sertão – “o *gerais* corre em volta” (GSV, p. 9) e a escrita de *Grande Sertão: Veredas*. Portanto, estamos dizendo, falando de três ações: a escrita do livro pelo Doutor, a audição das palavras do narrador e a experiência própria dele: “o desdobrar no seu próprio desdobramento”.

A fixação de nós, brasileiros, na decadência da sociedade agrária e de suas instituições, em grande parte do século XX, mormente por parte de literatos e ensaístas, constituiu um elemento no mínimo intrigante para alguns, senão mesmo, “pestilento”, para outros (ANDRADE apud OLIVEIRA, 1991, p. 181). Intriga em dois sentidos: por ser, o Brasil, um país novo (CANDIDO, 1979) e, a nós, mais ainda. O que nos leva a perguntar: por que nos atrelamos, ao que de mais anacrônico existia – as sociedades e os países que se colocaram ao lado da contra-reforma surgida, a partir do renascimento? O critério cronológico empregado pelo crítico não nos parece pertinente à formação histórica brasileira. A prevalência de uma cultura contrária aos novos procedimentos científicos, às escolhas de religiões, isto é, heresias, à superação do mercantilismo e ao crescente antagonismo ao estado absolutista não deixavam muito espaço para inovação, independência e autonomia; restou, em suma, o “arcaísmo como projeto” (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001).

No entanto, das mesmas elites surgiram escritores, ensaístas e cientistas que rompiam o imobilismo e o complexo de vira-latas dos brasileiros.<sup>20</sup> Não à toa, pôde Franklin de Oliveira (1991, p.183) dizer: “antes de Guimarães Rosa o romance brasileiro era uma sinistra galeria de heróis frustrados.” Segundo o crítico, de personagens tais como “Joãozinho Bem-Bem, Riobaldo, Diadorim, Medeiro Vaz, Joca Ramiro surgiram os primeiros heróis resolutos

<sup>20</sup> Assim denominado por Nelson Rodrigues dezenas de anos depois.

da literatura brasileira”. No entanto, o escritor mineiro-geralista não surgiu de uma cartola, como Franklin mesmo explicita:

Os escritores brasileiros progressistas, portadores de flama renovadora e espírito emancipador, sobretudo a partir de Euclides (Os sertões), todos eles, sem exceção, escreveram suas obra sub specie historiae. De onde serem, todos os grandes livros brasileiros, ‘livros vingadores’, para usar uma expressão euclideana... Por terem sido ‘livros vingadores’, todos esses livros reelaboraram matéria do tempo presente, o tempo atual à sua criação... A grande revolução guimarseana consistiu em romper dialeticamente (conservá-lo, ultrapassando, no sentido hegeliano), essa forte tradição da inteligência brasileira. João Guimarães Rosa pensou e escreveu a sua obra sub specie perfectiones. Esta a sua gigantesca revolução (FRANKLIN DE OLIVEIRA, 1991, p. 181-1982).

Examinaremos o início da narrativa, sobretudo sob o ponto de vista da palavra “nonada” e dois de seus pressupostos – a não-ação e a negação não-privativa – isto é, também, ação na não-ação. Logo após, abordaremos o desencadear da travessia em um *flash* o reconhecimento da iluminação do Menino com M. O Menino, de fato, o momento qualificador e desencadeador do percurso do narrador. Reconhecimento tardio do “quase barranqueiro” Riobaldo que, já velho, atribui a Diadorim, a sua neblina. Em geral, ela é vista, pelos estudiosos de *Grande Sertão: Veredas* como algo difuso, visão dificultosa<sup>21</sup>. De fato, cabe em algumas situações, como por exemplo: “Eu vi a neblina encher o vulto do rio, e se estralar da outra banda a barra da madrugada” (GSV, p. 111). No outro momento de Riobaldo que reportávamos, há uma diversa possibilidade que se constitui na seguinte descrição de Richard Wilhelm no I Ching:

Na China, a montanha [a Quietude] é considerada um fenômeno cósmico... É um centro, digamos um centro de forças magnéticas e elétricas. Algo ocorre ao redor da montanha: a vida se congrega, os vapores que se elevam da Terra se condensam, formando uma touca de neblina da qual jorra a chuva, recobrando a Terra, tornando-a fértil [...] um organismo vivo veste essa montanha, semelhante a uma pele fina e verde. É esse elemento forte e firme, a Quietude<sup>22</sup>, que resiste por muito tempo, por um período muito mais longo do que a vida que se congrega ao seu redor, à qual a montanha confere um abrigo seguro. A montanha sustenta o delicado fluir da vida [...] (WILHELM, 1995, p. 114).

Riobaldo anuncia e abre de modo notável o *Grande Sertão: Veredas* com um **Traço** - indicador de diálogo e do “nada”, um sinal matemático<sup>23</sup> – e **Nonada**, objetos de numerosas

<sup>21</sup> Arroyo (1984, p. 74); Tarso de Santos, (1978, p. 30); Machado, (1997, p. 65).

<sup>22</sup> Como teremos oportunidade de ver ao abordarmos o encontro de Riobaldo e o Menino.

<sup>23</sup> [...] a narrativa se inicia com um sinal matemático, o travessão que indica o nada, e termina com o sinal matemático de infinito, ou tudo.” (CASTRO, 1976, p. 44) Estamos, talvez, mais uma vez vendo a utilização polissêmica da palavra nada: “[...] Na não-ação, a ação. A não-ação impede que nos emarenhemos na forma e na

abordagens, seja por dicionaristas seja por analistas do livro. No artigo “Nonada: ponto de partida e de chegada” (MONTEIRO DE CASTRO, 2003) chamamos a atenção para outro possível significado do termo, a “*não-ação*”<sup>24</sup>, assunto ao qual se dedicou Guimarães Rosa, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Segundo o escritor mineiro dos gerais “[...] *Wu wei* – não interferência, a norma da fecunda inação e repassado não-esfôrço de intuição – passivo agente a servir-se das excessivas fôrças em torno e delas recebendo tudo pois ‘por acréscimo’” (Em Memória, 1968, p. 75)<sup>25</sup>.

Passado alguns anos de pesquisa e de mais experiência, podemos esclarecer, ainda mais, a afirmação de Rosa que parece contradizer, de algum modo, o seu próprio exercício literário, uma vez que, para atingir este estado, necessita-se de uma concentração no agir sobre si mesmo de maneira a colocar-se como uma viga – “O Rio de São Francisco – que de tão grande se comparece – parece é um pau grosso, em pé, enorme...” (GSV, p. 460)<sup>26</sup> e a gerar a vacuidade<sup>27</sup>: “Eu?” pergunta-se Riobaldo, sensibilização que o possibilitou perfilhar-se com o *Menino* diferente, derivando daí uma “eficácia” no sentido de que a ação efetivada se dá permitindo que outros se apresentem espontaneamente ou que as “coisas” surjam “tais como”;<sup>28</sup> força efetiva e harmonizadora, sem contacto. Wu-wei - Ação na não-ação, a não-interferência: “[o menino] Não se mexeu. Antes fui eu que vim para perto dele” (GSV, p. 80)

---

imagem (corporeidade). A ação na não-ação impede que afundemos no vazio rígido e no nada sem vida. O efeito repousa inteiramente no Uno central, o desencadear do efeito se acha nos dois olhos. Os dois olhos são como o eixo do grande carro, que faz girar toda a criação; eles põem em circulação os pólos do luminoso e do obscuro (WILHELM, 1986, p. 126).

<sup>24</sup> Ortograficamente, a utilização do hífen pode parecer incorreta; porém, ele indica e acentua que a negativa não exclui absolutamente.

<sup>25</sup> Até onde sabemos, F Uteza foi o primeiro a examinar o seu discurso de posse e a destacar, nele, a sabedoria oriental e a não-ação - Wu Wei. (UTEZA, 1994, p. 43)

<sup>26</sup> Em sua análise de *Buriti*, Ana Maria Machado, mesmo não se reportando ao Wu-Wei e ao Tao, destaca de modo semelhante a seguinte passagem: “Ao em volta de Iô Liodoro, tudo não se concebia calado? Iô Liodoro regia sem se carecer; mas somente por ser *duro* em todo o alteado, um homem *roliço* – o cabeça. (MACHADO, 1976, p. 122).

<sup>27</sup> *O Espelho*, de *Primeiras Estórias*, a estória de número 11 que significa, no pensamento chinês, a soma de 5 (relativo a Céu) e 6 (relativo a Terra), isto é, a reunião dos dois, se situa exatamente no centro do livro (GRANET, 1997, p. 129). Ele também se inicia com um traço e nos adverte: “Se quer seguir-me, narro-lhe não uma aventura, mas experiência, a que me induziram, alternadamente, séries de raciocínios e intuições. Tomou-me tempo, desânimos, esforços (ROSA, 1972, p. 71).” Sobre a vacuidade: “[...] O Tao (o céu, a Natureza) não é *unificador* mas desprendido, imparcial; ele anima o jogo e se mantém fora do jogo. Sua única regra é o wu-wei, a não intervenção. Certamente se considera que ele age, ou melhor, que é ativo, mas no sentido de que irradia incansavelmente uma espécie de vacuidade contínua. Princípio global de toda a coexistência, ele compõe um meio neutro, por isso mesmo propício ao fluxo e refluxo infundáveis das interações espontâneas” (GRANET, 1997, p. 315-316).

<sup>28</sup> [...] “Quando, porém, não surgem nenhuma representação, nascem as verdadeiras representações. Esta é a verdadeira idéia. Quando estivermos em tranqüilidade, firmes, e de repente se inicia o desencadear do céu, não se trata de um movimento desprovido de intencionalidade? A ação na não ação tem precisamente este significado”(WILHELM, 1986, p. 129).

<sup>29</sup>. Prosseguindo a respeito do mesmo texto, em procurar uma melhor compreensão acerca dos sentidos da não ação, diríamos que,

[...] em outras palavras, consiste numa condensação no interior de si mesmo, uma concentração que, produzindo o máximo de energia, de calor - concisão, precisão - produz, com a mínima ação externa, o máximo *efeito* necessário. Poderíamos agregar que se trata de uma postura e comportamento espontâneos, cujas imagens mais próximas seriam a água que não escolhe os caminhos para passar, não obstante ultrapassar todos os obstáculos e infiltrar-se em todos os lugares (MONTEIRO DE CASTRO, 2003, p. 67).

Ou, ainda, à maneira do Tao-te King – “encontrar sabor no que não tem sabor” (WILHELM, 1995, p. 102). - “[...] comparável um suave de ser, mas asseado e forte – assim se fosse um cheiro bom sem cheiro nenhum sensível” (GSV, p. 82). O menino, de maneira disfarçada, “pitava”; bizarramente acentuava a sua masculinidade. De nossa parte, comprovamos a inclinação marcante do escritor em fazer uso da polissemia quando, a partir do nome Riobaldo, especialmente do apelido Baldo, descobrimos a sua relação com Baldus de Ubaldis, legista medieval, como veremos mais tarde: um modo de gestar a Lei que se combina mais com o Rio, tomado como instintivo e fluido.

Os variados significados de “nonada” evidenciam toda sua “complexidade” envolvida no tema em razão do seu caráter polissêmico e isomórfico. Tópicos que se repetem e que também experimentam poeticamente as

[...] alterações internas de ordem léxica, com valorização de determinados fonemas, de modo a sugerir, ao lado do contraponto, uma *temática de timbres* ... que constitui um tema sob o duplo aspecto da motivação recorrente e dos jogos timbrísticos em *n* e *d*. [...] Fragmentos da palavra *nonada* são disseminados e incrustados de forma a coincidir com sílabas de outras – *disjecta membra* - temáticos que mantêm, subrepticamente, onipresente o tema original (CAMPOS, 1991, p. 333).

Recurso semelhante utiliza Guimarães Rosa em vários momentos, como no caso da denominação Zé Bebelo, que junto ao diminutivo Zé, íntimo e encharcado de afeto, encontramos em Bebelo, dissimulado em um “apelido significante”<sup>30</sup>, o seu caráter guerreiro, “bellum” (MACHADO, 1976, p. 76-79). Elemento classificatório, o nome funciona também em diversas direções: desde as suas longas homenagens aos chefes guerreiros até o

<sup>29</sup> Como veremos, a ausência de ações explícitas por parte do chefe Riobaldo diante da luta final faz parte da mesma postura de Diadorim diante do ainda menino Riobaldo no Porto.

<sup>30</sup> Em sua “Conclusão”, Ana Maria Machado sublinha a designação diferente de Wilson Martins: “[...] se satisfazem ao mesmo tempo os dois gostos típicos das classes populares brasileiras: os nomes longos e os apelidos significantes [...]” (MACHADO, 1976, p. 192).



posicionamento de negação do pai, uma vez sendo um filho natural. Assim, não espanta que “nonada” tem, mesmo com seus numerosos sinônimos, um trânsito muito mais livre por sua possível e intensa troca com o “nada”.

Nei Leandro de Castro aponta a utilização do termo “nonada” em “seis períodos” do romance. Segundo o ensaísta, Rosa o utiliza quatro vezes “[...] significando a forma reforçada de negação, pelo processo de revitalização da palavra, usado comumente por Guimarães Rosa, dessa feita com base na etimologia da palavra [de *non*, forma arcaica de não, e *nada*]” (CASTRO, 1970, p. 109). Dentre os exemplos destacados por Leandro de Castro nesta concepção, não registrada nos léxicos, encontra-se “- *Nonada*. Tiros que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus esteja.” Esta dupla negação, aventada pelo autor, dá conta de suas outras formas de aplicação, como podemos ver na enumeração de sinônimos de tutaméia<sup>31</sup> elencada por Rosa (1969) e sugerida pela “temática de timbres”.

Nilce Sant’Anna Martins (2001) reforça esta acepção sem distingui-la de seu uso comum: “nada, coisa sem importância”. Porém, os nossos estudos sobre a presença da sabedoria chinesa em *Primeiras Estórias* indicaram aquela dupla negação, como outro referencial desta utilização (MONTEIRO DE CASTRO, 1999). E isso pode ser corroborado, se adentrarmos na etimologia da palavra “nonada”. Segundo o “Aurélio”, o substantivo feminino provém de “non, forma arcaica de não, + ada”, remetendo-nos a “ninharia”. Justaposto a “ada”, indicando tratar-se de um “sufixo nominativo igual a ação ou resultado de ação enérgica; ... marca feita com um instrumento”<sup>32</sup>. Trata-se, portanto, de uma não-ação – em chinês ‘wu-wei’. Estamos diante de um dos pilares da sabedoria chinesa, especialmente em sua vertente taoísta.

Gostaríamos de acrescentar que o reconhecimento da não-ação – e da espontaneidade, particularmente - como fundamento vital, não constitui um apanágio do Taoísmo ou, mais amplamente, da Sabedoria Chinesa, muito embora e, provavelmente, tenha sido ele o que melhor sistematizou como exercitá-la. Heloisa Vilhena de Araujo transcreve de *O ornamento do casamento espiritual* de Ruysbroeck (1293-1381), autor citado por Guimarães Rosa na epígrafe de *Corpo de Baile*, (1956) uma passagem que demonstra essas ideias de modo exemplar. Aquela ensaísta lista “três condições [...] para que o espírito possa contemplar Deus por Deus mesmo, sem intermediário, nesta luz divina”, que poderíamos resumir na *não-ação*,

---

<sup>31</sup> nonada, baga, ninha, inânias, osso-de-borboleta, quiquiriqui, tuta-e-meia, mexínlório, chorumela, nica, quase-nada; *mea omnia*.” Interessante que ele separe diferentemente as duas últimas palavras com um ponto e vírgula: “quase-nada; *mea omnia* e que ele destaque em itálico a última que significaria o oposto: “tudo meu” (ROSA, 1969, p. 166).

<sup>32</sup> Heitor Martins (1983) destacou em sua análise o “sufixo ada”, mas o desenvolveu em outra direção.

a *adesão a Deus* e a *perda de si mesmo*. (ARAÚJO, 1996, p. 452) Colocar-se focalizada e corajosamente significa, também, dizer sim para a plenitude.

Não nos surpreende esta proximidade, dada a profusão de fontes filosóficas, religiosas e de sabedoria utilizadas por Rosa. De imediato, o mais interessante a ressaltar consiste no seu significado e nas consequências para a narrativa. A espontaneidade opõe-se, contrasta (sem se apresentar, no entanto, como uma negação - ou um antagonismo - excludente) à institucionalização, como podemos verificar neste comentário de Riobaldo:

Muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. *Bebo água de todo rio...* Uma só, para mim, é pouca, talvez não me chegue. Rezo cristão, católico, embrenho a certo; e aceito as preces de compadre meu Quelemém, doutrina dele, de Cardéque. Mas, quando posso, vou no Mindubim, onde um Matias é crente, metodista: a gente se acusa de pecador, lê alto a Bíblia, e ora, cantando hinos belos deles. Tudo me quieta, me suspende. Qualquer sombrinha me refresca. Mas é só muito provisório. Eu queria rezar – o tempo todo. Muita gente não me aprova, acham que lei de Deus é privilégios, invariável. E eu! Bofe! Detesto! (GVS, p. 15) [grifo nosso]<sup>33</sup>.

Ao dizer que “bebe água de todo rio”, o narrador sublinha a sua busca do sagrado, a sua ânsia de experimentá-lo, sem valorizá-lo de modo excludente e hierarquizá-lo. Ele replicará o que ocorre em sua narração: orações, comumente subordinadas, surgem de forma coordenada ou, mesmo, como orações independentes (VERSIANE, 1975). Ou seja, as subordinações e hierarquias são diminuídas ou mesmo extintas; e, mesmo aquelas pessoas mais marginais, são incluídas: “[...] a preta, Maria Leôncia, longe daqui não mora, as rezas dela afamam muita virtude de poder. [...] E uma outra, do Vau-Vau, uma Izina Calanga para vir aqui, ouvi que reza também com grandes meremerências...” (GSV, p. 16) Riobaldo não se pauta diretamente pelas instituições, ele faz jus ao seu nome: o Rio indica transformação – no inverno, gela, no verão, vaporiza – e fluidez que se opõe à fixidez legal. Isomorfismo que percorrerá todo o livro.

## 2 Riobaldo e o Menino. O MENINO

Riobaldo – um menino - que só reconhece o menino agora, com M, quando Ele próprio se ilumina.

---

<sup>33</sup> Embora Riobaldo destaque a importância da religião, em todo o romance ele usa a palavra apenas 10 vezes, ao contrário de Deus, citada 179 vezes.

“Mas, sério naquela sua formosa simpatia, deu ordem ao canoeiro, com uma palavra só, firme mas sem vexame: - ‘Atravessa!’ O canoeiro obedeceu” (GVS, p. 83)

“E eu não tinha mêdo mais. Eu? O sério pontual é isto, o senhor escute, me escute mais do que eu estou dizendo; e escute desarmado. O sério é isto, da estória tôda – por isto foi que a estória eu lhe contei -: eu não sentia nada. Só uma transformação, pesável. Muita coisa importante falta nome.’

“Minha mãe estava lá no porto, por mim. Tive de ir com ela, nem pude me despedir direito do *Menino*. [...] Nem sabia o nome dêle. Mas não carecia. Dêle nunca me esqueci, depois, tantos anos todos” (GSV, p. 86) [grifo nosso].

Veremos a travessia mais detalhadamente, ao abordarmos as cenas.

### 3 Uma canoa de peroba

*Tendo sempre em vista a ação, o encontro das atitudes e comportamentos num momento e lugar exatos, não poderia existir melhor local para exprimir a transformação do que o Rio, a travessia da grande água numa canoa afundável.*

Ele precisava superar o medo. As situações mais esdrúxulas possíveis levavam o menino Riobaldo ao que havia de pior. Ele poderia repetir o que dizia o Doutor na estória *Famigerado*, de Primeiras Estórias: “o medo me miava”. Ao longo da descida do Rio de Janeiro e a travessia do Rio São Francisco, o medo o acompanhou a todo o momento – da canoa, de seu balançar e da travessia. Todavia, as coisas não começaram assim: “[...] recebera um convite do menino altivo para “passear em canoa [...] e nós escolhemos a melhor das outras, quase sem água nem lama nenhuma no fundo. Sentei lá dentro, de pinto em ovo. “Êle se sentou em minha frente, estávamos virados um para o outro” (GSV, p. 83). Mas as escolhas implicam em certezas provisórias, apenas; a alternância é a regra: de um sentimento de proteção oval ao “deslocamento alternado de um corpo em relação ao seu centro de equilíbrio; segundo Houais (2001) o desequilíbrio. Numa linguagem sertaneja, “daqui pr’ali”.

A sensibilidade do garoto Riobaldo o faz perceber, logo, o balanceio ruim do barco, “[...] no estado do rio” (GSV, p. 81). Mas o guri não era só sensível; ele conhece bastante as madeiras mais apropriadas para fabricação de canoas: “[...] Ah, tantas [elas] no porto, boas canoas boiando, de faveira ou tamboril, de imburama, vinhático ou cedro, e a gente escolhido

aquela [...] Até fôsse crime fabricar dessas, de madeira burra!” (GSV, p. 83). Mas ele não soube reconhecer no momento preciso da escolha, de que árvore foi construída. Perdeu uma oportunidade. De que vale se ter um conhecimento que não leve a agir no momento e lugar precisos? Por que permitir escolher as canoas de madeiras burras? Estas perguntas “valem para o mundo dos homens” (WILHELM, 1989, p. 29). A fragilidade do menino–Riobaldo lhe permite ser mais receptivo; e experimentar a sua capacidade de transformação – o Criativo que existe nele.

Diante do comportamento medroso de Riobaldo, “arregalando os doidos olhos”, o menino se colocava “quieto” e “composto”. Diante da afirmativa de Riobaldo que não sabia nadar, o menino “sereno, sereno [...] afixou, sorrindo bonito: Eu também não sei.” E, então, à maneira de um espelho ele viu o Rio – não mais as suas águas barrentas, avermelhadas, nem aquela “terrível água de largura, imensidade.” Ele viu o rio, pura e simplesmente. Também, à maneira de um espelho<sup>34</sup>, o encontro de Riobaldo-menino com o menino-adulto possibilitou outras oposições: do homem e a natureza e do homem verso homem, esse no que de pior pode haver para o homem humano: o medo. Não o medo chinfrim, mas o medo da grande mudança, de reconhecer-se como homem-humano. O encontro dos dois meninos constitui o encontro do centro, articulador dos contrários (SPERBER, 1982, p. 111). O encontro de sua criança interior, da vida.

Por isso, o narrador se viu “meio pasmado”; e, mais ainda, diante das três repetidas respostas do menino sobre o medo: “Costumo não [...]”; “Meu pai disse que não se deve de ter [...] Meu pai é o homem mais valente deste mundo.” Riobaldo experimentou o “[...] bambalango das águas, a avançada enorme roda-a-roda – que até hoje, minha vida, avistei de maior, foi aquele rio. Aquele, daquele dia.” E já completando a volta, a uma pergunta de Riobaldo sobre a sua valentia, o “menino declarou assim: “Sou diferente de todo o mundo. Meu pai disse que eu careço de ser diferente muito diferente [...]” O anúncio do desmanche do medo consiste em um dos pontos altos do romance e, de tal importância, que se faz no modo imperativo, por três vezes<sup>35</sup>: “[...] E eu não tinha medo mais. Eu? O sério pontual é isso, o senhor escute, me escute mais do que eu estou dizendo; e escute desarmado. O sério é isto, da estória toda – por isto foi que a estória eu lhe contei -: eu não sentia nada” (GSV, p. 85-86).

Riobaldo se ilumina, experimenta o vazio, o que o faz “libertar-se do peso da temporalidade”, segundo Lorenz (1991, p. 84); Rosa recebeu, com a maior alegria, esta

<sup>34</sup> Ver a estória “O Espelho” de *Primeiras Estórias* (1972).

<sup>35</sup> O autor opera com o número três que remete a muitas religiões e sabedorias. No cristianismo católico, o mistério da santíssima trindade; no taoísmo, é aquele que “produz todas as coisas”.

avaliação do crítico alemão e acrescenta que queria: “[...] devolver-lhe [ao Homem] a vida em sua forma original.” (LORENZ, 1991, p. 84) Para entender o desfecho desta *estorieta*, no sentido roseano da palavra, ou seja, da *Alta Política*. Uma cosmovisão transformada. Examinemos, em seguida, uma importante questão na expressão de sua língua e pensamento.

#### 4 A negação não-privativa<sup>36</sup>

Paulo Rónai, em seu admirável ensaio - “Os Vastos Espaços” - que precede *Primeiras Estórias* a partir da 3ª edição, vê na condição de Rosa em criar desenlaces que dissolvem os conflitos, comumente esperados, “a prova decisiva de maestria na arte de tramar histórias” (RONAI, 1972, XXXVIII). Ainda segundo o ensaísta, em algumas estórias “o conflito esperado deixa de se cumprir, o desfecho realiza-se no íntimo das personagens” (1972: XXXVIII). Rónai, apesar de seu profundo conhecimento da obra roseana e, inclusive, de um longo contacto pessoal com o autor, não demonstra e parece realmente não ter nenhum conhecimento do emprego sistemático da sabedoria chinesa, compreendida a sua estilística<sup>37</sup>. Aquela qualidade do autor, tão agudamente observada pelo ensaísta, constitui um dos traços básicos daquela sabedoria seja no confucionismo e vertentes ortodoxas afins seja na taoísta, na arte de nutrir a vida. A sua base reside na própria língua chinesa. Os chineses, ao negarem, não excluem em razão de que o “não-ser” para os chineses significa “ser para si mesmo” e não uma negação excludente do “ser”; os dois termos se opõem e se incluem. Nesta dualidade reside o mistério, porque sob o domínio da unidade - harmonia - e o sígno do *Tao* - a origem. Segundo Wilhelm,

[...] Assim como a vida é a espontaneidade no homem, do mesmo modo o Tao é a espontaneidade absoluta no mundo. Ele é diferente de todas as coisas e escapa a qualquer percepção sensorial; neste sentido, também não entra na esfera da existência. Lao-Tzu atribui a ele, repetidas vezes, a qualidade de o "não-ser" e o "vazio" (WILHELM, 1987, p. 28).

Teresinha Souto Ward em seu estudo linguístico já chamara a atenção, há quase trinta anos, para a necessidade de “examinar as relações entre a significação do texto e a língua e comentar as muitas e variadas formas usadas para sugerir negação ou o não-ser no romance” (WARD, 1984, p. 58-59). Ela destaca o “caráter oral” de construções sintáticas à maneira da

<sup>36</sup> Desenvolvida, por nós, mais extensamente (MONTEIRO DE CASTRO, 1999).

<sup>37</sup> Ele chega a citar Afonso Arinos de Melo Franco que dizia: “Rosa não entrega nem a pau o mapa da mina.” (RONAI, 1972, XLIV). “Através de uma carta, pude obter de sua filha mais um testemunho deste desconhecimento (RÓNAI, XXIX).

“negação não – privativa”: “ninguém nada não falava” (GSV, p. 28); “nem nada não disse” (GSV, p. 202) e poderíamos acrescentar entre outras “nem nada não acreditava” (GSV, p. 149) A autora montes-clarense também enfatiza a construção com “nem não” como “eu nem não acreditei” (GSV, p. 29), (ROSA apud WARD, 1984, p. 59). A autora suspeita que a “ênfase no elemento negativo através da reiteração e outras transformações produz outros efeitos além de negar [...]” e continua ela: “Afinal [...] ‘para o povo, o acúmulo de negativas indica reforço. Entende a gente de letras, pelo contrário, que negar o negado equivale a afirmar” (WARD, 1984, p. 60). O interessante reside em tratar-se da diferença e dependência das condições sociais do interlocutor como podemos confirmar neste diálogo que se passa entre Riobaldo e um jovem doutor, proprietário de mineração de turmalinas no vale do Araçuaí:

[...] discorreu me dizendo que a vida da gente encarna e reencarna, por progresso próprio, mas que Deus não há. Como não ter Deus?! Com Deus existindo, tudo dá esperança: sempre um milagre é possível, o mundo se resolve. Mas, se não tem Deus, há-de a gente perdidos no vai – vem, e a vida é burra. É o aberto das grandes e pequenas horas, não se podendo facilitar – é todos contra os acasos. Tendo Deus, é menos grave se descuidar um pouquinho, pois, no fim dá certo <sup>(GSV: 48)</sup>.

[...] O senhor não vê? O que não é Deus, é o estado do demônio. Deus existe mesmo quando não há. Mas o demônio não precisa existir para haver – a gente sabendo que êle não existe, aí é que êle toma conta de tudo. O inferno é um sem-fim que nem não se pode ver. Mas a gente quer Céu é porque quer um fim: mas um fim com depois dêle a gente tudo vendo (GSV, p. 49).

De início, Riobaldo nega a afirmação do arrogante “Doutor rapaz” a respeito da ausência de Deus, o que levaria a um “vai-vem” mecânico (burro); depois, no entanto, ele expressa um paradoxo, no sentido da ação na não-ação, dizendo que “existe mesmo quando não há”, ou seja, que há o sobregoverno sem necessariamente se materializar na ideia de Deus. Ele aceita a distinção entre Deus e não-Deus - a cultura ocidental e, particularmente, a extremo-oriental bem esclarecida por Joseph Campbell:

Enquanto o típico herói ocidental é uma personalidade e, por isso, necessariamente trágico, condenado a ver-se enredado seriamente na agonia e mistério da temporalidade, o herói oriental é a mônada: sem caráter em essência, uma imagem da eternidade, intocada pelos envoltórios ilusórios da esfera mortal ou liberta deles. E da mesma forma que no Ocidente a orientação para a personalidade se reflete no conceito e experiência até de Deus como uma personalidade, no Oriente, em total oposição, a compreensão dominante de uma lei absolutamente impessoal permeando e harmonizando todas as coisas reduz o acidente de uma vida individual a um mero borrão. (CAMPBELL, 1994, p. 196).

Na aceitação do acaso reside outro elemento configurador da não-ação, da espontaneidade: “Eu estava indo a meu esmo”<sup>38</sup>. Mudança e acaso andam de par; a incorporação do fora pelo vazio, o desenvolver condições internas de articulação – respiração, movimentação, alimentação e outras formas de meio de vida – consubstanciadas pela meditação possibilitam a quietude diante dos acontecimentos. Esta quietude passa pelo coração produzindo uma sabedoria que difere radicalmente da filosofia: “A filosofia é a maldição do idioma. Mata a poesia, desde que não venha de Kierkegaard ou Unamuno, mas então é metafísica” (LORENZ, 1991, p. 68)<sup>39</sup>. Para o autor, sabedoria consiste no “saber e prudência que nascem do coração [e] que se distinguem da lógica [...]” (FERREIRA, 1991, p. 138)<sup>40</sup>. É o que Riobaldo haveria de aprender com o Menino. A imagem da palavra, a des/coberta do verbo constitui o dês/cobrimento do princípio da ação; a posição análoga à conquista do silêncio (FERREIRA, 1991, p. 151)<sup>41</sup> e a não-ação (wu-wei). Neste sentido, a loqüacidade e ansiedade de Riobaldo encontravam o seu espelho no silêncio e concentração do menino. Porém, um movimento inverso ocorreu em Riobaldo, quando percebeu que o seu medo provocava o aumento da coragem no menino, mudando a sua postura: encarou o magnético olhar dele, fazendo o menino retomar o “brilho” dos seus olhos e a deixá-los “bons”<sup>42</sup>. Isso permitiu que o menino pusesse a sua mão na de Riobaldo e lhe passasse algo carnalmente profundo e ainda dissesse ao filho de Bigri: “ – Você também é animoso [...]” Este reconhecimento possibilitou a maior das transformações de Riobaldo: “Amanheci minha aurora.” Um pleonasma indicador de instauração de uma outra forma de existir: “ir a ‘outra’ infância ...” (ROSA apud LEITE, 1997, p. 55)<sup>43</sup>

<sup>38</sup> “O encontro de Riobaldo com o Demo implica ao mesmo tempo, uma vitória (realização) e uma derrota (a persistência da Dúvida) “[...] Digo ao senhor: o diabo não existe, não há, e a êle eu vendi a alma [...] Meu medo é este. A quem vendi?” (GSV, p. 366). Os evangélicos, particularmente, sublinham que não se trata de acaso, mas obra das mãos de Deus. Por sua vez, também poderia ser entendido como o inapreensível, aquilo que está oculto, simplesmente.

<sup>39</sup> Aqui já podemos encontrar indício da filiação de Guimarães Rosa aos retóricos e, ao mesmo tempo, sua diferença. Ver: Seigel (1968).

<sup>40</sup> E Hygia Therezinha Calmon Ferreira acrescenta uma explicação do autor: “Toda lógica contém inevitável dose de mistificação. Toda mistificação contém boa dose de inevitável verdade. Precisamos também do obscuro”. (correspondência com Curt Meyer-Classon) (FERREIRA, 1991)

<sup>41</sup> Entre “As Formas da Ascese e da Mística Humana” que Hygia Ferreira enumera e analisa, destaca-se “A Razão Impotente: o estado contemplativo.” Aí, a autora distingue o silêncio como igual a “recolhimento e concentração” e cita algumas passagens da obra roseana que tem o silêncio como objeto: “O Senhor sabe o que o silêncio é? É a gente mesmo, demais.” (GSV, p. 319) ; “Só há um diálogo verdadeiro: o do silêncio e da voz. (ROSA, 1970, p. 25).

<sup>42</sup> Talvez seja por isso que G Rosa pode encarar Deus com tanta confiança. (LORENZ, 1991, p. 83)

<sup>43</sup> E continuava o escritor, concordando em abrir pela “metade o seu segredo”: “[...] há uma técnica, há processos para a gente voltar á infância, ou ‘melhor’ ir a ‘outra’ infância. Com algum treinamento, qualquer um consegue andar por lá pelo menos umas duas horas, cada dia. E, aí, a cidade vira roça...” (LEITE, ASCENDINO, 1997, p. 55). Essa dica nos leva a um outro entendimento de uma pretendida cidade e de sua cultura. Lembremos, ainda,

Lembremos que ao abordarmos o seu desapego institucional das religiões, reproduzimos uma fala de Riobaldo, onde ele terminava por se questionar a si mesmo considerando-se um bofe, detestável. Pois é no momento em que ele se encontrou com o menino e encetar, através de variados meios expressivos – palavras, olhares e toques - um diálogo liberador, ele conseguiu nascer dele mesmo – *se nascer,nascer de novo* - e transformar-se, porque “bofe” também quer dizer ter bom gênio, corajoso (Houaiss eletrônico) como o Menino confirmou ao denominá-lo de valoroso, decidido, diligente e forte, todos encapsulados em *animoso* (GSV, p. 84).

A ausência de receios de uma tal negação decorre de uma confiança na simultaneidade, reversibilidade e proporcionalidade dos eventos <sup>44</sup>. Se o Tao dá o sentido da unidade, da sua divisão e da soma de um mais dois, que produz todas as coisas é porque nele deposita a viga mestra (GRANET, 1997) e o movimento; este fortalece aquele, assim como os ventos e as tempestades robustecem a árvore, deixando suas marcas no tronco. Wilhelm conclui desta maneira:

No mesmo sentido deve ser entendido também o "não-ser" de Lao-Tzu; este não é simplesmente o nada, mas algo qualitativamente distinto do "existir". O Tao está no interior de todas as coisas, mas não é ele próprio uma coisa; por isso a sua ação é também essencialmente qualitativa (WILHELM, 1987, p. 28).

Estas explicações me remeteram imediatamente à "Partida do Audaz Navegante" de Primeiras Estórias e a diversas outras passagens, tanto neste conto, quanto em outros de Guimarães Rosa. A "lógica" era a mesma! Especialmente em sentenças como estas: "você também nunca viu o jacaré não estar lá"; "Ele vai descobrir os lugares, que nós não vamos nunca descobrir [...]" Ou nesta passagem, que se assemelha àquela relação apontada por Wilhelm, (1987) onde o "não-ser" também não é uma expressão puramente privativa; muitas vezes poderia ser mais bem traduzida por "ser para si mesmo" em oposição a "existir": "Nada leva a não crer, por aí, que ele não se movesse, prático como os mais; mas conforme a si mesmo: de transparência em transparência" (ROSA, 1972, p. 74).

Apesar do provável desconhecimento do emprego da sabedoria chinesa, Paulo Rónai afirma: "Para quem percebe o mundo sob as espécies de luz e sombra, afirmação e negação, o método mais óbvio da criação conceptual de novas realidades é mesmo a invenção de contrastes. A

---

que após a morte de Diadorim e de seu descobrimento como mulher, Riobaldo diz: “[...] desapoderei” (GSV, p. 455). Um dos topos fundamentais da literatura: o nascer e o morrer, embora de um ponto de vista místico.

<sup>44</sup> A sua importância para a compreensão do monismo-dualista expressa-se, por exemplo, na ênfase dada por Tomio Kikuchi em suas obras.



sua inventariação permitiria uma compreensão mais profunda, não somente do estilo, mas da cosmovisão de Guimarães Rosa". (RONAI, 1972, XXXIX)

E o autor do ensaio chega a tal profundidade em sua análise, que continua aquela passagem acrescentando “uma relação rápida de expressões e frases em que o advérbio não surge com valor tipicamente adversativo [...]”<sup>45</sup>. A conclusão de Paulo Rónai confirma que Guimarães Rosa utiliza-se de contrastes contraditórios, mas não excludentes também em outro nível da linguagem: "Insensivelmente chegamos de uma linguagem predominantemente oral, de forte sabor popular, a outra de alto teor filosófico. Só que as duas são uma só, inseparável e orgânica, apesar de toda a sua heterogeneidade" (RONAI 1972, XL). Se o autor houvesse dito, em vez de “insensivelmente” espontaneamente como o *Tao*, ele estaria, praticamente, reproduzindo a primeira seção do *Tao-te King*. O que nos leva a concluir que a re-evolução lingüística de Guimarães Rosa se constitui também de uma re-evolução de cosmovisão. Paulo Rónai, em um ensaio sobre Tutaméia, mostra a importância do que ele denominou antonímia metafísica para uma mudança da disposição mental:

Essa figura estilística, de mais a mais freqüente nas obras do nosso autor, surge em palavras que não indicam manifestação do real e sim abstrações opostas a fenômenos percebíveis pelos sentidos, tais como: antipesquisa, acronologia, desalegria... deverde, ...desprestar (atenção)" [...] ou frases como 'tinha-o para não ser célebre.' Dentro do contexto, tais expressões claramente indicam algo mais do que a simples negação do antônimo: aludem a uma nova modalidade de ser ou de agir, a manifestações positivas do que não é (RONAI, 1969, L).

Na verdade, o que Paulo Rónai denominou (muito ocidentalmente) "antonímia metafísica" não é senão o que Wilhelm denominou de "negação não-privativa", conforme vimos. Não obstante, é o próprio autor (Guimarães Rosa) que nos mostra com uma anedota como esta mudança de mentalidade se efetiva:

Ao passo que a nada, ao "nada privativo", teve aquele outro, anti-poeta, de reduzir a girafa, que passava da marca: -'Você está vendo esse bicho aí? Pois ele não existe!...' - como recurso para sutilizar o excesso de existência dela, sobre o comum, desimaginável. Dissesse tal: - Isto é o-que-é que mais e demais há, do que nem não há [...] (ROSA, 1969, p. 9)

## 5 O foco narrativo: o cerzidor dissimulado

Com Rosa ocorreu uma mudança radical do foco narrativo denominada, por Franklin de Oliveira, (1991)

<sup>45</sup> Entre outras destacadas pelo autor: “em não-tais condições”; “sua não-rapidez” (RÓNAI, 1972, XXXIX).

[...] revolução Roseana... [não mais] “livros vingadores - numa expressão euclidiana – livros de escritores progressistas, renovadores e de espírito emancipador” que [...] “reelaboraram matéria do tempo presente, o tempo atual à sua criação.” A “escrita mimética, kodaquista... despoja o homem de sua transcendência e nada repugnava mais a João Guimarães Rosa.” Trata-se da capacidade do artista “[...] de criar uma outra natureza, dentro do universo natural. natureza [que] tem o nome de *universo humano* – a subjetividade, a nossa intimidade como indivíduo; o da comunidade social em que inserimos a sua existência e o seu destino” (OLIVEIRA, 1991, p. 181-182).

Rosa tinha em alta conta este seu procedimento, segundo nos conta João Cabral de Melo Neto sobre suas trocas de ideias que assim poderiam ser resumidas em: “[...] Eu me lembro que Guimarães Rosa gostava de conversar comigo sobre esse negócio de fabricação da escrita” (ATHAYDE, 1998, p. 128).

A adesão do autor à linguagem o faz um bruxo no manuseio da língua<sup>46</sup> como já notara Consuelo Albergaria e neste empreendimento ele não poupava esforços, se utilizava o máximo possível, tanto na sua capacidade de elaborar recursos de figuras de linguagem, na transposição de excertos transfigurados de livros e de tradução de palavras: “no fundo, enquanto vou escrevendo, eu traduzo, extraio de muitos outros idiomas” (LORENZ, 1991, p. 70). Quanto à tradução, ele não fica ‘apenas’ nela: Lorenz pergunta acerca da menção de Rosa ao “fato da retradução intelectual”, isto é, “experiências com palavras tomadas de idiomas estrangeiros” e dá como exemplo a palavra *supping*, do “dialeto hamburguês” que significa tempo cinzento e chuvoso. Poderíamos acrescentar a palavra *assisado* que, em português, remete a *ajuizado*; em francês remete a *assis*, *sentado*, em português, que, por sua vez, pode remeter à meditação:

Assisado, me enrolei bem no cobertor; mas não adormeci. Eu tinha dó de Diadorim, eu ia com meu pensamento para Otacília. Me balanceei assim, adiantado na noite, em tanto gaio, em tanto piono, com tôdas as novas dúvidas e idéias, e esperanças, no claro de uma espertina. Com muito me levantei. Saí. Tomei a altura do sete-estrêlo. Mas a lua subia estada abençoando redondo o friinho de maio” (GSV, p. 151).<sup>47</sup>

Nesse trecho, nos deparamos com a complexidade da tradução para o autor, encontramos também o que Augusto de Campos já encontrara: a temática de timbres de d e b: “[...] dó de Diadorim”; “[...] abençoando redondo o friinho de maio”. Estes dois exemplos corroboram a apreciação, por Rosa, do escritor como descobridor.

Logo após Nonada, “Riobaldo sentencia que os tiros ouvidos “foram de briga de homem não” e, sim, de seus exercícios de mira: “Todo dia isso faço, gosto [...]” (GSV, p. 9)

<sup>46</sup> como já notara Consuelo Albergaria.

<sup>47</sup> Não que “assisado” tenha somente esta conotação, como podemos certificar nesta outra passagem: “Mas, não diga que o senhor, assisado e instruído, que acredita na pessoa dêle?!” (GSV, p. 11) Neste caso, talvez, “assisado” remeta mais a “juízo”, “ter juízo”.

Em outras duas passagens, Riobaldo enfatiza a sua expertise na utilização de armas de fogo e a faz de modo bem particular: na primeira, se diz inigualável desde “mocinho” e que “[...] pontaria, o senhor concorde, é um talento todo, na idéia” (GSV, p. 125)<sup>48</sup>. Com tal “talento”, os seus colegas sacaram apelidos conotativos de respeito: “*Cerzidor*, depois *Tatarana*, lagarta-de-fogo.” Nenhum desses apodos vingaram, talvez pela ausência de um “feitio” dado, cristalizado do narrador que se vê em contínua transformação (GSV, p. 125-126). Na segunda, em pleno combate no lugarejo de “uma rua só” denominado Paredão, Riobaldo se questionava: “Eu comandava?” O aqui e agora se impunha: “Aí eu era Urutú-Branco: mas tinha que ser o *cerzidor*, *Tatarana*, o que em ponto melhor alvejava”. Porque, se ali não tinha talvez, por “milagre” o seu inimigo se safou; “milagrementemente”, ele também: “[...] A morte de cada um já está em edital” (GSV, p. 440).

Guimarães Rosa nos dá um banho; pois, *cerzidor*<sup>49</sup> além de ser “aquele que cerze, remenda com pontos miúdos, quase imperceptíveis” é também “usado [de modo] pejorativo: que ou aquele que, em seus escritos, faz compilação de textos alheios (diz-se de escritor) Houaiss (2001) Ou ainda, segundo Aurélio (s/d): “*Depreciativo*. Escritor cujos trabalhos são, na maioria, compilação de trechos de outros.”<sup>50</sup> Unir, reunir, juntar: O antologista apenas cerziu alguns poemas.” Se nos adentrarmos mais, em “sentido figurado” esta reunião pode ser intercalada, misturada, combinada sob núcleos comuns (HOUAISS, 2001). Assim, se o preciso atirador Riobaldo acerta, o narrador *precisamente* combina, intercala e, até mesmo, mistura obras de diversas origens e épocas, sejam elas eruditas ou populares.<sup>51</sup> No entanto, ao contrário do que nos dizem os dicionários, o “menor” de Rosa constituiu o que há de maior na literatura brasileira no século XX. O autor subverteu o gênero “compilação” tido como algo menor porque o fez a modo de um digesto em que relaciona o direito romano, direito das gentes e os seus comentadores e as mais diversas sabedorias, religiões, línguas e obras literárias metodicamente por suas afinidades e, também, não afinidades – diferenças atritosas, suscitadoras de novas possibilidades. Ainda assim, as faz soberanas em cada um dos seus

<sup>48</sup> “Assim, para o pensamento grego, “as idéias tornam uma coisa apta a aparecer no que ela é, em seu ser, e a estar presente no que tem de permanente [...]” (HEIDEGUER apud ARAUJO, p. 1996)

<sup>49</sup> Segundo Rosenfield, “Um dos nomes de Riobaldo, ‘*Cerzidor*’ (GSV, p. 126), recebe assim uma significação particular, que diz respeito à construção narrativa da memória, isto é, de uma história que transcende os fatos contingentes da vida particular.” Ainda de acordo com ela, “[...] trata-se [...] enfim de construir com elementos descontínuos, e em si mesmos insignificantes, a imagem de uma ‘catástrofe’ fundamental da existência humana, a da ‘matéria vertente’, isto é, das reviravoltas não apenas individuais mas inscritas em todas as coisas e experiências provenientes da condição humana. (ROSENFELD, 1993, p.12)

<sup>50</sup> Wille Bolle também identificou como “[...] um qualidade essencial do narrador rosiano é ser um comentarista de discursos, seu e alheios – [no entanto, o professor limita a] discursos que correspondem a forças atuantes na história brasileira” (BOLLE, 2004, p. 41). Diante de tantas influências, Grande Sertão como uma reescrita de Os Sertões não restringiria o seu escopo?

<sup>51</sup> Ver especialmente A Cultura Popular em Grande Sertão: Veredas.

lugares. Poderíamos comparar *Grande Sertão* a um “patchwork”<sup>52</sup> tanto na sua etimologia quanto no seu entendimento contemporâneo, segundo Houais: ao primeiro, “algo composto de partes heterogêneas ou incongruentes”; ‘tecido ou trabalho de costura feito de retalhos costurados’, de *patch* ‘peça (de tecido etc.) sobreposta, remendo’ e *work* ‘trabalho, obra’; quanto ao segundo, “trabalho que consiste na reunião de peças de tecido de várias cores, padrões e formas, costuradas entre si, formando desenhos geométricos” (HOUAISS, 2001) Parece claro que o recurso dos pobres para fazer mantas, acaba por se tornar uma obra de arte, sobretudo. A pesquisa bibliográfica nos levou ao texto de Marcelo Marinho que também denomina a “construção do romance [...] como um “mosaico de textos” ao modo de um palimpsesto. (MARINHO, 2002 p.258) O inusitado desses achados faz parte do fazer paradoxal do autor: ocultar e deixar, simultaneamente, rastros, muitas vezes dificilmente identificáveis ou relacionáveis; como Afonso Arinos de Melo Franco já notara: “Rosa não entrega nem a pau o mapa da mina” (RONAI, 1972, LVI). Declaração que o escritor corrobora em outras correspondências a amigos, ainda que de forma geral, conforme deixou claro em uma carta a Fernando Camacho: “Em qualquer caso nunca é o (sic) terra a terra. A terra é sempre o pretexto [...] aquilo é texto pago para ter o direito de esconder uma porção de coisas... para quem não precisa de saber” (ROSA apud MARINHO, 2002, p. 258).

A não revelação e a dissimulação de seus recursos narrativos estão em conformidade com a cerzidura de seus textos assim como da política conforme veremos, ao abordarmos as presenças das obras de Baldo de Ubaldis e Maquiavel em *Grande Sertão: Veredas*. Daí, a intensidade dos estudos de sua obra corroborando, pelo avesso, o adágio popular “quem é muito oferecido, não é querido”. Seria um despropósito, considerarmos a obra como a “cerzidura de um patchwork”? Ou a cerzidura à maneira do “digesto”<sup>53</sup>, de acordo com a visão do jurista medieval Baldus de Ubaldis?<sup>54</sup> Trata-se, em suma, de uma obra civilizatória.

<sup>52</sup> Houais: trabalho que consiste na reunião de peças de tecido de várias cores, padrões e formas, costuradas entre si, formando desenhos geométricos”; **Etimologia.** ing. *patchwork* (1692) ‘algo composto de partes heterogêneas ou incongruentes’; ‘tecido ou trabalho de costura feito de retalhos costurados’, de *patch* ‘peça (de tecido etc.) sobreposta, remendo’ e *work* ‘trabalho, obra’. Na revisão dos artigos de Veredas de Rosa, op. cit encontrei no artigo de Paulo de Andrade (2003, p. 462) “O que não digo, meço palavra” referência à Tutaméia como “um patch-work, utilizando-se de Barthes: “coberta rapsódica feita de quadrados costurados.”

<sup>53</sup> **digesto**<sup>2</sup> (di.ges.to) Dicionário Aurélio (s/d).

1. Obra ou conjunto de obras que reúne regras e leis (digesto romano, digesto presbiteriano)

2. Compilação das decisões dos juriconsultos romanos mais célebres, transformadas em lei por decisão do imperador Justiniano (cerca de 483-565), e que representa uma das quatro partes do *Corpus Juris Civilis*; [Corpo de Direito Civil] PANDECTAS [Nesta acp. com inicial maiúsc.]

3. Publicação que reúne textos condensados de artigos, reportagens, livros etc  
Read more:

[http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital&op=loadVerbete&palavra=digesto#ixzz1nafjT8vE](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&palavra=digesto#ixzz1nafjT8vE)

<sup>54</sup> “... esta genealogia medieval da narrativa de Riobaldo ‘ajuda a esclarecer a lógica do livro e leva a investigar os elementos utilizados para transcender a realidade do banditismo político, que aparece então como avatar

Guimarães Rosa endossa, de forma semelhante, estas sugestões em carta para o filósofo Vicente Ferreira da Silva, dois anos depois do lançamento do romance: “Valeria a pena (quem sabe?) reler também o *Grande Sertão: Veredas* – que, por bizarra que V. ache a afirmativa, é menos literatura pura do que um sumário de idéias e crenças do autor, com buritis e capim devidamente semi-camuflados” (ROSA, 1968). O escritor, dissimulado como ele é, cirze figuras de linguagem oriunda de fontes diferentes. No capítulo dedicado “aos meios de dar ampliação ao estilo”, Aristóteles chama atenção para os “termos indicativos de privação... meio que consiste em dizer o que uma coisa não é”, como verificamos ainda quando da análise da negação não privativa. Daí que os poetas tiram muitas expressões: “o canto sem cordas, o canto sem lira” (ARISTÓTELES, s/d, p. 221). Semelhantemente, aquilo que não é mais audível, aquilo que não é mais visível permanecem e

[...] atua[m] apenas como possibilidade, como potencialidade, constituem para a China a culminância da arte. Sem dúvida é a mais difícil de se entender. O poeta chinês T’ao Yüan Ming possuía uma cítara sem corda. Ele passava a mão por seu instrumento, dizendo: Só as cítaras sem cordas podem expressar as derradeiras emoções do coração (WILHELM, 1995, 56).

A costura do autor encontra nestes exemplos de tradições tão díspares, coincidências que quebram a idéia de antagonismos excludentes, assim como, a demonstração da existência de estados sutis semelhantes.

Leitores de Rosa, muitas vezes se vêem emocionados apenas com encontros dos lugares ou lembranças dos narradores, a “barquejada” pelo Rio São Francisco e o projeto “Guimarães Rosa: lugares”. Segundo *Marily da Cunha Bezerra e Dieter Heidemann*, “viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta!” Assim, continuam os geógrafos:

Pouco a pouco, todos os participantes acompanharam os sentimentos que Guimarães Rosa expressou em vários momentos. O amor da geografia vem pelos caminhos da poesia e da imensa emoção poética que brota da paisagem sertaneja e das suas belezas: dos cerrados e dos cerradões, das veredas e dos riachos, dos campos e chapadões, das campinas e dos ‘alegres’, dos morros e dos horizontes, dos saberes dos homens e das mulheres do sertão e do seu modo de vida. E, seguindo o conselho de Guimarães Rosa, os expedicionários sertanejos sempre procuraram complementar ‘o embevecimento do puro contemplativo’ com a ‘luz reveladora dos conhecimentos geográficos’ (BEZERRA; HEIDEMAN, 2006, p. 7)<sup>55</sup>.

---

sertanejo da Cavalaria’, tão semelhantes parecem ser os valores constitutivos da jagunçagem e da cavalaria.” (CÂNDIDO apud ARROYO, 1984, p. 82)

<sup>55</sup> Luis Fernando Veríssimo, numa crônica de jornal, se não nos enganamos, O Globo, intitulada “Enlevo”, reporta a emoção do público diante de uma palestra de José Miguel Wisnik sobre o conto O Recado do Morro.

Uma vez perguntado pelo crítico português Arnaldo Saraiva, “como enveredou pela invenção lingüística”, Guimarães Rosa respondeu que foi sua “necessidade de capturar coisas vivas, junta à [sua] repulsa física pelo lugar-comum” e como decorrência “íntima” sua a de enriquecer e embelezar a língua, tornando-a mais plástica, mais flexível, mais viva.”<sup>56</sup> De forma bem mais extensa, ainda que semelhante, o escritor também diz que uma energia cavalgar lhe toma e, sobremaneira, a de depurar as palavras da “linguagem cotidiana e reduzi-la ao seu sentido original.” E além do mais, diz ele: “incluo em minha dicção certas particularidades dialéticas de minha região, que são linguagem literária e ainda têm sua marca original, não estão desgastadas e quase sempre são de uma grande sabedoria lingüística”<sup>57</sup> (LORENZ,1991, p. 81). O crítico Assis Brasil, em um livro escassamente referido, indaga ‘como ser novo reconstituindo o velho’; ele se utiliza do estudo de Herbert Read (1967) sobre o “princípio biológico da arte” onde reproduz um poema chinês em prosa sobre a “Arte das Letras” em que o encontro da “mente e matéria” forja naturalmente profundos impulsos que engendram, caótica e espontaneamente, sons e palavras que a agudez da mente transforma em “ordem milagrosa”,

[...] a fase talvez mais importante no processo artístico: o poeta deve discriminar entre essa abundância confusa, ou seja, dar-lhe uma forma agradável aos sentidos – imagens que enchem os olhos, música que inunda os ouvidos – e isso é feito com os instrumentos de seu ofício - com o pincel sobre a seda, ou como diríamos, com a pena no papel. A habilidade é necessária; essa fase Lu Chi chama de “as regras de dicção e padrões musicais da escrita.” (ASSIS BRASIL, 1969, p. 105-106).

Isto é, o fato do escritor mineiro geralista enviar a carta a um filósofo pesa na sua ironia, mas não é de todo um engano. A vitalidade do escritor, deixada explícita nas suas entrevistas e nos prefácios à Tutaméia, conforma-se a um estado sutil já citado por inteiro por nós: processos para a gente voltar à infância, ou melhor ir a ‘outra’ infância. (ROSA apud LEITE, 1997, p. 55) Não é à toa os recorrentes encontros com Meninos de M maiúsculo em sua obra; e que estudiosos do porte de Benedito Nunes (1964) e Henriqueta Lisboa (1966) tenham se dedicado a abordar o que a poetisa mineira denominou de “motivo infantil na obra de Guimarães Rosa.”<sup>58</sup>

<sup>56</sup> *A última Entrevista de Guimarães Rosa*. Disponível em <http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/a-ultima-entrevista-de-guimaraes-rosa>

<sup>57</sup> O autor ainda acrescenta o “idioma formado pela influência das ciências modernas e o antigo português dos sábios e poetas daquela época dos escolásticos da Idade Média.” (ROSA apud LEITE, 1997, p. 55)

<sup>58</sup> Benedito Nunes (1964); Henriqueta Lisboa (1966) Não poderia deixar de acrescentar o estudo, ainda que mais tardio, de Vania Maria Resende (1988).

Em “O Amor na Obra de Guimarães Rosa”, Benedito Nunes incluiu “uma curiosa estirpe de personagens, preludiada por Miguilim e Dito, de ‘Campo Geral’,<sup>59</sup> e a qual pertencem infantes de extrema perspicácia e aguda sensibilidade, muitas vezes dotados de poderes extraordinários, quando não possuem origem oculta ou vaga identidade.”

Riobaldo, o jagunço, reclama uma justa separação entre o bem e o mal: que esses opostos se excluíssem e que um deles nada permanecesse no outro. ‘Ao que - concluía ele vendo que pedia o impossível – este mundo é muito misturado. No menino, os opostos se conciliam, e deles, por uma espécie de transsubstanciação alquímica da alma, ao cabo da qual a vida se renova, ganhando inéditos esplendores, nasce a harmonia superlativa de que falava Heráclito (NUNES, 1964, p. 158).

## 6 O Mundo Misturado.

A disposição diferente dos personagens no enredo nos leva a destrinchá-los. Riobaldo demarca os territórios da moral: “Quero-os todos os pastos demarcados... Como é que posso com este mundo?” (GSV, p. 169). Ele responderá de uma maneira surpreendente ao tornar evidente o paradoxo que no “macio de si” da vida a ingratidão ganha proeminência enquanto a esperança acompanha o “fel do desespero”. O jagunço se verga diante de uma realidade mais afortunadamente complicada: “[...] este mundo é muito misturado [...]” (GSV, p. 169). À pergunta, Tatarana não acerta uma resposta; mas a dúvida se instala. Diadorim, duro pela inteireza, mas quem também acaba por não dar conta de sua própria realidade:

Mas Diadorim repuxou o freio, e esbarrou; e, com os olhos limpos, limpos, êle me olhou muito contemplado. Vagoroso, que dizendo:

- ‘Riobaldo, hoje-em-dia eu nem sei o que sei, e, o que soubesse, deixei de saber o que sabia...’

Demorei que êle mesmo por si pudesse pôr explicação. E foi êle disse: - ‘Por vingar a morte de Joca Ramiro, vou, e vou e faço, consoante devo. Só, e Deus que me passe por esta, que indo vou não com meu coração que bate agora presente, mas com o coração de tempo passado... E digo...’

‘Menos vou, também, punindo por meu pai Joca Ramiro, que é o meu dever, do que por rumo de servir você, Riobaldo, no querer e cumprir...’

Nem considere. – ‘É o Hermógenes tem de acabar!’ – eu disse. Diadorim, ia ter lágrimas nos olhos, de esperança empobrecida. Me mirava, e não atinei. Será que até eu achasse uma devoção dêle merecida trivial? Certo seja (GSV, p. 403-404).

Aquele Menino, que infundiu tanta confiança em Riobaldo, muda de tom e sentimento. O Reinaldo, o companheiro jagunço, sabe que matar Hermógenes significa

<sup>59</sup> Uma das novelas de Corpo de Baile.

também o fim do propósito de “*Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins* – que nasceu para o dever de guerrear e nunca ter medo, e mais para muito amar, sem gôzo de amor [...]” (GSV, p. 458) Diadorim, travesti, neblina de Riobaldo, sua alma. Aquele que trazia em seu nome Deus e o Diabo (MACHADO, 1966; CAMPOS, 339). Menino que influía a coragem em Riobaldo – “mas, que coragem inteirada em peça era aquela, a dêle? De Deus, do demo?” - e que lhe fez interessar-se por “quisquilhas da natureza” (GSV, p. 25), como o Manuelzinho-da-Crôa, referência de amor e vivacidade. O Urutu-Branco não conseguiu atinar a mudança de sentimento de Diadorim, uma “devoção merecida”: o ódio pertencia ao passado e precisava ser efetivado. Aquilo que foi compulsivo em Diadorim durante todos os anos, neste momento, se faz envelhecido para ele. Riobaldo não consegue encontrar sentido naquela “esperança empobrecida” de Diadorim: “servir a Riobaldo” no cumprimento de seu destino de efetivar a sua chefia e tornar-se não apenas um mandatário, mas também um possível governante. Dica, aliás, que não lhe faltara: “Mas me lembro que no desamparo repentino de Diadorim, sucedia uma estranhez – alguma causa que êle até de si guardava, e que eu não podia entender. Uma tristeza meiga, muito definitiva. No tempo, não apareci no meio daquilo. Assim foi que foi” (GSV, p. 286).

Parece que o ex-jagunço continuava a procurar certificar-se de suas dúvidas acerca de alguns dos principais acontecimentos de sua história-estória; um tanto cabotidamente, com o seu interlocutor culto e, claro, os seus leitores: “Agora, que o senhor ouviu, perguntas faço. Por que foi que eu precisei de encontrar aquele Menino? Toleima, eu sei. Dou, de.” (GSV, p. 86) Dizendo cruamente: o olhar de criança – espontâneo, receptivo - permite atingir diretamente o leitor; comportar-se ágil e decisivamente sem gerar antagonismos excludentes e, sobretudo, corresponder a um refeatório da língua, refeição de alimento verbal, uma maneira central de refazer o homem humano, segundo o autor. Fazer um H para a política e a história, através de uma *ficção jurídica* da filha, única descendente de Joca Ramiro, travestir-se de homem para sua sucessão. Coincidências que levaram um verdadeiro homem a sucedê-lo <sup>60</sup>, talvez dando razão a Diadorim: “mulher é gente tão infeliz.” (GSV, p. 133). De fato, há um episódio que pode nos levar a esta direção. Reinaldo, alegre, anuncia a Riobaldo a chegada do “homem mais valente”, Joca Ramiro e diz: “Não sabe que quem é mesmo

---

<sup>60</sup> Francis Uteza diz que “[...] nunca serão elucidados os motivos de disfarce da Virgem Guerreira – deduzindo-se disso que o escritor se recusa a dar qualquer satisfação ‘realista’, solicitando, pois ao leitor que, em contrapartida, procure explicações em outro nível” (UTEZA, 1994, p. 353). De fato, ele tem razão, mas não completamente: há no romance pequenas pistas (que reforçam a nossa abordagem sob o ponto de vista dos detalhes); Heloísa Starling também afirma que “Além da necessidade de ser diferente, não há em *Grande Sertão: Veredas* nenhuma outra explicação sobre os motivos que levaram Joca Ramiro a travestir de homem sua única filha.” (STARLING, 1999, p. 70).



inteirado valente no coração, êsse também não pode deixar de ser bom?! Já Tatarana reflete três vezes: “Para mim, o indicado dito, não era sempre completa verdade. Minha vida. Não podia ser” (GSV, p. 116). Na perspectiva do narrador, uma ilusão profunda. O que estaria certo quanto ao propósito político e egoísta de Joca Ramiro: sacrificar Maria Deodorina como mulher, forçando-a a caracterizar-se como homem.

### **7. De Reinaldo a Diadorim: Passagens**

“Hê, mandacaru! Ôi, mandacaru! Diadorim belo feroz! Ah!, ele conhecia os caminhares. Em jagunço, o poder seco da pessoa é que vale... Muitos, ali, haviam de querer morrer por ser chefes - mas não tinham conseguido nem tempo de se firmar quente nas idéias. E os outros esimaram e louvaram: - ‘Reinaldo! O Reinaldo!’ – foi o aprôvo deles. Ah” (GSV, p. 65)

“Soflagrante, conheci. O môço, tão variado e vistoso, era, pois sabe o senhor quem, mas quem mesmo? Era o Menino! O Menino, senhor sim, aquêle do porto do de Janeiro, daquilo que lhe contei, o que atravessou o rio comigo, numa bamba canoa, toda a vida. E êle se chegou, eu do banco levantei. Os olhos verdes, semelhantes grandes, o lembrável das compridas pestanas, a boca melhor bonita, o nariz fino, afiladinho. Arvoamento dêsses, a gente estatela e não entende; que dirá o senhor, eu contando só assim? Eu queria abraço para êle, para abraço, mas minhas coragens não deram . Porque ele faltou com o passo, num rejeito, de acanhamento. Mas me reconheceu, visual. Os olhos nossos donos de nós dois. Sei que deve de ter sido um estabelecimento forte, porque as outras pessoas os outros notaram – isso no estado de tudo percebi. O Menino me deu a mão: e o que a mão a mão diz é o curto; às vezes pode ser o mais advinhado e conteúdo; isto também. E ele como sorriu. Digo ao senhor: até hoje para mim está sorrindo. Digo. Êle se chamava o Reinaldo.” (GSV, p. 108)

“... O rio, objeto assim a gente observou, com uma crôa de areia amarela, e uma praia larga: manhãzando, ali estava re-cheio em instância de pássaros. O Reinaldo mesmo chamou a atenção. O comum: essas garças, enfileirantes, de toda brancura; o jaburu; o pássaro-verde, o pato-prêto, topetudo; marrequinhos dansantes; Martim-pescador; mergulhão; e até uns urubus,

com aquêlê triste pré to que mancha. Mas, melhor de todos – conforme o Reinaldo disse – o que é o Passarim mais bonito e engraçadinho de rio-abaiço e rio-acima: o que se chama o manuelzinho-da-crôa. (GSV, p. 111)

“Conforme pensei em Diadorim. Só pensava era nêlê. ...Eu queria morrer pensando em meu amigo Diadorim, mano-oh-mão, que estava na Serra do Pau-d’Arco... Com meu amigo Diadorim me abraçava. Sentimento meu ia-vova reto para ele... (GSV, p.19)

“... Mas, Diadorim? De olhos os olhos agarrados: nós dois. Asneira, eu naquela hora supria suscitar alto meu maior bem-querer por Diadorim; mesmo, mesmo, assim mesmo, eu arcava em cru com o desafio, desde que êle brabasse, desde que ele puxasse. Tempo instante, que empurrou morros para passar... Afinal, aí, Diadorim abaixou as vistas. Pude mais que ele! Se riu, depois de mim.” (GSV, p. 66)

“Diadorim também, que dos claros rumos me dividia...” (GSV, 74)

“-Pois então: o meu nome, verdadeiro, é *Diadorim*... Guarda êste meu segrêdo. Sempre, quando sozinhos a gente estiver, é de Diadorim que você deve de me chamar, digo e peço, Riobaldo...”

Assim eu ouvi, era tão singular. Muito fiquei repetindo em minha mente as palavras, modo de me acostumar com aquilo. E ele me deu a mão. Daquela mão, eu recebia certezas. Dos olhos. Os olhos que êle punha em mim, tão externos, quase tristes de grandeza. Deu alma em cara. Advinhei o que nós dois queríamos – logo eu disse: - ‘*Diadorim... Diadorim!*’ – com uma fôrça de afeiçã. Êle sério sorriu. E eu gostava dê le, gostava, gostava. Aí tive o fervor de que êle carecesse de minha proteção, tôda vida: eu terçando, garantindo, punindo por êle. Ao mais, os olhos me perturbavam; mas sendo que não me enfraqueciam. Diadorim.

Reinaldo, Diadorim, me dizendo que este era real o nome dê le –foi como dissesse notícia do que em terras longes se passava. Era um nome, ver o que. Que é que é um nome? Nome não dá:nome recebe. ... Mas havendo o êle querer que só eu soubesse, e que só eu êsse nome verdadeiro pronunciasse. Entendi aquele valor. ... A amizade dêle, êle me dava. E amizade dada é amor. Eu vinha pensando, feito tôda alegria em brados pede: pensando por

prolongar. Como tô da alegria, no mesmo do momento, abre saudade. Até aquela – alegria sem licença, nascida esbarrada. Passarinho cai de voar, mas bate suas asinhas no chão” (GSV, p 121)

## 8 O esquisito Riobaldo

A perspectiva individual do narrador se aproxima, no livro daquilo que Jung denominou “individuação”<sup>61</sup>: “O senhor saiba: eu tôda a minha vida pensei por mim, fôrro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo mundo [...]” (GSV, p. 15). Individuação que perpassa todo o romance e seus principais personagens e que “[...] o indivíduo é visto como forma essencial da realidade, assim como mais alto valor desta mesma realidade” (SPERBBER, 1976, p. 120). Não poderíamos deixar de acrescentar, por ora, Diadorim e Zé Bebelo; o primeiro, também assim se auto-avalia como radicalmente diferente ao responder a Riobaldo – “Você é valente, sempre?” (GSV, p. 86). Em relação ao segundo, são inúmeras as declarações de admiração de Riobaldo em relação a Zé Bebelo – por sua auto-confiança, capacidade de decisão e coragem. Tomaremos como exemplo, talvez, o episódio mais difícil para Zé Bebelo, quando, instado por Riobaldo a dizer quem era o chefe e por fim, já deposto, confessa: “[...] tenho de tanger urubú, no m’embora. Sei não terceiro, nem segundo. Minha fama de jagunço deu o final...” Para, imediatamente depois dizer, rindo e na maior educação: - ‘Mas, você é o outro homem, você revira o sertão [...] Tu é terrível, que nem um urutu branco (GSV, p. 331)<sup>62</sup>. O que “faz o séquito “romper em risos” e conclamar Riobaldo, como o legítimo chefe:” – O *Urutú-Branco!* Ei, o *Urutú-Branco!* (GSV, p. 331).

A função emotiva da linguagem, predominante na narrativa, nos dá pistas sobre o papel do individualismo no romance. No julgamento, Riobaldo foi o primeiro a clamar pela vida de Zé Bebelo e o fez de uma maneira nada correta, ao atribuir a Joca Ramiro esta decisão:

---

<sup>61</sup> “[...] o indivíduo identifica-se menos com as condutas e valores encorajados pelo meio no qual se encontra e mais com as orientações emanadas do Si-mesmo, a totalidade de sua personalidade individual.” Dicionário Crítico de Análise Junguiana. Disponível in <http://www.rubedo.psc.br/dicjung/verbetes/individua.htm>.

<sup>62</sup>Sobre o valor que Rosa atribui ao individualismo, vale a pena ler o “Teatrinho” em que o escritor mineiro-geralista mostra o seu apreço pelas atitudes e comportamentos discretos de Érico Veríssimo durante sua estadia nos EEUU (ROSA,1979, p. 81).

‘Joca Ramiro quer êsse homem vivo! Joca Ramiro quer esse homem vivo! Joca Ramiro faz questão!...’ A que nem não sei como tive o repente de isso fazer – falso, verdadeiro, inventado [...]  
Firme gritei, repeti (GSV, p. 192).

O professor, secretário e companheiro dele de luta o conhecia bastante por seu valor como chefe e respeito aos seus prisioneiros; Zé Bebelo não poderia ser morto. Mas a confusão de Riobaldo prepondera e ele acaba por mudar de opinião – “[...] eu dei um salto de espírito” (gsv, 193). Ele se deu conta que poderia acontecer algo pior:

[...] que pegassem vivo Zé Bebelo, em carnes e ossos, para depois judiarem com êle, matarem de outro pior jeito, a fácil?!Minha raiva deu em mim. Me mordi, me abri, me-amargo. Tanto tudo ia sendo sempre por minha culpa! E daí pedi tudo ao rifle e às cartucheiras. Eu atirava, atirava: queria, por tôda a lei, alcançar um tiro em Zé Bebelo, para acabar com êle de uma vez, sem martírio de sofrimentos. – ‘Tu está louco, Riobaldo?’ – Diadorim gritou... Joca Ramiro quer o homem vivo! Joca Ramiro quer, deu ordem!’ todos agora me gritavam. Assim contra mim, agora todos. O que eu havia de desmentir? E não vi direito, o fato (GVS, p. 193).

Zé Bebelo, “homem *estúrdio*” (GSV, p. 194); [grifo nosso], demandou julgamento “- *Assaca! Ou me matam logo aqui, ou então eu exijo julgamento correto legal!...* e foi. Aí Joca Ramiro consentiu, o praz-me, prometeu julgamento já... (GSV, p. 194). Zé Bebelo, o diferente, força o julgamento, inaudito. Homens de chefias discordantes se posicionam de modo concordante; em Grande Sertão, os indivíduos diferentes acabam por se aproximar. A individuação suscita a ligação sutil, assim como os rizomas dos bambus.

Há um deslocamento do foco narrativo através dos recursos de distanciar-se de certos alinhamentos, destacar-se ou, melhor ainda, recuar-se, como historicamente aconteceu,

No decorrer da HISTÓRIA, porém, as histórias narradas pelos homens foram-se complicando, e o NARRADOR foi mesmo progressivamente se ocultando, ou atrás de outros narradores, ou atrás dos fatos narrados, que parecem cada vez mais, com o desenvolvimento do romance, narrarem-se a sí próprios; ou, mais recentemente, atrás de uma voz que nos falta, velando e desvelando, ao mesmo tempo, narrador e personagem, numa fusão que, se os apresenta diretamente ao leitor, também os distancia, enquanto os dilui (MORAES LEITE, 1994, p. 5-6) [grifo da autora].

Difícil de ser capturado por conceitos já estabelecidos, Rosa enfatiza que “Riobaldo é mundano demais para ser místico, é místico demais para ser Fausto; os que chamam o [Grande Sertão Veredas] de barroco é apenas a vida que toma forma de linguagem” (LORENZ, 1991, p. 95). As contradições da vida, erros e acertos precisam ser compreendidas no contexto de então, de modo que os sentimentos não se desconectem de seus significados e

que, em cada uma das contradições, o indivíduo possa se reconhecer, na diferente e sucedida pessoa, a exitosa expressão “sucedido desgovernado” (GSV, p. 78). Paradoxal e, por isso, capaz de captar “em ato” o real através da des-focalização/focalização. As “diferentes pessoas” de Riobaldo deixam marcas por onde ele passa: Baldo, o professor, o secretário, Cerzidor, Tatarana, Urutú Branco e Urutú-Branco. Mas, ele próprio se constituiu através de um desdobramento: “Riobaldo é o sertão feito homem e é meu irmão”, esclarece Rosa diante de uma pergunta de Lorenz: “Como você delinea o seu Riobaldo?” (LORENZ, 1991, p. 95).

Construído pelo autor implícito<sup>63</sup>, este interlocutor possui traços rústicos contrapostos aos do doutor. Esse procura compreender o jagunço, reconhecendo a sua coragem, admirando a sua liberdade – “é assim, movimentação” (GSV, p. 243) - a espontaneidade, seja da fala sertaneja seja do comportamento duvidoso a respeito do pecado (LORENZ, 1991, p. 86) e, portanto, da culpa: “[...] Sei que tenho culpas em aberto. Mas quando foi que minha culpa começou?” (GSV, p. 109)<sup>64</sup>. Suzi Sperber (1982, p. 73) já notara que o Doutor coloca-se como o “tu” de Riobaldo e, portanto, nós, leitores. E, com isso, o jagunço delinea o não-sertanejo: “Sou só um sertanejo, nessas altas ideias navego mal. Sou muito pobre coitado. Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com tôda leitura suma doutoração. (GSV, p.14)” O cidadão doutor colabora para demarcar o sertão, insistindo na liberdade quase total de movimentar-se do sertanejo, quem sabe se não limitada apenas por sua natureza e dela mesma. O autor procura captar a vida em ato; e, para isso, ele precisa “afiar” o seu instrumento, em consonância de tal modo que a flexibilidade e a simples beleza possam encontrar lugar em suas palavras – na língua. Poliglota, versado no conhecimento de outras culturas, religiões, sabedorias e filosofias, Rosa utilizou-se da língua portuguesa de modo autoral de forma a torná-la mais graciosa e potente.

Importante nos aprofundar, de maneira mais detalhada, ao seu método de operar a língua e, especificamente, a palavra porque não só se trata da matéria prima da narrativa, como da forma de construção do romance. “[...] implica na utilização de cada palavra como se ela tivesse acabado de nascer, para limpá-la das impurezas da linguagem cotidiana e reduzi-la a seu sentido original”. É de bom alvitre lembrar que Rosa coloca a questão do meio e do centro não só em suas narrativas como nos corpos de alguns de seus livros, literalmente; E

---

<sup>63</sup> “O AUTOR IMPLÍCITO é uma imagem do autor real criada pela escrita, e é ele que comanda os movimentos do narrador, das personagens, dos acontecimentos narrados, do tempo cronológico e psicológico, do espaço e da linguagem em que se narram indiretamente os fatos ou em que se expressam diretamente as personagens envolvidas na HISTÓRIA.” (MORAES LEITE, 1991, p. 19)

<sup>64</sup> Riobaldo reporta-se às questões colocadas por Pelágio e Agostinho: existe a hereditariedade do pecado ou não?

ainda o faz relacionando-os a espelho<sup>65</sup>. A correlação entre vida e língua, destacada por ele em sua declaração a Günter Lorenz, constitui o “ponto de partida” de sua obra. (LORENZ,1991, p. 83.) Para capturar a vida em seu estado vital, ele necessita de palavras e de estruturas da linguagem capazes de acordar com o seu intento e, para isso, ele é responsável, ainda que se apresente, na maior parte, anonimamente. Muitas vezes em estado nascente, se assemelham ao humor do sertanejo, que o próprio Rosa atribuiu esta observação a Günter Lorenz: “[...] perdeu a inocência no dia da criação e não conheceu ainda a força que produz o pecado original”. Segundo Rosa, em carta a Mary Lou Daniel

Os sertanejos de Minas Gerais, isolados entre montanhas, no imo de um Estado central, conservador por excelência, mantiveram quase intacto um idioma clássico-arcaico, que foi o meu, de infância, e que me seduz. Tomando-o por base, de certo modo, instintivamente tendo a desenvolver suas tendências evolutivas, ainda embrionárias, como caminhos que uso (MARTINS,1968, p. 7).

A sabedoria e a língua dos sertanejos portam frescor, vitalidade e movimento. Elas possuem condições de trazer para nós, leitores e cidadãos, uma razão não predominantemente pecuniária e um não-poder; uma razão e um conhecimento que não incompatibilizam a experiência com o sagrado, rito e a magia. Mas elas precisam ser “traduzidas”; e, em direção dupla, de modo que o leitor possa chegar ao arcaico e eterno sertão, àqueles “topos” da literatura – medo, coragem, amor, superação, derrotas e vitórias, Deus e o demônio – e também à ciência política e disciplinas afins como a sociologia, antropologia e história<sup>66</sup>. A “verdade efetiva das coisas”, uma questão-chave para o secretário florentino que poderá, como pôde, ser compreendida numa leitura de *Grande Sertão: Veredas* – “uma sociologia em ato”<sup>67</sup> de maneira diferente do que habitualmente ocorre; não mais um realismo que se baseie no ceticismo quanto ao valor da mudança - “quanto mais muda, mais é a mesma coisa” – pois, ao negar a simultaneidade, proporcionalidade e principalidade, combinação da permanência e da mudança (sobretudo esta última), “o realismo, embora preponderante em termos lógicos, não nos dá as fontes de ação que são necessárias até mesmo para o prosseguimento do pensamento” (CARR, 2001, p. 117). A noção de ficção como oposta à verdade, de modo excludente, nos põe numa sinuca de bico porque carrega uma ilogicidade desde o ponto de partida, como já notara Baldus De Ubaldis.: Ficção imita a natureza, [ele] opinava, ‘mas, por

<sup>65</sup> Ver Sperber (1982); Araujo (1992; 1996; 1998) e Monteiro de Castro (1999).

<sup>66</sup> Embora Rosa negasse a sociologia, ele foi um leitor atento de Oliveira Vianna, (1974) e G. Freyre (1998), entre outros.

<sup>67</sup> Segundo Luis Werneck Vianna em sua palestra no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, em Curitiba/2011.

esta razão, a ficção só pode tomar lugar onde a verdade pode ter o seu lugar (KIRSHNER, 1974, p. 313). O oposto, mas, também, continuação, consiste no sutil, na “liberação da vida, do homem. Como já enfatizamos, exatamente porque Rosa opera com a noção de continuidade entre o céu e a terra revela a força do seu realismo e hiperrealismo. Como já notáramos, a ausência da noção de pecado original no sertanejo (LORENZ, 1991, p. 86) faz dele alguém mais vital. Um rústico, não a ser desvendado pelo civilizado (SCHWARZ, 1991, p. 379)<sup>68</sup> e, sim, que o diálogo, ao igualá-los, suscita a receptividade do doutor à potência da fala de Riobaldo; o que não faz, a este último, diminuir a inveja que a alta admiração lhe tem, ainda que, misturada, possivelmente com uma ironia.

## 9 Dois logos em fios paralelos

Roberto Schwarz, em suas várias aproximações ao foco narrativo, denominou o diálogo de diversos modos – “pela metade”; “visto por uma face” – em virtude da presença do interlocutor ser “patente apenas pelo reflexo no relato de Riobaldo, única voz do livro” o que fez levar a uma síntese expressiva: um monólogo *inserto* em situação dialógica” (SCHWARZ, 1991, p. 379). ‘Ausência/ presença’ que evocam a simultaneidade do real e da ficção. Corroborando em parte o que disséramos acima e nos apropriando da formulação de Schwarz, poderíamos dizer que também há uma ‘igualdade inserta na desigualdade’; as formulações se expressam de forma aditiva Sperber (1976) e alternativa Galvão, (1972) e, combinadas, se concretizam de acordo com um sentido maior, ou lei maior. Formulando, à maneira de Riobaldo, o diálogo existe mesmo é quando ele não há; mais explicitamente, quando a palavra não precisa expressar-se, como muitos de nós já experimentamos. Daí se extrai uma re-fundação: a apropriação da palavra pelo jagunço e o exercício da cedência pelo doutor, isto é, aprender a ceder o poder quando não há mais condições de governar. O rústico, elaborando-se e formulando ou, mesmo, constituindo uma nova sociabilidade; e o soberano homem de cultura, já um tanto sem viço e descrente da civilização mecânica e utilitária, renova-se na escuta. Um sertanejo e o outro, cidadão. Os dois se encontram como mensageiros de suas culturas.

---

## **CAPÍTULO II**

### **FISSURAS PROFUNDAS**

*“Lembrei de um rio que viesse adentro a casa de meu pai.” (GSV)*



## 1 Pai e filho

Em numerosas ocasiões, Guimarães Rosa acusa em suas obras a existência de um racha ou, pelo menos, uma dificuldade entre o pai e o filho. De modo claro e antagônico Manuelzão e Adelço, em *Estória de Amor*, muito dificultosa para Miguilim, em *Campo Geral*, ambos de *Corpo de Baile* (1956); culposo, o filho em *Terceira Margem do Rio* e, em outras estórias, desconhecendo-os, em *Nada e a Nossa Condição*, *Margem da Alegria* e *Os Cimos*, todos de *Primeiras Estórias* (1972). Em *Grande Sertão: Veredas*, muito à sua maneira, Riobaldo vela/revela, simultaneamente, a sua relação com Selorico Mendes; finalmente e, talvez, o primeiro a ser escrito desenvolvendo este tema, *Meu Tio o Iuretê* (1985).<sup>69</sup> Nesta novela, em muito, semelhante a *Grande Sertão* na formulação do foco narrativo<sup>70</sup>, um matador de onças recebe um visitante, inesperado, em sua casa. Hóspede que, à maneira de Riobaldo, só o conhecemos através do narrador: um senhor – “Nhor” – branco. Por sua vez, o narrador também recebe diversos nomes: de sua mãe, Bacuriquirepa; de seu pai, batizado de Antonho de Eiesus, apelido Tônico; depois o de um sítio, Macuncozo; de seu patrão, Tonho Tigreiro; e, finalmente, por não “*carecer, ... agora tenho nome mais não*” (ROSA, 1985, p. 181) [grifo nosso].<sup>71</sup> Utilizando-se de sua zagaia, recrutado por Nhô Nhuão Guede – “homem tão ruim, trouxe a gente para gente para ficar sozinho” (ROSA, 1985, p. 168) -para exterminar as onças de sua região, torna-se um exímio matador. Sua mãe, “muito boa”, a quem dedicava um grande afeto, origina-se do “gentio Tacunapéua, muito longe daqui” (ROSA, 1985, p. 176), lugar de homens indomáveis, sem medo, onde aprendeu a manejar a lança (ROSA, 1985, p. 172). O pai Caraó, “branco, vaqueiro bruto e homem burro, morreu assassinado nos gerais de Goiás, fazenda da Cachoeira Brava” e dele nada sabe (ROSA, 1985, p. 176). Atento e receoso com o visitante, que não abre mão de sua arma - “mecê tá com medo de onça chegar aqui no rancho?” - conta as suas matanças de onça e a sua saga transformadora que acaba por gerar

<sup>69</sup> Publicado pela primeira vez na revista *Senhor*, no nº 25, de março de 1961; postumamente em *Estas Estórias*, por J. Olympio Editora e, posteriormente, Nova Fronteira, 1985. Em sua nota introdutória, *Paulo Rónai* revela que, “segundo anotação manuscrita do Autor, constante do original datilografado, esta novela é anterior a *Grande Sertão: Veredas*. (RONAI, 1972).

<sup>70</sup> “Ao falar com o seu interlocutor ausente, Riobaldo fala com a outra face de sua imagem que é o *homo urbano*. Como em ‘Meu Tio, o Iuretê’, o falante se dirige à sua própria imagem que, magicamente, duplicando, permite a passagem do eu ao eu, travessia psicológica que vai do consciente ao inconsciente e intuitivo. A passagem do eu ao eu confirma o eu num outro que, sendo eu, não tem cara nem características. É, pois, reversível. Passando de uma face à outra, não será nem uma coisa nem outra, mas uma coisa e outra: ‘É e não é’” (SPERBER, 1982, p. 75).

<sup>71</sup> A ausência de nome indica a impessoalidade, aponta para um estado não classificatório, de refazimento que supera o estado de culpa. Nele, por exemplo, o narrador de *O Espelho*, de *Primeiras Estórias*, se denomina qual uma “flor pelágica”, acentuando mais ainda a condição do narrador: de “nascimento abissal”. Além de apontar para o caráter abissal em seu sentido geológico, pode apontar, também, para a doutrina do monge inglês Pelágio que negava a transmissão do pecado original, da culpa.

afeto a elas e reconhecer-se seu parente – sobrinho delas: “Mas eu sou onça. Jaguaretê tio meu, irmão de minha mãe, tutira...”

O protagonista não carece de nome, descobre que o Pai, poder paterno, faz parte de um povo medroso, bruto e burro, a quem o seu padrão também pertence. Em sua mãe, ele identifica o carinho da onça com seus filhotes: “... Mãe lambe, lambe, fala com eles, jaguanhenhém, alisa, toma conta. Mãe toma conta deles, deixa ninguém chegar perto, não” (ROSA, 1985, p. 186). Identificação que abarca a ausência de medo, a sabedoria, a força e o agir instintivo – “sei só o que a onça sabe” (ROSA, 1985, p. 168) - o que o leva a maldizer-se, a reprovar-se: “Me deixaram aqui sozinho, eu nhum. Me deixaram pra trabalhar de matar de tigreiro. Não deviam. Nhô Nhuão Guede não devia. Não sabiam que eram parente delas? Oh ho! Oh ho! Tou amaldiçoando, tou desgraçando, porque matei tanta onça, por que é que é que eu fiz isso?! (ROSA, 1985, 169) Ele se sente simultaneamente um parente e um traidor:

Nha-hem? Hã-hã. É porque onça não contava uma pra outra, não sabem que eu vim pra mor de acabar com todas. Tinham dúvida em mim não, farejam que eu sou parente delas... Eh , onça é meu tio, o jaguaretê, todas. Fugiam de mim não, então eu matava... Depois, só na hora é que ficavam sabendo, com muita raiva... Eh, juro pra mecê: matei mais não! Não mato. Posso não, não devia. Castigo veio: fiquei panema, caipora... Gosto de pensar que matei, não. Meu parente, como é que posso?! Ai ai, ai, meus parentes... Careço de chorar, senão elas ficam com raiva” (ROSA, 1985, p. 172-173).

O castigo sai da traição, mas acima e antes de tudo, da matança do instinto, da força e espontaneidade. Que significado teria o risco de cruz deixado na testa dele, quando a “pinima malha-larga” contra atacou muitos homens – quase cinco mortos e muitos rasgados – que desfecharam tiro, erraram? Apesar de ferida por enfrentar muitos, Pinima ainda se embolou com o personagem, deixando-o rasgado. Embolação que também significou o reconhecimento mútuo: “Hum, hum. Nhor sim. Elas sabem que eu sou do povo delas” (ROSA, 1985, p. 173). Processo que alcançou o protagonista inteiramente, transformando-o numa onça, verdadeiramente:

... De noite eu fiquei mexendo, sei nada não, mexendo por mexer, dormir não podia, não; que começa, que não acaba, sabia não, como é que é, não. Fiquei com a vontade ... Vontade doída de virar onça, eu, eu, onça grande. Tava urrando calado dentro de em mim... eu tava com as unhas... Tinha soroca sem dono, de jaguaretê-pinima que eu matei; saí para lá. Cheiro dela inda tava forte. Deitei no chão... ..eu podia tremer, de despedaçar... Aí eu tinha uma câimbra no corpo todo, sacudindo; dei acesso...

Quando melhorei, tava de pé e mão no chão, danado para querer caminhar. Ô sossego bom! Eu tava ali, dono de tudo, sozinho alegre, bom mesmo, todo o mundo carecia de mim... Eu tinha medo de nada! Nessa hora eu sabia o que cada um

tava pensando. Se mecê vinha aqui, eu sabia tudo o que mecê pensando (ROSA, 1985, p. 187).

O novo estado do matador possibilita poderes numa condição benfazeja: “Zagaieiro tem medo não, hora nenhuma. Eh, homem zagaieiro tem muito poucos. Zagaieiro – gente sem soluço... Os outros todos têm medo. Preto é que tem mais...”

Em *Campo Geral*, Miguilim se encontra numa sinuca: Tio Terez, de quem gostava, fora expulso de casa e chamado de Caim; o Pai ralhava com mãe que chorava, em prantos: “...xingando ofensa, muito, muito. Estou com medo, ele queria dar em Mamãe”... (ROSA, 1977, p. 11). Para Miguilim, Abel é Tio Terês. Uma vez, voltando da “beira da mata” com ele, trazendo “feixinho de taquara”, à pergunta se estava pesado, Miguilim lhe respondeu: “- Tio Terêz, está não. Se a gente puder ir devagarinho como precisa, e ninguém não gritar com a gente para ir depressa demais, então eu acho que nunca é pesado”... (ROSA, 1977, p. 23). Por mais que Miguilim esforçasse, do Pai, não tinha resposta: “... quando o senhor achar que eu posso, eu venho também, ajudar o senhor capinar roça”... (ROSA, 1977, p. 47).

Voltando do roçado, onde levou a comida para o Pai, lhe apareceu Tio Terêz pedindo para entregar um bilhete a sua mãe. A ninguém podia falar, nem ao Dito, seu irmão de todas as horas; ainda que desconfiasse. Entregar o bilhete, não podia; dizer palavras, menos: “judiação do pai”; e ameaça de morte, de alguém. (ROSA, 1977, p. 49). Miguilim coloca a sua dúvida, de modo impessoal: “Rosa, quando é que a gente sabe que uma coisa que vai não fazer é malfeito?” E Miguilim dorme de calça, guardando o bilhete; passa a noite pensando nas várias alternativas: não encontrou alguma:

[...] tinha de ser lealdoso, obedecer com ele mesmo, obedecer com o almoço, ia andando. Que, se rezasse, sem esbarrar, o tempo todo, todo tempo, não ouvia nada do que calado.” Miguilim rezava sem falar alto. Deus vigiava tudo, com traição maior, Deus vaquejava os pequenos e os grandes. E era na volta que o Tio Terez ia aparecer. Mas não era?”(ROSA, 1977, p. 57)

Tio Terêz saía de suas árvores, ousoso macio como uma onça, vinha para cima de Miguilim. Miguilim agora rezava alto, que doideira era aquela? E nem não pôde mais, estremeceu num pranto. Tio Terez, eu não entreguei o bilhete, não falei nada com Mãe, não falei nada com ninguém!?... Mas você não tem confiança em mim! Não. Não. Não! O Bilhete está aqui na algibeira de cá, o senhor pode tirar ele outra vez... (ROSA, 1977, p. 57)

Em *Primeiras Estórias*, a estória inicial e a última, o menino é acompanhado por seus Tios, mais uma vez, aqueles de que dele cuidam. “Em as *Margens da Alegria*, os pais levaram-no ao aeroporto, para viagem onde se construía a grande cidade”; mas são o Tio e a Tia que o acompanhavam e “tomavam conta dele, justinamente” (ROSA, 1972, p. 3).

Envolta numa atmosfera maravilhosa e lendária: “O menino fremia no acorção, alegre de se rir para si, confortavelzinho, com um jeito de folha a cair.” A construção da cidade levava também a derrubar árvores; o peru galante e majestoso vira comida para o aniversário do tio. Num átimo, a alegria e a tristeza se revezavam. Mas no ir e vir da luz do vagalume, o Menino via que “a vida podia às vezes raiar numa verdade extraordinária.” De modo análogo, em *Os Cimos* (ROSA, 1972), é o Tio que lhe acompanha na viagem que, embora seja para a mesma cidade a construir, agora destituída de graça, o lugar é de outra forma descrito: “... onde as mil pessoas faziam a grande cidade”; e com outra finalidade: ficar longe da Mãe doente. Na décima segunda estória, denominada *Nada e a Nossa Condição* (ROSA, 1972), um sobrinho faz um elogio fúnebre a seu Tio, o que torna o foco narrativo desta estória excepcional por se pautar na relação do tio, provavelmente materno, sob o ponto de vista do sobrinho: “Na minha família, em minha terra. Ninguém conheceu um homem, de mais excelência que presença, que podia ter sido o velho rei ou o príncipe mais mouro, nas futuras estórias de fada. Era fazendeiro e chamava-se Tio Man’Antônio.” (ROSA, 1972, p. 80) Sua mulher, Tia Liduína, cordata e “certa para o nunca e sempre ... morreu, quase de repente, no entrecorte de um suspiro sem ai e uma ave-maria interrupta” (ROSA, 1972, p. 80-81). Tio Man’Antônio mudou a sua fazenda, derrubando árvores – queridas de Tia Liduína – e fazendo pasto, onde colocou uma chusma de gado para tristeza de suas filhas e plantações; ganhou muito dinheiro e acabou, por fim, dividindo as suas terras “entre seus muitos, descalços servos...” (ROSA, 1972, p. 86). Sem mais, a não ser a casa, acaba por morrer “... na rêde, no quarto menor, sozinho de amigo ou amor – transitoriador-príncipe e só, criatura do mundo.” (ROSA, 1972, p. 88). Com exceção a uma breve alusão ao Pai, em *Margens da Alegria*, a presença paterna amiga está fora de cogitação em *Primeiras Estórias*.

Já em *Uma Estória de Amor*, de *Corpo de Baile* (1977), Manuelzão comanda a festa de consagração da capela recém construída e de fundação da Samarra. Solteiro, no meio de muitas mulheres, busca um herdeiro; lembrou-se de um seu “filho natural”, Adelço, que, segundo Ana Maria Machado (1976) em seu livro *Recado do Nome* significa “infel”. O narrador esclarece a relação de Manuelzão com ele: “mouro trabalhador,... nascido de um curto acaso, no Porto Andorinha, e ali deixado; não o vira mais de três vezes” (ROSA, 1977, p. 113) Manuelzão lia os traços – “escurado, feio e meio zarolho” – e maneiras de comportamento: “criatura de guardadas palavras e olhares baixos.” Mas não enganava a Manuelzão: “era mesquinho e fornecido maldoso, um homem esperando para ser ruim.” (ROSA, 1977, p. 113-114) Ao passo que a mulher de Adelço era “exata” e ...tinha sinal de um sabido anjo-da-guarda – pelo convívio que ela encorajava, gerência de companhia;” a ela cabe

ser Dona da Casa. Neste jogo de relações, Manuelzão se vê atraído pela nora e, ao mesmo tempo, começa a se dar conta de seu envelhecimento. Mas, ainda tem uma certa esperança de enriquecer-se: “Para teimar e trabalhar, se crescia, numa coragem de morder os ferros. Ah, tanto dava barra no impossível”... (ROSA, 1977, p. 136). Narrado em terceira pessoa, em estilo indireto livre, o narrador realça a má avaliação de Manuelzão acerca de Adelço:

“... O Adelço oferecia bebidas. O Adelço discorria, senhor; ah, no meio de outros, longe dele, Manuelzão, o Adelço não se vexava. ...”

“... Mesmo Leonísia veio chamar o Adelço – porque o lampião novo não queria pegar...” (ROSA, 1977, p. 174)

Avaliação que se estendia ao seu desejo que Adelço levasse a boiada. “Danadas Estradas”. Emburrado por causa da “pouca - vontade” do Adelço, trouxe para si o encargo. Decisão nada serena; o pensamento insistia no imperfeito do subjuntivo: “... fosse outro, não podia retemperar? Que ao menos encarecesse, com sinceras palavras: - “Meu Pai, o senhor dá as ordens. Mas o meu gosto era eu passar esse boiadão – o senhor ficava em casa, por um merecido repouso”... (ROSA, 1977, p.157). Mais uma vez Manuelzão cai do cavalo e sua teima não tinha fôlego: Adelço, cordato, surpreende e lhe dirige, de modo semelhante ao que ele pensara, ao inverso: ‘-Nho pai, o senhor são supre bem , do pé... Seja melhor eu ir, levar esse trem de boiada, nos conformes... O senhor toma um repouso”... (ROSA, 1997, p. 176). A proposta desarmou Manuelzão e o levou a um estado de graça, ao reconhecimento do filho, ao auto empoderamento e honroso sentimento de não quebrar a palavra. “Aquele – um prazer – prazer antigo não havido: que estava dando um doado ao Adelço, um benefício. Dádiva que quanto mais certa e grande conseguisse, que se pudesse. Balançou a cabeça. – Ah, não, meu filho. Decidi que vou. Careço mesmo que ir. Me serve”... (ROSA, 1977, p. 177). Adelço teve a coragem e o respeito de se colocar ao lado do pai, mesmo que esse o tivesse de má conta e o tratasse de modo excludente; dessa maneira, o “recado do nome” dele – o infiel – não se efetivou. Trouxe aquilo que importa para uma estória:, como já vimos: o “inesperado e o ineditismo” que operaram no íntimo do personagem.

Gostaríamos, neste momento, de destacar brevemente duas questões: a primeira aborda a desconfiança, Machado (1976, p. 78) e, diríamos mais, a histórica intolerância aos mouros pelos cristãos indicada pelo nome, Adelço, o de um infiel; infidelidade desmentida pelo seu comportamento (MACHADO, 1976, p. 165). Neste caso, o “recado do nome” se dá pelo avesso: a infidelidade recai sobre Manuelzão que carrega a atração por sua nora e que, de modo patriarcal, classifica, a sua vontade, o seu filho. Portanto, o leitor se vê levado a ler o

recado do nome, como um antigo negativo de fotografia: as cores se transformam na revelação – no nosso caso, na narrativa (MACHADO, 1976, p. 164). A semelhança deste episódio, com a afirmação de Aristóteles em *A Política*, a respeito de seu posicionamento de impedimento dos fazendeiros de governarem, nos parece patente – seja por sovinice, desconfiança ou um insistente controle da mão de obra. Manuelzão dirige a fazenda, mas não é proprietário dela; mas, incorporou os valores de dono – o cálculo, sobretudo:

“[...] para fundar lugar, lhe faltava o necessário de alguma espécie. Sentiu-o vagarosamente. Só, solteirão que ele era. Antes nunca tinha pensado nisso com motivos. Pensou. Seus homens, mais ou menos velhos conhecidos, com ele vindos de Maquiné, para apego de companhia não bastavam? Ele calculou que não. E resolveu um recurso.... Manuelzão se lembrou de um filho, que também tinha. Esse, filho natural, nascido de um curto acaso, no Porto Andorinhas, e ali deixado. Manuelzão não vira, ao todo, mais de umas três vezes. ... Mas esse Adelço sse casara, tinha sete meninos pequenos e trabalhava ‘para toda lavoura e gado... Pois Manuelzão foi buscá-lo... Os tempos estavam ruins em toda a parte, e não era fácil alguém resistir a um convite assim de Manuelzão, tão forte a ação dele prometia à gente lucro de progresso, seu ânimo arrastava empós seguintes e comparsas – era um condão, ele mesmo sabia disso”(ROSA, 1977, p.112-113).

Em *Grande Sertão: Veredas*, encontramos a presença do padrinho - pai, que, à semelhança de Manuelzão em *Uma Estória de Amor*, se relaciona com uma criada de sua propriedade, a Bigri; a diferença reside no narrador que, neste caso é, ele próprio, o filho. O ódio perpassa em todas as estórias, ainda que de maneira bastante diferente. Por exemplo, em *Uma História de Amor*, o pai invencível, ciumento e invejoso da relação de Leonísia com Adelço, atribui ao filho um egoísmo e uma infidelidade presentes em seu coração e sua mente; um coração que mente.

Vamos encontrar no romance, a presença do tio, ainda que de uma forma discreta; distinção que produzirá uma dúvida ciumenta em Riobaldo que Diadorim, serenamente, esclarece: “Leopoldo? Um amigo meu, Riobaldo, de correta amizade... Até te falaram nêle, Riobaldo? Leopoldo era o irmão mais novo de Joca Ramiro” (GSV, p. 140). Discrição, tamanha, que não deu na vista nem mesmo para estudiosos do porte de Walnice Galvão (1997) e de Viveiros de Castro (2008) que raspam por perto. Na figura dos tios roseanos nos deparamos com a generosidade, o afeto e a ausência do autoritarismo, como veremos brevemente.

Emocionado, por vezes, Riobaldo declara admiração por sua mãe, seja pelo lado educativo, sob a conjunção do “amor e justiça”, seja no apoio às suas “alegrias; [e] mesmo no punir meus demaseios. A lembrança dela me fantasiou, fraseou – só face dum momento – feito grandeza cantável, feito entre madrugara e manhecer.” (GSV, p. 34) Infância”,

denominada por Kathrin Rosenfield (1997) de “parasidíaca” e que, ainda segundo ela, “pairam, entretanto, inquietantes sombras”<sup>72</sup>.

Mais do que uma infância “parasidíaca” de Riobaldo, para nós sobressai a noção de formação exigente e justa, combinada com alegria e confiança, em que os “demaseios” precisam ser aparados, como as plantas o são na estação adequada. Trata-se da construção de uma civilização em que o instinto e a sensibilidade não submergem a um realismo estéril e racionalista, porque excludente. O “lastro de realidade”, a que se refere Cândido (1991), engloba as árvores e os bichos, a terra e os rios como parte da vida; e não só, o céu também. A Diadorim, Riobaldo atribui este seu interesse em “apreciar essas as belezas sem dono” (GSV, p. 23). De vigia no Rio, Reinaldo chama a atenção de Riobaldo para as aves que se distinguem no amanhecer: “... O comum: essas garças, enfileirantes, de toda brancura e até uns urubus com aquêlê triste prêto que mancha. Mas, melhor de todos – conforme o Reinaldo disse – o que é o Passarim mais bonito e engraçadinho de rio-abaixo e rio-acima: o que se chama o manuelzinho-da-crôa” (GSV, p. 111).

Riobaldo se surpreende com uma natureza que ele nunca havia percebido; e mais, que este olhar vai ocupar um papel importante na sua narração: “... apreciar... por prazer de enfeite, a vida mera deles pássaros, em seu começar e descomeçar dos vôos e pousoação”; e a sua “formosura própria”, (GSV, p. 111) segundo Reinaldo, nos convence a colocar esta passagem também, ainda que um tanto grande:

“... Do outro lado, tinha vargem e lagoas. P’ra e p’ra, os bandos de patos se cruzavam. – ‘Vigia como são esses...’ Eu olhava e me sossegava mais. O sol dava dentro do rio, as ilhas estando claras. – ‘É aquêlê lá: lindo!’ Era o manuelzinho-da-crôa, sempre em casal, indo por cima da areia lisa; êles altas perninhas vermelhas, esteiadas muito atrás traseiras, desimpinadinhos, peitudos, escrupulosos, catando suas coisinhas para comer alimentação. Machozinho e fêmea - às vezes davam beijos de biquiniquim – a galinholagem dêles. – ‘É preciso olhar para êsses com um todo carinho...’ – o Reinaldo disse” (GSV, p. 111).

A surpresa de Riobaldo não terminou aí: como poderia compatibilizar em sua mente sensibilidade – “macieza da voz, o bem querer sem propósito, o caprichado ser” - e isso “tudo num homem d’armas, brabo bem jagunço”? Difícil para nós, leitores, também. Alguns indícios proliferam no romance e, graças aos numerosos pesquisadores da obra de Rosa, podemos rastrear algumas das “deixas” do autor. De início, Joca Ramiro, “o imperador em três alturas”, remete a uma polissemia de seu nome já anotado por diferentes autores, como

<sup>72c</sup>... a coisa mais alongada de minha primeira meninice, que eu acho na memória, foi o ódio que tive de um homem chamado Gramacêdo... (ROSA apud ROSENFELD, 1997)

bem destacou Heloísa Starling (1999)<sup>73</sup>. De fato, como ela observou, se trata de “um nome local, familiar, normal, como se nele ecoasse a importância que o personagem atribui à esfera privada da vida” (STARLING, 1999: 71) No entanto, William Myron Davis (1976, p. 417) revelou que o autor passou mais um vez a perna em nós, leitores. Segundo ele, se escandirmos o nome, teremos **Jo** (castelo)-**Kara** (desde)-**Miro** (olhar): “olhar desde, através do castelo” Em japonês, joka significa “cidade do castelo (castel town), fogo sagrado e purificação. Jokai, o mundo de cima; céu; e joka, alto e baixo; o governante e o governado; o governo e o povo.<sup>74</sup> Nos parece que assim podemos nos aproximar do entendimento da expressão “um imperador em três alturas” (GSV, p. 138): ela abarca a Terra, o Homem e o Céu.

## 2 A regente Diadorim

Contudo, um tanto semelhante a Manuelzão, em *Uma Estória de Amor*, o soberano Joca Ramiro tem um problema a resolver: quem irá herdá-lo. Diadorim, ao ser perguntado por Riobaldo quem era Leopoldo, respondeu: “um amigo meu, Riobaldo, de correta amizade...” “... Leopoldo era o irmão mais novo de Joca Ramiro” (GSV, p. 140). Encontramos, de novo, um tio que se caracteriza por uma relação de afeto e de quem cuida de Diadorim; provavelmente um tutor, o mesmo que acompanhava o menino no porto: “... ele foi me dizendo, com voz muito natural, que aquêle comprador... de arroz... era o tio dêle” (GSV, p. 80). Diadorim, inconsolável com a morte do tio, “quase morreu também, dos demorados pesares” (GSV, p. 133). Riobaldo logo entendeu o significado da morte do tio: “... que Joca Ramiro se realçasse por riba de tudo, reinante” (GSV, p. 140). A linhagem da sucessão, agora, passaria diretamente para Diadorim, filha única, com uma educação masculina. A caracterização do menino no porto indica detalhes de hábitos masculinos: “pitava cigarro”, usava um “chapéu-de- couro, de sujigola baixada”, (GSV, p. 80) e a maneira de cortar o cabelo.<sup>75</sup> Como já salientáramos, o Menino imantava Riobaldo; diferente, “Predestinado ... A bem dizer, êle pouco falasse. Se via que estava apreciando o ar do tempo, calado e sabido, e tudo nele era segurança em si. Eu queria que êle gostasse de mim” (GSV, p. 82). *Predestinado*,... o menino não conhecia o que era medo: – ‘*Meu pai* disse que não *se deve* de ter...’ Pai que admirava muito por sua valentia e pela *educação* diferente que lhe dava: “*Meu*

<sup>73</sup> VER Starling (1999); Utéza, (1994); Rosenfield (1993).

<sup>74</sup> Sobre a aprendizagem de japonês por G Rosa ver Vicente Guimarães.

<sup>75</sup> Walnice Galvão (1998) mostra a importância do corte de cabelo como caracterização do aspecto masculino.



*pai* disse que eu *careço* de ser diferente, muito diferente...” (GSV, p. 82), [grifo nosso] A atitude paternalista, personalista e normativa de Joca Ramiro atesta a premeditação, através da educação, do destino de Diadorim: o propósito ou proposição de “*Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins* – que nasceu para o dever de guerrear e nunca ter medo, e mais para muito amar, sem gôzo de amor ...” (GSV, p. 458).

A combinação da política, literatura e história não se limita a “traduzir” umas em outras; de certo modo, também, precisamos reconstituí-las. O autor isola e esvazia alguns achados de suas leituras<sup>76</sup> e os deixa soltos em sua obra;<sup>77</sup> é o que acontece com os personagens “tio ou Tio”, fundamentais para o encaminhamento das narrativas. *Achados soltos* que se assemelham aos “pormenores mais negligenciáveis”<sup>78</sup> – segundo o método indiciário de Giovanni Morelli - aos leitores, inclusive aos estudiosos e a traços “menos influenciados” (GINZBURG, 1989, p. 144) de sua narrativa – aspectos sociais e culturais.<sup>79</sup> Na sociedade patriarcal brasileira, a figura do tio ganha uma certa projeção; mas, como já salientou Gilberto Freire (1973, p. 133), nada semelhante a um avuncularismo) ao contrário da civilização antiga chinesa.<sup>80</sup> Cultura que se vê revirada quando “o princípio da filiação pelas mulheres curva-se diante do princípio inverso” Granet, (1979, p. 54 Vol.II) e a relação agnática passa enfrentar o grande obstáculo: a sucessão.

### 3 Apontando para a sucessão

No caso de Riobaldo, o autor implícito, habilmente, distinguiu a mãe instintiva, carinhosa e alegre no cuidar de seu filho como ponto de partida de sua formação; deu tempo ao herói mostrar a sua coragem e o seu sucesso de modo a poder reconhecer no padrinho

<sup>76</sup> Muito provavelmente as obras de Marcel Granet (1968); Monteiro de Castro (1999) dectou a importância dos tios na formulação da narrativa. Ver de forma mais explícita na estória “*Nada e a Nossa Condição*” em “Primeiras Estórias” (1972).

<sup>77</sup> Como já ressaltamos, ao abordarmos o que Augusto de Campos (1991) denominou de “...jogos timbrísticos em *n e d*. ... Fragmentos da palavra *nonada* são disseminados e incrustados de forma a coincidir com as sílabas de outras palavras– *disjecta membra* temáticos que mantêm, sub-repticiamente, onipresente o tema original”.

<sup>78</sup> Walnice Galvão, em seu artigo sobre “Meu Tio Iauaretê”, “*o impossível retorno*,” (1978) deslindou a importância do tio materno. Haroldo de Campos (1991) em “A Linguagem do Iauaretê” já abordara pioneiramente, em 1962, o emprego simultâneo das palavras em tupi e português e, por fim, a palavra macuncozo, ... uma nota africana, respingada ali no fim. Uma contranota.”

<sup>79</sup> Para Heloísa Starling, (1999 , p. 70 nota 4) “... além da necessidade de ser diferente, não há em Grande Sertão: Veredas nenhuma outra explicação sobre os motivos que levaram Joca Ramiro a travestir de homem sua única filha.

<sup>80</sup> Fica uma dúvida: a influência do oriente no Brasil não foi tão pequena, como bem salientou o próprio Freyre (1998) e cito a igreja Nossa Senhora do Ó de Sabará, Minas Gerais, que tanto arquitetura, quanto a pintura são chinesas.

Selorico Mendes *qualidades* – a de apontar ao filho a necessidade de atirar bem, de manejar diversas armas; a de impregnar, no ainda jovem Riobaldo, as histórias do sertão: dos jagunços, dos mandadores da política – e *defeitos*, sem se prender a eles, como a sua forma de narrar, cheia de intimidades para com os protagonistas, tomando-se como se fosse um deles. “... gostava de conversar, contava casos. Altas artes de jagunços – isso ele amava constante – histórias.” (GSV, p. 87) Riobaldo acusou, logo de início, o caráter somático do padrinho; o seu caráter utilitarista: “... Levei dias pensando que êle não fosse de juízo regulado. Nunca falou em minha mãe. Nas coisas de negócio e uso, no lidante, também quase não falava” (GSV, p. 87).

No caso de Diadorim, a situação se apresenta querida ainda que difícil. Mas a morte de Leopoldo abre, institucionalmente, o caminho para Joca Ramiro fazer seu sucessor; porém, o fato de ter apenas filho único, neste caso, uma filha, o leva à necessidade de uma **ficção jurídica**: se travestir como se fosse homem; androgina<sup>81</sup> - *tudo passa como se*. Todavia como Rosa costura vários elementos, *tudo se passa como se fosse* transforma-se numa possibilidade de integração ou, talvez melhor, de como relacionar o masculino e o feminino, sem excluir um do outro e perder sua principalidade. Não é para menos, que Riobaldo tenha sido levado a dizer, quando defrontado com a sua ignorância e insensibilidade diante da natureza dos pássaros, dos rios e das plantas apresentados por Reinaldo: “Aquilo era para se pegar a espingarda e caçar” (GSV, p. 111). A partir do relacionamento com Diadorim, deixara de ser. Estes “achados soltos” não estão aí para induzir a nós, leitores, rígidas correlações, mas sim ressonâncias, indícios. Segundo Francis Uteza, Reinaldo vem do germânico *Ragin*, conselho, *Hard*: forte, duro – confortado por uma homofonia: dentro de Reinaldo, percebe-se primeiro *Rei*. (UTEZA, 1994, p. 279)<sup>82</sup>. Herdeiro agnático de Joca Ramiro, Reinaldo, o varão, de hábitos ostensivamente varonis. Mas, ele tem o outro nome, Diadorim que, segundo Augusto de Campos, “é um caleidoscópio em miniatura de reverberações semânticas, suscitadas por associação formal.” Nome que ressoa a contrários: “a) Dia + adora; + im; b) Dia + dor + im” Campos (1991: 339); e que passa de uma negação excludente – “Deus ou o demo?” Galvão (1972) - para uma aditiva - afirmativa: “Deus e o Demo!” (GSV, p. 318) (SPERBER, 1982).

<sup>81</sup> F Uteza : “Sabendo que Joca Ramiro representa a Harmonia Suprema do Pai Celeste, podemos entender por que sua filha terrestre recebe uma educação viril, num universo exclusivamente masculino: ela poderá assim encarnar o ideal esotérico do Andrógino, em equilíbrio na fronteira onde os contrários podem conjugar-se.” (ELIADE apud UTEZA 1996, p. 353.)

<sup>82</sup> Segundo o “Dicionário de Nomes Próprios On Line: Reinaldo, variação de Reginaldo. Significa o que governa ouvindo seus conselheiros. Indica uma pessoa que não mede esforços na hora de servir os outros. Líder nato, procura não impor suas idéias - apenas mostra o que é mais conveniente para todos. Por isso mesmo, sempre encontra muitos seguidores.”

O primeiro se assemelha às características de Diadorim:<sup>83</sup> “... Não posso ter alegria nenhuma, nem minha mera vida mesma, enquanto aqueles dois monstros não forem bem acabados... E êle suspirava de ódio, como se fosse por amor; mas, no mais não se alterava. De tão grande, o dele não podia mais ter aumento: parava sendo um ódio sossegado. Ódio com paciência; o senhor sabe? ”

E o segundo: “Deus e o Demo”, às características de Riobaldo: “Mas sucedia uma duvidação, ranço de desgosto: eu versava aquilo em redondos e quadrados<sup>84</sup>. Só que meu coração podia mais. O corpo não translada, mas muito sabe, advinha se não entende (GSV, p. 25-26). Riobaldo afirma-se e confirma esta diferença, pensa e age de forma integrada, relacionada e, com instinto e sensibilidade aguçados, capta os novos acontecimentos - o pacto:

“O que eu agora queria! Ah, acho que o que era meu, mas que o desconhecido era, duvidável. Eu queria ser mais do que eu. Ah, eu queria, eu podia. Carecia. ‘Deus ou Demo?’ – *sofri um velho pensar. Mas, como era que eu queria, de que jeito, que? Feito o arfo de meu ar, feito tudo: que eu então havia de achar melhor morrer duma vez, caso que aquilo agora para mim não fosse constituído.* E em troca eu cedia às arras, tudo meu, tudo o mais – alma e palma, e desalma... Deus e o Demo! ‘Acabar com o Hermógenes! Reduzir aquele homem!... ; e isso figurei mais por precisar de firmar o espírito em formalidade de alguma razão” (GSV, p. 318) [grifo nosso].

Diadorim, herdeira de Joca Ramiro, a figura idealizada da androgenia, da atuação radical – “coragem inteirada em peça” (GSV) - no amor e na guerra: “... que nasceu para ser guerreira e não medrar, “e mais para muito amar, sem gozo de amor...” (GSV, p. 458) A ela coube fazer a passagem para o herdeiro Riobaldo, o que já sugerira, sutilmente, ao apresentá-lo a Joca Ramiro:

“ – Êste aqui é o Riobaldo, o senhor sabe? Meu amigo. A alcunha que alguns dizem é *Tatarana...*’ Isto Diadorim disse. A tento, Joca Ramiro tornando a me ver, fraseou: - ‘Tatarana, pêlos bravos... Meu filho, você tem as marcas de conciso valente. Riobaldo... Riobaldo...’ Disse mais: - ‘Espera. Acho que tenho um trem, para você...’ Mandou vir o dito, e um cabra chamado João Frio foi lá nos cargueiros, e trouxe. Era um rifle *reiúno*,<sup>85</sup> peguei: mosquetão de cavalaria. Com

<sup>83</sup> Suzi Sperber (1982: 95) acertou na mosca: “Mais forte que tudo, Diadorim é impossível. Como filha de Joca Ramiro, representa a ordem social vigente; como mulher representa a liberação desta ordem.”

<sup>84</sup> Referência ao céu e a terra. Em Curtamão, estória de Tutaméia, lemos a “casa... prédio que o governo comprou, para escola de meninos, que fazer vitalício. Dizendo, forma é a estória dela, que fechei redonda e quadrada. Mas o mundo não é remexer de Deus?” Ver Granet (1997).

<sup>85</sup> **Reiúno**, segundo Houais, (2001) “fornecido pelo Estado, esp. pelo exército, para uso dos soldados; de baixa qualidade ou condição; ordinário, ruim.” Talvez, Rosa tenha se valido da palavra “**reiúna**”: antiga espingarda de cano curto ou, ainda, segundo o “Aurélio (s/d)”, “fuzil, hoje em desuso”. A polissemia destes adjetivos pode nos levar ao aproveitamento de “rei” para sugerir, etimologicamente, algo que se refere, pertence ao rei, reino. Neste caso, Joca Ramiro, “mandante” - um “imperador em três alturas”.

aquilo, Joca Ramiro me obesequiava! Digo ao senhor: minha satisfação não teve beiras. Pudessem afiar inveja em mim, pudessem. Diadorim me olhava, com um contentamento. Me chamou de lado. Vi que, mesmo sendo assim querido e escolhido de Joca Ramiro, êle procedia mais de ficar de longe, por ninguém se queixar, não acharem que ali havia afilhadagem. – ‘Não é que êle é mesmo o chefe de todos? Não é que era mandante?’ – Diadorim me perguntava. Era. (GSV, p. 190-191) (grifo meu).

Ao presentear Riobaldo, Joca Ramiro o sugerira como chefe; agora, com as mortes de Diadorim e Hermógenes e a vitória sobre Ricardão junto aos seus comandados, Riobaldo se torna Mandatário, possivelmente o Soberano de um país “em que a arte e o céu [poderão] ser assuntos muitos sérios, países de primeira necessidade (LEITE, 1997, p. 60).

### **CAPÍTULO III**

#### **ATORES E[M]-CENA-M**

“Com que entendimento eu entendia, com que olhos era que eu olhava? Eu conto. O senhor vai ouvindo. Outras artes vieram depois” (GSV, p. 114).

“... Ah, êle gostava de mandar, primeiro mandava suave, depois, visto que não fosse obedecido, com as sete-pedras. Aquela fôrca de opinião dêle mais me prazia? Aposto que não. Mas eu concordava, quem sabe por essa moleza no diário, coisa que até me parece ser parente da preguiça” (GSV, p. 116).

## 1 O pacto

*Como pode o limite virar demônio, diabo e Lúcifer?*

*O demo do medo* (ROSENFELD, 1993, p. 13).

O pacto como necessário reconhecimento do limite, mas não do medo; admitir o diabo como necessidade? “... o demônio não precisa de existir para haver – a gente sabendo que êle não existe, aí é que êle toma conta de tudo” (GSV, p. 49). Limite que aponta para o reconhecimento das condições de viver do ser humano: a confirmação da existência do diabo, denominado “... representante imenso do direito humano’ mais concorde com a natureza humana, frágil desamparada, do que qualquer outra divindade, que é aspiração e perfeição” (ARROYO, 1984, p. 244). A necessidade de um poder, soberano: seja ele o **poder ou o outro – ou o outro como poder**. Em termos políticos, personalizado como um principado, o caso de Joca Ramiro; ou, uma república Maquiavel (1973, Cap I, p. 11), - como tencionava Zé Bebelo. Principalmente, a “afirmação da soberania dos principados e, mormente, nas repúblicas, a “defesa de suas constituições” (SKINNER, 1996, p. 29). O demônio, visto como o *inesperado*; o demo que acaba por não suscitar medo, senão a iniciativa de *exorcizá-lo* Granet, (1997) através de seus “vocábulos ortodoxos”. De acordo com Arroyo, os nomes – “demônio, diabo e Lúcifer” – e de seus inúmeros apelidos supersticiosos<sup>86</sup> por todo o livro, frutos de estados d’alma: “O Muito Sério, O Que-Não-Ri, O- Que-Nunca-Se-Ri, O-Que-Não-Existe, O-Que-Nunca-Fala,, Quem-Não-Existe, Solto-Eu,Outro, Ele, Severo-Mor”. Bastante sinalizadores mas, também, realistas de estado d’alma: “Canho” (embusteiro); “Tendeiro” (pequeno comerciante), “Carocho” (penis), “Tentador”, “Tristonho”. Este último, traço que compartilha o Cerzidor: “E o Urutú-Branco? Ah, não me fale. Ah, esse ... tristonho levado que foi – que era um pobre menino do destino” (GSV, p. 16). ”Exorcismo que não anula, paradoxalmente, a sua existência quando remetemos para algo como a acídia<sup>87</sup> .

Pouco conhecida entre os sete pecados capitais, geralmente substituída pela frouxa idéia da preguiça, ela expressa ou traz algo muito mais terrível: o distanciamento e, muitas

<sup>86</sup> “... elementos de superstição, ou seja, o de que o nome próprio do Espírito do Mal não deve nunca ser pronunciado, pois faria com que ele se tornasse presente, ou, como explica, a superstição está em que é menos pecado pronunciar os sinônimos. O caso ocorre entre o povo também em relação a certas doenças. ... ao passo que na cultura popular, representada por Riobaldo, ganha uma denominação admiravelmente, psicologicamente adequada dentro daquele pormenor supersticioso, ou seja, a de ‘nomes de rebuço’ (ARROYO apud LEITE DE VASCONCELOS 1984, p. 235).

<sup>87</sup> Também denominado de acédia, conforme o autor. De acordo com Siegfried Wenzel (1999), “in medieval Latin *acedia* and *accidia* are spelling variants of the same term.

vezes, o rompimento com o sagrado, de qualquer forma, como se o concebe. Segundo Lauand “a tristeza pelo bem espiritual; a acidez, a queimadura interior do homem que recusa os bens do espírito” (LAUAND, 2006). Bens espirituais que Riobaldo pôde conhecer desde sua adolescência; exemplarmente, quando foi ao porto cumprir a promessa de sua mãe pela cura de sua doença.

O narrador experimentara aquele distanciamento em si mesmo, expresso na sua relação com Diadorim, que o faz chamar a atenção com a sua maneira conhecida de não-ocultar ocultando:

“... Ah, êle gostava de mandar, primeiro mandava suave, depois, visto que não fosse obedecido, com as sete-pedras. Aquela fôrca de opinião dêle mais me prazia? Aposto que não. Mas eu concordava, quem sabe por essa moleza no diário, coisa que até me parece ser parente da preguiça” (GSV, p. 116).

O professor – “aquele que de repente aprende” (GSV, p. 235) - sabia que para ser um *homem verdadeiro* precisava superar os sentimentos diabólicos de negligência e melancolia – aquelas coisas que se parecem com a preguiça, mas que não são - e, para começar, dominar o primeiro instrumento a ser utilizado: a língua, a linguagem ritualística do pacto. Riobaldo coloca-se corajosamente para com *Ele*, queria enfrentar o Diabo de igual para igual, tirando o disfarce e tomando a iniciativa - “... Achado eu estava. A resolução final, que tomei em consciência. O aquilo. Ah, que – agora eu ia! (GSV, p. 316). Ele já experimentara o vacilo, ele sabia que o “Pai do Mal” não era o demo, era o medo (ROSENFELD, 1993): “Bananeira treme de todo lado. Mas eu tirei de dentro de meu tremor as espantosas palavras. Eu fosse um homem novo em folha”<sup>88</sup>. O “eu” desligado da sobrecoisa é presa fácil da acídia – tristeza, depressão e ausência de sentido vital. Limitação. E Urutu-Branco continuava “desengasgando perguntas” a si mesmo, como se fosse um inventário moral: “Minha opinião não era de ferro?” Ainda que um exemplo a respeito de uma possível decisão de suicidar-se e ser impedida, o levasse a gaguejar: “...quem-é-que quem que me impedia?” – não lhe faria temeroso. “O que eu estava tendo era o mêdo que êle estava tendo de mim!” Isto é, Riobaldo sabia que o medo especular se multiplicava como numa sala de espelhos. Desafiadoramente questionava os ápodos: “... o Sempre-Sério, o Pai da Mentira”. Aqueles que não portavam a graça, a alegria e nem a franca verdade – Hexagrama “Verdade Interior” Wilhelm, (1989). A descrição minuciosa e hiper-realista do ambiente e do ritual do pacto, que, por sinal, não

<sup>88</sup> Notar a utilização do verbo no imperfeito do subjuntivo.

existiam, mostra a montagem da cultura do medo. — E ele vai continuar procurando desacreditar o Diabo e, cada vez de modo mais realista, o Demônio, o Lúcifer e todos os seus apelidos: “Êle não tinha carnes de comida da terra, não possuía sangue derramável”. Viesses, viesse, vinha para me obedecer. Trato? Mas trato de iguais com iguais. Primeiro, eu era que dava ordem” (GSV, p. 317).

Urutu-Branco denuncia e questiona “como podia” ocorrer o roubo da *espiritualidade* da gente. – ela, igual ao pão bíblico, sem necessidade de fermento e duradouro como o pão ázimo.

Com o seu *eu* super fortalecido, Riobaldo estava pronto para o enfrentamento e, para isso, ele tinha o seu poder, aquilo que ele procurava há muito tempo: “o [saber] esperar”, ainda que nada escutasse. Mesmo naquilo que sempre se contou que primeiro chegasse: no “escuro”; nele se contava que podia esperar de tudo – era de “arrepiar os cabelos da carne.” Vigoroso e atento, que ele esperasse! Como lutador, pronto para partir pra cima: “Êle tinha que vir, se existisse. Naquela hora, existia. Tinha de vir, demorão ou jãjão” (GSV, p. 317). O narrador se estriba numa sugestão, numa idéia de “possibilidade”, uma incerteza-certa, ao especular com o verbo *existir* no imperfeito do subjuntivo e *afirmar* no imperfeito do indicativo (DANIEL, 1968, p. 102-103). O interessante consiste que o modo indicativo que sinaliza certeza já traz consigo a crença no provisório – “naquela hora,” algo que será confirmado um tanto brevemente. De fato, embora dizendo que sabia esperar, o ex- professor não esconde a sua ansiedade – afinal das contas, quando chegará? E em que formas?” (GSV, p. 317). Sabe-se que é na encruzilhada, mas não muito mais que isso:

“De repente, com um catrapuz de sinal, ou momenteiro com o silêncio das astúcias, êle podia se surgir para mim. Feito o Bode-Prêto? O Morcegão? O Xú? E de um lugar – tão longe e perto de mim, das reformas do Inferno – êle já devia de estar me vigiando, o cão que me fareja” (GSV, p. 317).

Ao Urutu-Branco não se dá licença de desfocalizar-se: completamente “perdido provisório de lembrança” nem mesmo consegue dar-se conta porque estava ali. O que lhe interessava, de fato, não era nem somente o tudo nem somente o nada; e, sim, “... uma coisa, a coisa, esta coisa: eu somente queria era – ficar sendo!” (GSV, p. 318).

E vem a meia-noite e nada ocorre... Postura e comportamento indicadores de meditação quietista: “Ser forte é parar *quieto; permanecer*” [grifo nosso]. Os sentidos apanham o que não aparece: “... A vulto, quase encostada em mim, uma árvore mal vestida; o [su]surro dos ramos” (GSV, p. 318). A cena cinematográfica da tão imaginada chegada não aconteceu: nem “o lufa de um vendaval” nem “Êle em trono, contravisto, sentado de estadela



bem no centro” (GSV, p. 318). Em compensação, aumentava nele a intuição de alguma coisa a ser conquistado, como se já fosse dele: “Eu queria ser mais do que eu. Ah, eu queria, eu podia. Carecia. ‘Deus ou o Demo?’” Imediatamente, Riobaldo se dá conta que se tratava de uma dúvida superada, de uma negação que não dá conta do real, dicotomização que leva a um beco sem saída por que se baseia numa perfeição inatingível: o mundo não é assim, as gentes não são assim. O Cerzidor precisava costurar esta antinomia de outro modo; é claro, havia o Hermógenes; este impunha de tal modo a maldade, alguma coisa semelhante a um tiranicídio – “Reduzir aquele homem!...” (GSV, p. 318) - precisava ser realizada. Mas, naquela oportunidade, não era isso que se colocava; o narrador confessa que se tratava de um oportunismo. Era algo mais. Ao se utilizar da linguagem jurídica – “arras” – termo que significa “recursos pagos por um dos contratantes ao outro, para garantir o cumprimento de um contrato”; ou “vantagens que um jogador considerado superior oferece aos seus adversários para que a disputa se torne mais equilibrada (HOUAISS, elet.)”, Riobaldo mostra-se uma fortaleza variável utilizando-se da retórica: “... em troca eu cedia às arras, tudo meu, tudo o mais – alma, palma e desalma... Deus e o Demo!” (GSV, p. 318). De toda modo, ele aceitou aquele factual mundano - a simultaneidade de Deus e o Diabo: “Deus existe mesmo quando não há. Mas o demônio não precisa de existir para haver – a gente sabendo que êle não existe, aí é que êle toma conta de tudo” (GSV, p. 49). Ainda que variável, a força de Urutu-Branco o levava a ver Hermógenes como “... uma criancinha moliçosa e mijona, em seus despropósitos, a formiguinha passeando por diante da gente – entre o pé e o pisado” (GSV, p. 49).

O Urutu-Branco chama seu não-congênera para as cabeças, não antes de perceber a inutilidade do ódio, seria o deixar-se governar pelo *Outro* – “Cobra antes de picar tem ódio algum? Não sobra momento. Cobra desfecha desferido, dá bote, se deu” (GSV, p. 318).<sup>89</sup> O Diabo mudou, a luta também mudou. O Cerzidor, fortalecido até as últimas entranhas, encontrou uma formulação dialeticamente diferente para si mesmo: “... ‘Deus ou o Demo’ – *para o Jagunço Riobaldo!*” (GSV, p. 319):<sup>90</sup> [grifo nosso]. De acordo com o seu processo de individuação, - “eu, eu, eu!”<sup>91</sup>. Processo de eliminação do “eu” que teve início no encontro dos “meninos, Meninos” no porto, quando O Menino, com a sua coragem e audácia, conseguiu a “transformação pesável” do menino hiper-medroso em um adolescente elevado,

<sup>89</sup> Ver exemplos de tiranicídio – eliminação da maldade sem ira- nas estórias “Os Irmãos Dagobé” e “Fatalidade” de Primeiras Estórias.

<sup>90</sup> Ver Galvão (1972); Garbuglio (1972); Sperber (1976).

<sup>91</sup> Segundo Paulo Rónai, “... o conflito esperado deixa de se cumprir, o desfecho realiza-se no íntimo das personagens” (RÓNAI, 1972, XXXVIII).

sobre-excelente, um Menino de M: “Muita coisa importante falta nome” (GSV, p. 86). A “sobre-coisa, a outra-coisa” (GSV, p.152), como sempre dizia seu compadre Quelemém. A insistência nos termos relativos à respiração e simultaneamente às palavras relativas ao ar indicam que a transformação, experimentada quando menino, continua a gerar o estado sutil. O galo marca seu território entre três e cinco horas; “seu canto penetra em toda a parte, assim como o vento” (Hexagrama, 61. WILHELM, 1989, p. 507). Riobaldo afirma, “aquela firmeza me revestiu: fôlego de fôlego de fôlego, da maior força, de maior-coragem que vem, tirada a mando, de setenta e setentas distâncias do profundo da mesma da gente” (GSV: 319). Como era que isso se passou? Naquela estação, eu nem sabia maiores havenças; eu, assim, eu espantava qualquer pássaro” (GSV, p. 319). As profundezas da “Verdade Interior”, Hexagrama 61, Wilhelm, (1989, p. 504), possibilita a coragem sem fim.

O narrador se utiliza, intensamente, da retórica em relação ao fato e o ficto através da dupla negação e dos modos imperfeito do indicativo e do subjuntivo. Por mais que ele “sapateasse... nem gôta de nada sucedia... Então, êle não queria existir? Existisse. Viesse! Chegasse, para o desenlace dêsse passo.” Riobaldo, “bêbado de meu”, maravilhosamente tomado pelas forças dos contrários, - melhor dizendo, contrastes - simultaneamente capta o momento inesperado e único assim expresso: “Ah, esta vida, às não-vezes, é terrível bonita, horrorosamente, esta vida é grande” (GSV, p. 319). E aí, cabalisticamente e conforme a tradição recebida, bramou por quatro vezes<sup>92</sup> - “Lúcifer!” - e, por duas vezes - “Satanáz!”; escutou apenas os sussurros da noite e ouviu o silêncio - que é “... a gente mesmo, demais (GSV, p. 319). ”Riobaldo disse a que veio: nomeá-lo sem rebuço e localizar a sua pertença, a sua residência: “- ‘Ei, Lúcifer! Satanaz, dos *meus* Infernos!’ O narrador já traz para si os infernos - e não só constata a sua não-existência - “nem apareceu nem respondeu” - como nega àquela imaginação um potencial, a condição de vir a ser - o “falso-imaginado”. O silêncio - o volume e a extensão da noite - como engolisse as palavras do narrador: “fechou o arrôcho do assunto” (GSV, p. 319). Sim, Riobaldo, conhecedor do ritual exorcista, sabe que é preciso pronunciar com todas as letras o diabo, demônio, lúcifer e sataná, chamá-los corajosamente por que é do medo que vinga o demo. Não adianta pronunciar os apelidos, disfarces meramente descritivos, sem a força dos nomes; é necessário, sempre, não permitir que seus nomes próprios estejam incólumes a ação dos homens, cidadãos.

O Riobaldo se vê num vôo, ligadíssimo à energia vital (ki?, prana?, ao espírito santo?) “Como que adquirisse minhas palavras todas ... Ao que eu recebi de volta um adejo , um gozo

---

<sup>92</sup> Na sabedoria chinesa, o número par não traz fortuna e, especialmente, o número 4 refere-se ao diabo. (GRANET, 1997)

do agrarro, daí umas tranquilidades - de pancada”... que lhe permitiu ser receptivo a uma lembrança passada “... dum rio que viesse adentro a casa de meu pai” (GSV).

Marcia Marques de Moraes, nos parece, acertou ao dizer que “... o pacto ... enuncia signos de um desnascer e nascer de novo, de um re-renascimento.” E ela reforça: ... imagens do ‘rio’, do ‘adentrar-se’ e da ‘casa de meu pai’ conduzem naturalmente à cena primitiva, a um momento original... (MORAIS, 2006). Afigura-nos, mais precisamente, a afluência dos instintos adentrando-se na casa do somítico pai de Riobaldo; rio que se assemelhe aos profundos e misteriosos rios do sertão, como o Urucuia. “O voejo dele continuou e, concentrado, arqueou o “puxo” de seu poder naquele átimo. Aí podia ser mais? A pêta, eu querer saldar: que isso não é falável. As coisas assim a gente mesmo não pega nem abarca. Cabem é no brilho da noite. Aragem do sagrado. Absolutas estrelas!” (GSV, p. 319) [grifo nosso].

Decerto, ele experimentara tanto a superação da “acédia” – “o pecado medieval da negligência espiritual” – quanto da “acídia” – “a melancolia moderna, *Weltschmerz*, ou *ennui* (WENZEL, 2010, p. 93). Os famosos 7 pecados capitais, tão atraentes, trazem um certo enigma, podemos mesmo dizer uma dificuldade, ao colocar a preguiça e a acídia como possíveis, embora não parelhos. Vulgarmente, a preguiça predomina não só no cotidiano, inclusive religioso, Lauand (2006) como no erudito romance paródico *Macunaíma*, de Mário de Andrade, cujo mote “Ai, que preguiça!” foi imortalizado por Grande Otelo em sua performance cinematográfica. O significado do sétimo pecado capital a que já nos referimos: “... a tristeza ... a acidez, queimadura interior do homem que recusa os bens do espírito” Lauand (2006, p. 2) desliza para a noção burguesa, por fim, hegemônica, da preguiça.

No entanto, em contraponto, ela insurge como oposição ao domínio do dinheiro, do lucro. Quando o jovem Riobaldo se vê acordado por latidos e batidos na porta da fazenda São Gregório<sup>94</sup>, a sua "preguiça mal corrigida”, segundo ele próprio, o impede de se levantar de imediato (GSV, p. 90). Claro que o levantar denotava uma negligência não muito disfarçada de resistência para com seu pai avarento e a sua relação quase nada afetuosa para com ele;

<sup>93</sup> “No Latim medieval *acedia* e *accidia* são variantes ortográficas do mesmo termo. Neste estudo eu uso *acedia* consistentemente para o pecado mortal e *acídia* para o sentimento de Petrarca, exceto, é claro, em citações diretas” (Wenzel, 2010, p. 99).

<sup>94</sup> Não, à toa, com o mesmo nome do compilador e adaptador dos sete pecados capitais para o Ocidente no século V - **São Gregório Magno** - a partir das oito tentações descritas pelo monge do deserto [Evágrio do Ponto](#), dois séculos antes. Gregório trouxe um aspecto positivo para a [Igreja](#). Da sua vivência com os monges [do deserto no Egito], traçou as principais doenças espirituais que os afligiam – os oito males do corpo: a [soberba](#), a [avareza](#), a [inveja](#), a [ira](#), a [luxúria](#), a [gula](#) e a [preguiça](#) (à qual Evágrio chamara de [acídia](#) e [tristeza](#)). (Wikipedia e observação nossa).

postura que, paulatinamente, o Cerzidor desenredará quase no fim do romance. Não obstante, a negligência acompanhará Tatarana ao longo de sua trajetória:

“... De forma nenhuma eu não queria afrontar ninguém. Até com preguiça eu estava” (GSV, p. 329).

“... O que era que Zé Bebelo, numa urgência assim, no arco, inventava de fazer? Eu tinha a preguiça de falar perguntas” (GSV, p. 358).

Mas, como já vimos anteriormente, é na relação companheira que Riobaldo acaba por aceitar a habilidade de Diadorim mandar, dado “... essa moleza que às vezes a gente tem, sem tal nem razão, essa moleza no diário, coisa que até me parece ser parente da preguiça” (GSV, p. 116). O reconhecimento e a suspeita de Tatarana o levam para perto da negligência e, acima de tudo, um mal estar empedernido, uma melancolia – tristeza. Sentimentos freqüentes em Riobaldo:

“O diabo existe e não existe? Dou o dito. Abrenúncio. Essas melancolias” (GSV, p. 11).

“E o ‘Urutu-Branco’? Ah, não me fale. Ah, êsse... tristonho levado, que foi – que era um pobre menino do destino... (GSV, p. 16).

“Mas, ora vez, eu pressentia: que do demônio não se pode pena, nenhuma, e a razão está aí. O demônio esbarra manso, mansinho, se fazendo de apeado, tanto tristonho, e, o senhor pára próximo – aí então êle desanda em pulos e prezares de dansa, falando grosso, querendo abraçar e grossas caretas – boca alargada. Porque êle é – é doido sem cura. Todo perigo. E, naqueles dias, eu estava também muito confuso” (GSV, p. 179-180).

“... eu fiz questão de não querer prosa nem presenças de ninguém, para que vissem que eu estava pensativo de projetos, e raivoso. Tristonho. As muitas sérias coisas referi comigo quando eu estava provando a fresca da tarde” (GSV, p. 365).

São Tomás de Aquino dribla uma dificuldade interposta pelo cânone da igreja: o corpo, hierarquicamente inferior à alma, não poderia sujeitá-la a uma doença corpórea. No entanto, tanto ela quanto o outro [corpo] estavam abaixo da divindade e, nesse sentido, sujeitos à intervenção de Deus ou de Satã; assim, a melancolia seria uma doença da alma Lauand, (2006) próxima à denominada depressão. A tristeza “moralmente culpável” a que se refere Aquino. Sentimento muito diferente de Riobaldo diante da morte de sua mãe:

“... Minha mãe morreu – apenas a *Bigri*, era como ela se chamava. Morreu, num dezembro chovedor, aí foi grande a minha tristeza. Mas uma tristeza que todos sabiam, uma *tristeza do meu direito*. De desde, até hoje em dia, a lembrança de minha mãe às vezes me exporta. Ela morreu, como a minha vida mudou para uma segunda parte. Amanheci mais” (GSV, p. 87) [grifo nosso].

Interessante que Riobaldo acentue o seu direito a esta tristeza, balizando a diferença àquela outra de forma marcante, como Aquino cravara: “A tristeza é, entre todas as paixões da alma, a que mais causa dano ao corpo [...] E como a alma move naturalmente o corpo, uma mudança espiritual na alma é naturalmente causa de mudanças no corpo” (LAUAND, 2006). Guimarães Rosa se aproveita incisivamente deste traço de Riobaldo para realçar, também, os papéis da alegria na narrativa:

“... e eu tive uma influência para contar artes da minha vida, falar a êsmo leve, me abrir em amáveis, bom. Tudo me comprazia por diante, eu não necessitava de prolongares. – ‘*Riobaldo... Reinaldo*’ – de repente êle deixou isto em dizer: - ‘... Dão par, os nomes de nós dois...’ A de dar, palavras essas que se repartiram: para mim, pincho no em que já estava, de alegria; para êle, um vice-versa de tristeza. Que por que? Assim eu ainda não sabia” (GSV, p. 112).

“Que o que gasta, vai gastando o diabo de dentro da gente, aos pouquinhos, é o razoável sofrer. E a alegria de amor – compadre meu Quelemém diz” (GSV:12).

“Artes que havia um alegria. Alegria, é o justo (GSV, p. 143).

“... mais um homem, tropeiro também, vinha entrando, na soleira da porta. Aguentei aquêle nos meus olhos, e recebi um estremecer, em susto desfechado. Mas era um susto de coração alto, parecia a maior alegria (GSV, p. 127).

“O vau do mundo é a alegria!” (GSV, p. 232).

Como podemos verificar nas passagens destacadas, alegria, tristeza, melancolia surgem no romance em graus variados, assim como em diferenças substantivas: ora de maneira geral – “vau do mundo”, ora precisa - “de amor”; ou de “razoável sofrer”, produzindo uma tristeza não-desesperante que gasta o diabo, ora a alegria da companhia de seus companheiros. Em um dos trechos, a alegria de Riobaldo encontra o seu reverso de modo imediato em Diadorim. Algumas vezes, Diadorim encontra a alegria com os exemplares passarinhos – como o Manuelzinho da Crôa – e com Joca Ramiro, seu Pai: “Vi um sol de alegria tanta, nos olhos de Diadorim...” (GSV, p. 189).

Voltando ao lugar do pacto. Riobaldo, um tanto decaído, espantado com o andar sem pressa da noite, clama por seu acolhimento, a modo materno; de repente experimenta, por um “buracão de tempo”, a não-presença. Esfriado, estava a ponto de achar que dele nunca apartasse.

“... a noite tinha de fazer para mim um corpo de mãe ... Despresenciei. Aquilo foi um buracão de tempo. ... Nunca em minha vida eu não tinha sentido a solidão duma friagem assim. E se aquele gelado inteiriço não me largasse mais. ... Foi orvalhando. O ermo do lugar ia virando visível... Eu encostei na bôca o chão, tinha derreado as forças comuns do meu corpo. ...Abracei com uma árvore, um pé de breu-branco. – ‘Posso esconder de mim?...’ Soporado, fiquei permanecendo. O não

sei quanto tempo foi que estive. ... Senhor, senhor – o senhor não puxa o céu antes da hora! Ao que digo, não digo?” (GSV, p. 320).

Ao Senhor, evocado por três vezes e número místico em várias religiões e sabedorias, Riobaldo agradece o aconchego da noite materna; sem medo, se sacia com a água da “beira dos buritis onde confirma a sua “lisura” através da “claridadezinha das estrelas”... Exaurido, abraça a árvore “breu-branco muito encontrada no Pará - generosa por sua sombra, pela “resina que ilumina o ambiente e afugenta as muriçocas” (Wikipedia). Não há mais lugar nem tempo para rebuços: o Cerzidor precisa deixar de ser conduzido e passar a ocupar o seu lugar de chefe; e, aí, a ruminação se reinstala: “... que a função do jagunço não tem seu que, nem p’ra que. Assaz a gente vive, assaz alguma vez raciocina. Sonhar, só, não. O demônio é o Dos-Fins, o Austero, o Severo-Mor. Apôrrro!” (GSV, p. 321).

O hábito do Urutú-Branco de excogitar, o leva à negação acerca do seu fazer, o jaguncismo; outras vezes, especulava-se fugir por amor – ele e Diadorim, ele e Otacília; - mas, agora, não mais. Por não se tratar da luta através do ódio: trata-se do *jagunçar*, em si. Quando se põe em cheque os fins, no geral entra-se no desespero (LAUAND, 2006). O empoderamento de Riobaldo lhe permite superar e alcançar estados sutis muito profundos a ponto de não sonhar mais (WILHELM, 1991). Levado a exaustão, de todo evacuado, removido, ele renasce.

“Sabendo que, de lá em diante, jamais nunca eu não sonhei mais, nem pudesse; aquêlo jogo fácil de costume, que de primeiro antecipava meus dias e noites, perdi pago. Isso era um sinal? Porque os prazos principiavam... E, o que eu fazia, era que eu pensava sem querer, o pensar de novidades. Tudo agora reluzia com clareza, ocupando minhas idéias, e de tantas coisas passadas diversas eu inventava lembrança, de fatos esquecidos em muito remoto, nêles eu topava outra razão: sem nem que fôsse por minha própria vontade. Até eu não puxava por isso, e pensava o qual, assim mesmo, quase sem esbarrar, o todo tempo.

Nos começos, aquilo bem que achei esquipático. Mas, com o seguinte, vim aceitando êsse regime, por justo, normal, assim. E fui vendo que aos poucos eu entrava numa alegria estrita, contente com o viver, mas apressadamente. A dizer, eu não afoitei logo de crer nessa alegria direito, como que o trivial da tristeza pudesse retornar. Ah, voltou não; por oras, não voltava.

-‘Uai, tão falante, Tatarana? Quem te veja...?’ - me perguntaram; o Alraripe perguntou. Será que de mim debicavam.” (GSV, p. 321).

Sem ponto de interrogação, na irônica pergunta travestida de afirmação, zombava-se dele. A “alegria estrita” do Cerzidor constitui o que há de mais eficaz: “...permanecer centrado no lugar que lhe corresponde” (MUTZENBECHER, 2002, p. 60). Esta posição permite ao ex-secretário de Zé Bebelo *sobrelevar* o limite. Isto é, o foco mudou: não mais o

limite, a contenção, mas o estímulo de fortalecimento de si mesmo – a autoconfiança. “... A idéia de uma eficácia indeterminada em si mesma, mas que era o princípio de toda a eficiência” (GRANET, 1997, p. 191). Não apenas a aprendizagem, mas, prontamente, a realização.

Neste sentido, podemos caminhar na trilha de Maquiavel para a Política e a Religião. Em um “... suposto discurso dirigido aos supremos magistrados da república” [de Florença], o Secretário dos Dez<sup>95</sup> [diz, entre outras coisas:]<sup>96</sup>

“Ouvi dizer que a história é a mestra das nossas ações e máximas dos príncipes: e o mundo foi sempre, de certo modo, habitado por homens que têm tido sempre as mesmas paixões; e sempre existiu quem serve e quem manda, e quem serve de má vontade e quem serve de bom grado, e quem se rebela e se rende”... (MAQUIAVEL, 1973, p. 130).

De acordo com o capítulo inaugural do Príncipe,, obra prima que o colocou acima de suas próprias posições políticas<sup>97</sup>, diferindo de todos ensaístas anteriores ao radicalizar a análise política:

“Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm império sobre os homens, são Estados e são ou repúblicas ou principados”.

Vimos, através de Norbert Elias (1980), a dificuldade das ciências sociais de apreender o movimento dado, devido a própria estruturação da língua. De forma semelhante, não é de hoje a discussão entre a contingência e a necessidade a respeito dos fatos históricos. Edison Nunes chama a atenção para a atualidade do “fazer político”, quando não há possibilidade

“... de garantia ou fundação prévia que não a virtú do agente, realizada na deliberação e ação políticas. Nem empirismo, nem normativismo: as coisas temporais são tão- somente na transitoriedade, *enquanto estão sendo*, na forma e pela duração que sustentarem. A boa política é no aqui e agora... E a idéia de fundar a justiça política na abstração dos corpos é, em tal perspectiva, uma contradição em termos. A política é arte, no sentido que os antigos empregam: e seu apanágio é o ato de introduzir uma forma em uma matéria” (NUNES, 2008, p. 18).

De modo semelhante, no pensamento chinês também encontramos a necessidade do político estar de acordo com as condições ditas objetivas: “... diversas situações e condições

<sup>95</sup> Tratava-se dos “*dieci di balia*, responsáveis pelos assuntos militares e pelas relações diplomáticas em tempo de guerra” (LARIVAILLE, 1988, p. 17).

<sup>96</sup> Nota do tradutor Lívio Xavier. De acordo com ele, o secretário florentino tenta, pela primeira vez, ‘erguer-se da prática da burocracia cotidiana às culminâncias da ciência’.

<sup>97</sup> Vistas, principalmente, em *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (HEXTER, 1973).

de tempo e lugar encerram oportunidades cuja influência e força o indivíduo precisa colocar-se em condições de captar, para arriscar o destino com o máximo de probabilidades” (GRANET, 1997, p. 263). Este situar-se refere ao “espaço e tempo”, isto é, o aqui e agora. O não aproveitamento do “sinal favorável” significaria “uma falha imperdoável cometer um erro quanto à oportunidade, um crime perdê-la, e um crime não “solicitá-la em tempo hábil. ... Sua arte consistia em *utilizar o Destino induzindo-o*” (GRANET, 1997, p. 263).

Newton Bignoto (2009), numa recente palestra, mostra que Maquiavel, simultaneamente, deixa de lado a história, como as obras de Tomás de Aquino e Agostinho e, por outro lado, lança mão de um rol de *acontecimentos vividos por reis e imperadores da antiguidade*, mormente da história de Roma. A intenção do secretário florentino é: “...escrever coisa útil para os que se interessam, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar” (MAQUIAVEL, 1973, cap. XV). Ou ainda, por outra tradução: “... ir direto à verdade efetiva da coisa que à imaginação em torno dela” (MAQUIAVEL, 2010, cap. XV).

Para que isso ocorra é preciso “ver com os olhos livres” Andrade (1924), possuir “um olhar direto” Eisenstein (1969, p. 209), algo como se fosse a má-inocência da criança, longe da normatividade, do que “se deveria viver”:

“Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que arruíne entre tanto que são maus. Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade” (MAQUIAVEL, 1973, CAP. XV).

As duas traduções que nos baseamos para o português não conseguiram captar um importante aspecto realçado na tradução de Maria Lúcia Montes, do livro de Quentin Skinner (1988) intitulado ‘Maquiavel’. A dicotomia que se apresenta ao príncipe entre não ser bom e ser bom o imobiliza; no entanto, se ele optar por ser não-bom e não-mau ele tem a liberdade de ação, escolha. Pois, com isso, ele pode atuar como se fosse um ator – o ator que ele parece ser e a pessoa que ele é; isto é, ator e não-ator. Lógica que tanto na representação artística quanto na ação política, seja “adequada a cada situação, [neutralização que constitui] a sua virtú”.

Próximo às nossas démarches que abarcam a ‘negação não-privativa’, isto é, não excludente e a ‘ficção jurídica. Para nós, assim, o “não-bom e o não-mal” apontam tanto para



a impessoalidade de uma pessoa, neste caso, de Riobaldo, quanto para a ficção no sentido já esclarecido por Guimarães Rosa: “Tudo se finge, primeiro; germina autêntico é depois” (ROSA, 1969, 149). Em sua obra, a aparência *contrast*a mais com a verdade, o real do que se opõe a eles: “Meu duvidar é da realidade sensível aparente – talvez só um escamoteio das percepções. Porém, procuro cumprir. Deveras de fundamento a vida, empírico modo, ensina: disciplina e paciência” (ROSA, 1969, 148). Realismo que o faz respeitar a (possível) existência do Diabo, ao contrário do modo chão de seus colegas bandoleiros encararem: “Retrocedi de todos. De Zé Bebelo, demais: que êle havia de desconfiar, dizer o que era desordens que cabeça de homem não cogita” (GSV, p. 316). Postura que vai, por sua vez, lhe permitir realizar disciplinada e pacientemente o rito do exorcismo de maneira veraz, não deixando dúvida em relação a sua não-existência no plano sutil; tratava-se de um “falso imaginado” (GSV, p. 319).

Muito embora o tenha convencido, ainda mais, da necessidade de algo que detenha o homem. Riobaldo já experimentara um forte *senti-mentar* durante a estadia na “Coruja”, quando muitos companheiros adoeceram, inclusive ele próprio, suscitando sua admiração e agradecimento aos seus companheiros: “... ali, naquela hora, eu conferi como era usual a gente estimar os companheiros, em ajuntado. Diadorim ... com os cuidados todos depunha assisado por mim” (GSV, p. 307). Como ajuntar-se e entrar em contato com cuidados esmorecesse os jagunços; um deles, de nome Sidurino, sugere uma sebaça que todos concordaram “com o sistema” (GSV, p. 319).

Mas, de repente, Riobaldo se dá conta de sua estultice:

“... o que me picou foi uma cobra bibra. Aquêles, ali, eram com efeito os amigos bondosos, se ajudando uns aos outros com sinceridade nos obséquios e arriscadas garantias, mesmo não refugando a sacrifícios para socorros. Mas, no fato, por alguma ordem política, de se dar fogo contra o desamparo de um arraial, de outra gente, gente como nós, com madrinhas e mãe – êles achavam questão natural, que podiam ir salientemente cumprir, por obediência saudável e regra de se espreguiçar bem. O horror que me deu – o senhor me entende? Eu tinha mêdo de homem humano (GSV, p. 307).

O ex-Secretário entra num surto, ao constatar que embora ele não se julgue com condições de dar conta das “... doideiras [que] assim haviam de estar regendo o costume da vida da gente” (GSV, p. 307) parece consistir o único, “neste mundo”, a se preocupar com elas: E daí ele faz um exercício de se colocar no *lugar do outro*, um “coitado morador” de um “povoado qualquer” e se ver vítima de sebaça semelhante a sugerida por seus companheiros; e, ele se pergunta, como estes sebaceiros “... agora ... podiam estar meus amigos” (GSV, p.

307). No chão chão, este raciocínio leva ao demo, passando por vários de seus apelidos. Diadorim se adiantou e ordenou a seu modo: “O inimigo é o Hermógenes”; Riobaldo aqueceu e vi[u] “como é que os olhos podem (GSV, p. 308).

Aristoteles (1973, p. 405) atribui “ao prazer dos olhos... o começo do amor” e segundo ele ainda, “... a sensação visual parece ser completa em todos os momentos, pois não lhe falta nada que, surgindo posteriormente, venha completar-lhe a forma.; e o prazer também parece dessa natureza. Por que ele é um todo, e jamais se encontra um prazer cuja forma seja completada pelo seu prolongamento” (ARISTÓTELES, 1973, p. 422).

Diadorim aguilhoa Riobaldo com seu olhar por inteiro; mas, o faz suavemente, de modo a rememorar-lhe, provavelmente, o inesquecível encontro quando meninos. “Diadorim emitia luz” (ARISTÓTELES, 1973, p. 422). Riobaldo permanecia.

O mal, precisa e resumidamente, reside nele, no Hermógenes, “o positivo pactário..., o Brutal” (GSV, p. 308), ... à bruteza, o mais apropriado seria opor uma virtude, uma espécie heróica e divina de virtude... Como é raro encontrar um homem divino... também o tipo brutal é raramente encontrado entre os homens. Existe principalmente entre os bárbaros<sup>98</sup>, mas algumas qualidades brutais são também produzidas pela doença ou deformidade”...(ARISTÓTELES, 1973, p. 357). Hermógenes habita em lugares não exatamente sabidos – nos gerais da Bahia, entre rios Alto Carinhanha, Borá e das Fêmeas. E a pergunta que fica é: “... e veja, por que sinais se conhecia em favor dêle a arte do Coisa-Má, com tamanha proteção? (GSV, p. 309). O Cezidor tem a oportunidade de delinear os traços brutais de Hermógenes na fazenda São Gregório, durante a estadia na Coruja, ele tem o ensejo também de ouvir de Lacrau - o desertor do bando dele, por ocasião do cerco da Fazenda Tucanos. Na primeira, a imediata vibração de “um homem sem anjo da guarda”; posteriormente, o seu aspecto grosseiro, mal feito, o que mais chamou a atenção de Riobaldo: ele estava de costas, mas “umas costas desconformes”, sem pescoço, demais de enrugado. As calças dêle como que se enrugavam demais da conta, enfolipavam em dobrados. As pernas, muito abertas; ... se arrastava” (GSV, p. 91). A cena lembra o encontro dos Meninos, aos avessos. Com isso, o Cezidor conseguiu pressentir futuros lances. Já durante a estadia na Coruja, Riobaldo fica sabendo que Hermógenes teria

---

<sup>98</sup> “Porcos e peixes são os representantes das forças aquáticas obscuras, o menos espirituais entre todos os animais. Mas a força da luz é tão grande que exerce sua influência transformadora até sobre os peixes e os porcos, isto é, sobre os mudos e os materialistas. É incrível que esse Hexagrama (61) nos proporcione uma respostas quase literal à pergunta tão justificada que oprime o nosso coração: como preservar a herança espiritual quando as massas materialistas, as massas desordenadas ameaçam destruí-la? Eis a resposta: através do poder da Verdade Interior” (WILHELM, 1993, p. 76). Wilhelm faleceu por volta de 1930; *por sorte*, ele não viu o seu próprio país, nove anos depois, desencadear a maior onda de destruição jamais vista no mundo.

“assinado a alma em pagamento. ... Ele me dizia que a natureza do Hermógenes, não favorecendo que êle tivesse pena de ninguém, nem respeitasse honestidade neste mundo. – ‘Pra matar, êle foi sempre pontual ... Se diz. O que é porque o Cujo rebatizou a cabeça dêle com sangue certo: que foi o de um homem são e justo, sangrado sem razão... Mas a valência que êle achava era despropositada de enorme, medonha mais forte que a de reza-brava, muito mais própria que a de fechamento-de-corpo” (GSV, p. 309).

Hermógenes termina por possuir traços atribuídos aos santos ou deuses: ausência de sofrimentos e doenças. Como se fosse um enxerto numa planta, usufruía de seus instintos naturais possuindo grande habilidade em encaminhar as coisas difíceis. E Riobaldo pergunta ainda: “E como era a razão dêsse segredo? – ‘Ah, que essas coisas são por um prazo... Assinou a alma em pagamento. Ora, o que é que vale? Que é que a gente faz com a alma?...’ O Lacrau se ria, só por acento” (GSV, p. 309).

Entre as “três disposições morais a ser evitadas – o vício, a incontinência e a bruteza – esta última se destaca: [à ela] “o mais apropriado seria opor uma virtude sobre-humana, uma espécie heróica e divina de virtude... Ora, como é raro encontrar um homem divino... também o tipo brutal é raramente encontrado entre os homens” (ARISTÓTELES, 1973, p. 357) Em *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo não encontra isso. Ao contrário, para ele, Hermógenes destaca-se entre os sertanejos, por ser A FIGURA DO MAL, brutalidades associadas, originalmente, às doenças e deformidade.

Hermógenes conseguiu esta condição através de um crime, ato brutal que se conforma com a sua deformidade, o seu arrastar e a sombra de seu chapéu em sua face. Ele se iguala a outras “disposições brutais: “fêmea que devora fetos, algumas tribos que comem carne humana [e, até mesmo,] de crianças... ou estados mórbidos. Com efeito, todo estado excessivo, seja de loucura, de covardia, de intemperança ou de irascibilidade, ou é bruto ou mórbido” (ARISTÓTELES, 1973, p. 364).

No julgamento, Riobaldo teve outra oportunidade para, mais uma vez, confirmar a sua intuição sobre Hermógenes: “Êle era sujeito vindo saindo de brejos, pedras e cachoeiras, homem todo cruzado. De uns assim, tudo o que escapa vai em retinge de medo ou de ódio. Observei, digo ao senhor. Carece de não se perder sempre o vêzo da cara do outro; os olhos” (GSV, p. 200).

E Hermógenes, brutal inteligente, vomita o seu ódio: “Acusação, que a gente acha, é que se devia de amarrar êste cujo, feito porco. O sangrante... Ou então botar atravessado no chão, a gente todos passava a cavalo por riba dêle – a ver se vida sobrava, para não sobrar.” Ele percebeu que o que estava em jogo era o domínio de outro modo do Sertão, do velho

norte: “Dêle é este Norte” (GVS, p. 200), pergunta Hermógenes. Esse homem precisa ser eliminado; mas, a contraparte sua também será - Diadorim. A nova ordem legal não tolera o domínio do mal como tal, nem por isso existe condição para uma pessoa enigmática, indivisa: “... De Deus, do demo?” (GSV, p. 86) Novas instituições estão para serem estatuídas. Rescaldos da velha ordem ainda permanecerão por algum tempo - o patriarcalismo, paternalismo. O Trem do Sertão apitou por três vezes.

## 2 Exórdio<sup>99</sup>

“Foi um fato que se deu, um dia, se abriu. O primeiro. Depois o senhor verá por quê, me devolvendo minha razão” (GSV, p. 79).

O proêmio instaura a narrativa com a sobrecoisa e estabelece a origem, ocultamente. Trata-se do início da “urdidura, o primeiro trabalho de tecelão” Houaiss (2001), do velho Cerzidor Riobaldo que teve a “*Scientia*, o discenimento penetrante de pegar a situação e o assunto dado” Riddle (1974, p. 160): a combinação da arte da estória com a história da arte, da prática do jagunço Riobaldo.

## 3 Mandante amizade

“- *Riobaldo, pois tem um particular que eu careço de contar a você, e que esconder mais não posso... Escuta: eu não me chamo Reinaldo, de verdade. Êste é nome apelativo, inventado por necessidade minha, carece de você não me perguntar por quê. Tenho meus fados. A vida da gente faz sete voltas – se diz. A vida nem é da gente...*”[grifo nosso].

O menino que Riobaldo encontrou, repete inúmeras vezes a sua diferença com outras pessoas; ele diz que “carece” de ser diferente; necessidade que o faz tornar-se um “Homem Verdadeiro” Granet (1997, p. 314) que se iguale ao Céu:

“ A salvação e a santidade são conquistadas a partir do momento em que, liberto de qualquer compromisso com outrem, o eu (zi) já não é senão vida e espontaneidade pura (zi jan). Reduzido a si mesmo, o indivíduo iguala-se ao Universo, porque a espontaneidade da qual desde então faz sua única lei é a única lei

<sup>99</sup> Exórdio: **1** *ret* o início de um discurso; preâmbulo, prólogo, proêmio; **2** p.ext. o que vem no começo; origem, princípio. Etimologia: lat. *exordium*, *ũ* 'urdidura, primeiro trabalho de tecelão; começo, princípio, origem'; f.hist 1539 *exordio*, 1539 *exordyo* (HOUAISS, 2001).

do *Tian* [o celeste, oposto à civilização] ou do *Tao*. Quem sabe manter-se autônomo possui o Tiam tao, o Caminho, a Virtude celeste” (GRANET, 1997, p. 315).

Este comportamento diz respeito aos taoístas, portadores de uma sabedoria “*quietista naturalista*” (GRANET, 1997, p. 329) [grifo nosso]. O menino que já ordenara: “ - Atravessa!” - agora se expressa radicalmente no episódio do “mulato” que aparece no meio do mato, de supetão, querendo partilhar uma pretensa foda. Neste momento, ele se expressa femininamente, traindo a sua dissimulação. Ao expressar-se como uma menina, o menino deixou Riobaldo pasmo; e mais ainda ficou, quando o menino fere o *entrão* num átimo com uma “quicé”, que foge em desembalada carreira. Neste episódio, o menino expõe-se de uma maneira inaudita, diferente: porque seu sexo como gênero aparece; porque exhibe a sua ferocidade e habilidade no manuseio de faca; por sua serenidade e, finalmente, por não carregar o ato: “ - ‘Quicé que corta...’ - foi só o que disse, a si dizendo (GSV, P. 85). Em nenhuma outra situação ocorrerá a Diadorim expor-se tanto; e nem aparecerá a sua dessemelhança radical com tamanha intensidade: menino, pelo cabelo, roupa e ação; e, menina de fato, por suas mãos, sua voz e trejeitos. Esta passagem mostra, sobretudo, a expertise de Rosa apresentar, numa faísca, o mistério de Diadorim.<sup>100</sup> O clima entre os dois, ali, naquele mato, antevê a amizade que será instaurada muitos anos depois: “... não estávamos fazendo sujice nenhuma, estávamos era espreitando as distâncias do rio e o parado das coisas” (GVS: 85).

O viver em conjunto e a amizade - centrais para Confúcio, segundo Granet, (1997 e Aristóteles (1993) – não gozam de tal merecimento por parte dos quietistas que:

“Pretendem ver na sociedade (atual) não o meio *natural* da vida humana, mas um *sistema falacioso de coerções*. Não são a freqüentação dos Antigos, a conversa das pessoas de bem e o controle mútuo, nem tampouco a amizade ou a observação, que podem informar sobre a natureza humana.” (GRANET, 1997, p. 313)

Sim, o desimpedimento das “convenções sociais” Granet, (1997, p. 310), uma possível tradução para espontaneidade e autonomia, significa para os quietistas-naturalistas, que

<sup>100</sup> Gostaríamos de desenvolver os argumentos de David L Hall and Roger T Ames, (1998, p. 90) mesmo que muito brevemente, acerca da predominância dos traços yin e yang como geradores de uma “pessoa autêntica”, uma noção taoísta:

“... in China masculine and feminine gender traits form complementary characteristics that together suggest the range of possibilities for self-cultivation. ... we will see that the correlative model of gender – construction offers the possibility of a “polyandrogyny”.

[...] “ o Santo, graças ao êxtase, consegu[e] evadir-se para longas perambulações.” Alguns *jogos vivificantes*, ensinados pela Natureza, preparam essa libertação. Faz-se um treinamento para a vida parasidiaca imitando os passatempo dos animais. Para se santificar, é preciso primeiramente bestificar-se – entenda-se : aprender com as crianças, animais e plantas a arte simples e alegre de viver apenas com vistas a vida” (GRANET, 1997, p. 313).

Diadorim ensinou Riobaldo curtir os animais de tal modo que eles começaram a se tornar genuinamente um “auxiliar descritivo”, um modo poderoso de aconselhamento, ou melhor, de ordenação de nossos comportamentos Granet, (1997, p. 35). O exemplo mais notável, a nosso ver, consiste no casal manuelzinho-da-crôa e da natureza em torno:

“- ‘É formoso próprio...’ – [Reinaldo] me ensinou. Do outro lado , tinha vargem e lagoas. P’ra e p’ra, os bandos de patos se cruzavam. – ‘Vigia como são êsses...’ Eu olhava e me sossegava mais. O sol dava dentro do rio, as ilhas estando claras. – ‘É aquêlê lá: lindo!’ Era o manuelzinho-da-crôa, sempre em casal, indo por cima da areia lisa; êles altas perninhas vermelhas, esteiadas muito atrás traseiras, desempinadinhos, peitudos, escrupulosos catando suas coisinhas para comer alimentação. Machozinho e fêmea – às vezes davam beijos de biquin-quin – a galinholagem deles” (GSV, p. 111-112).

Neste episódio, nos deparamos com a “mandante amizade” em seu mais alto grau: a sensibilidade de encontrar a espécie de passarinho que fica nos bancos de areia dos rios; a surpresa constante da paisagem; flagrar o casal em seus movimentos mais graciosos misturados de sensualidade; o alvoroço alegre, vital; e, por fim, uma combinação de conselho e ordem, ao transmitir a consigna - “É preciso olhar para esses com um todo carinho ... e terminar com o narrador confirmando peremptoriamente: - “o Reinaldo disse” (GSV, p. 111).

Riobaldo se vê pego de improviso: “Mas o dito, assim, botava surpresa. E a macieza da voz, o bem querer sem propósito, o caprichado ser – e tudo num homem-d’armas, brabo bem jagunço – eu não entendia!” (GSV, p. 112). Diadorim, andrógino, faz o que poucos seres humanos conseguem fazer: utilizar-se de sua capacidade, condicionar-se (gerar condições de) de maneira que a força e a sensibilidade caminhem juntas – o Caminho do Guerreiro que Riobaldo acaba por trilhar.

Lembremos que só depois do menino Riobaldo afirmar-se como diferente, é que ele se sente sem medo e chega ao estado em que seu coração se faz como “*cinza apagada* e seu corpo como *madeira morta*” (GRANET, 1997, p. 312). Não é à toa que Riobaldo propague, para o doutor ouvinte e, por conseguinte, o leitor, por três vezes a extinção de seu *Eu* – algo de duvidosa existência. Na ida, Riobaldo, mesmo com medo, já encarara o menino firmemente num momento decisivo para sua superação do medo; ao se por de frente com ele,

o menino que “tirava aumento [de sua] coragem” do tremor de Riobaldo se viu na contingência de fazer voltar seus olhos bons e de, novo, brilhantes: o filho de Bigri tinha suportado “o aque do olhar dele” (GSV, p. 85). Confrontação que se remete à passagem do pequeno ao grande rio. Trata-se da habilitação de Riobaldo para avocar a si o grande empreendimento que lhe está pela frente: não mais o diminuto afluente do Chico, o Rio-de-janeiro,<sup>101</sup> mas a governança da vida do homem-humano<sup>102</sup> - o grande mundo do Siô Rio: “... como muita gente já compreendeu e já falou – a vida não passa de histórias mal arranjadas, espetáculo fora de foco. A arte e o céu serão, pois, assunto mais sério, e também são países de primeira necessidade...” (ROSA apud LEITE, 1997, p. 39)<sup>103</sup>. Muito congruente com *Grande Sertão: Veredas*.

Ao narrador não poderia interessar a não-aceitação dos quietistas assim, sem mais, dado o seu longo relacionamento com Diadorim e suas personas . Visto do ângulo da civilização, o reconhecimento da equidade – o “teu” - consiste num pilar decisivo de sua construção: o entendimento entre os seres humanos (GRANET, 1997, p. 338-353). Encontramos no romance o entrecruzar-se da natureza e da permanência social, a “Mandante Amizade”, somente confirmada quando Riobaldo já reconhece o inominável – O Menino.

O tempo passa e Riobaldo acaba por ter a oportunidade de defrontar-se novamente com o olhar do Menino, agora no bando de Joca Ramiro. “... homem, tropeiro também, vinha entrando, na soleira da porta. Aguentei aquêles nos meus olhos, e recebi um estremecer, em susto desfechado. Mas era um susto de coração alto, parecia a maior alegria. Soflagrante conheci. ... Êle se chamava Reinaldo” (GSV, p. 107-108). Este reencontro levou Riobaldo a um alto teor:

“... Arvoamento dêesses, a gente estatela e não entende; que dirá o senhor, eu contando só assim?” (GSV, p. 107)

“ O Menino me deu a mão; e o que a mão a mão diz é o curto; às vezes pode ser o mais adivinhado e conteúdo; isto também. E êle como sorriu. Digo ao senhor: até hoje para mim está sorrindo” (GVS, p. 108).

“... porque, enquanto coisa assim se ata, a gente sente mais é o que o corpo a próprio é: coração bem batendo. Do que o que: o real roda e põe adiante. – ‘Essas são as horas da gente. As outras, de todo tempo são as horas de todos. – me explicou o compadre Quelemém (GVS, p. 108).

<sup>101</sup> Muito provavelmente, também relativo à cidade do Rio de Janeiro: “é que há uma técnica, há processos para a gente voltar à infância, ou melhor ir a “outra” infância. Com algum treinamento, qualquer um consegue andar por lá pelo menos umas duas horas, cada dia. E aí, a cidade vira roça...” (Entrevista a Ascendino Leite. 1997, p. 55).

<sup>102</sup> “Quem conhece o Homem conhece o Mundo e a estrutura do Universo, assim como sua história. Não é preciso constituir, à custa de um grande esforço, ciências especiais: o saber é uno” (GRANET, 1997, p. 237).

<sup>103</sup> Entrevista de Rosa, concedida à Ascendino Leite e publicada no livro por Dick (2007, p. 39).

É através dos olhos que Riobaldo se mede com Diadorim. Um olhar receptivo: esmerados esmertes olhos, botados verdes ... luziam um efeito de calma, que até me repassasse...” (GSV, p. 81)

#### 4. Um Julgamento e Três Direções

“Zé Bebelo, sozinho por si, sem outro sobre calor de regimento, servisse para governar os arrancos do sertão?”

Imediatamente antes do centro do livro, Diadorim ainda se encontra de luto com a morte de Medeiro Vaz – se avaliarmos pelo tamanho do lenço preto, um profundo pesar. Pesar correspondido pelos “buritis calados”, mas, de nenhuma forma, imobilizador: “O só que Medeiro Vaz comandou foi isto: - ‘Aleluia!’.” Embora a morte de seu chefe querido a tenha enlutada, ela não deixou de perceber “na flôr caraíba urucuiã – roxo astrazado,<sup>104</sup> um roxo que sobe no céu” (GSV, p. 234). Assim, podemos entender a passagem imediata da fala para Diadorim e, em seguida, a de Riobaldo: “... Diadorim se virou para mim – com um ar quase de meninozinho, em suas miúdas feições. ‘Riobaldo, eu estou feliz...’ – ele me disse. Dei um sim completo” (GSV, p. 234). A subida da flor para o céu sugere a ascensão [do “sopro”] de Medeiro Vaz. (GRANET, 1997, p. 245). Admirado, o chefe sertanejo já vinha demonstrando um cansaço em sua liderança, a ponto de, em seu estertor, se dirigir com os olhos para Riobaldo; esse, após o falecimento do antigo chefe, indicado por seus companheiros, recusa veementemente: ele não se sentia, não se via com condições de comandar, o que abriu uma crise na chefia do bando. Entrementes, ao ver Diadorim se lançar para a chefia, ele se posicionou decididamente contra. O que faz Marcelino Pampa acabar por aceitar a contragosto: demanda colaboração de todos e oferece o cargo já, de antemão, aos possíveis chefes de maior qualidade. De fato, Marcelino Pampa não se apresenta à altura do encargo, mesmo que ele já se mostrasse com “outro ar de ser, a sisuda extravagância, soberbo satisfeito!”. O que levou Riobaldo a dizer, sarcasticamente: “Ser chefe – por fora um pouquinho amarga; mas, por dentro, é rosinha flores” (GSV, p. 66).

A crise só terminou com a chegada Zé Bebelo, de maneira insuspeitada e com enorme açodamento: ele e mais cinco catrumanos, vindo de Goiás, “descendo o Rio Paracatú numa

<sup>104</sup> Segundo Nilse Sant’Anna Martins: “Astrazado. Não Dicionarizado. Astroso, funéreo, fúnebre (sentido provável) N. L. De Castro acha provável a derivação de **astral**, ‘celeste’, ‘sideral’. A genialidade de Rosa de reunir os dois sentidos é comprovado logo depois, como veremos. *O Léxico de Guimarães Rosa* (2001).



balsa de talos de buriti”... (GSV, p. 234). Uma vez sabida a presença do “deputado”, tornou-se tão esperado pelo bando e recebido por Marcelino Pampa como se já fosse um seu ex-comandante: “Paz e Saúde, chefe! Como passou?”. E Zé Bebelo responde com intimidade: “- ‘Como passou, mano?’” Riobaldo, também se sentiu reconhecido – ‘*Professor*, ara viva! Sempre a gente tem de se avistar...’” (GSV, p. 70) assim como outros membros do bando. E chegou logo mostrando a que veio: “- ‘Vim de vez!’ – êle disse; disse desafiando, quase. ... Vim cobrar pela vida de meu amigo Joca Ramiro, que a vida em outro tempo me salvou de morte... E liquidar com esses dois bandidos, que desonram o nome da Pátria e este sertão nacional!<sup>105</sup> Filhos da égua...” (GSV, p. 70). Todavia, posicionou-se não só de comportamento guerreiro, mas uma comovida persignação pela morte de Medeiro Vaz: “Aqui soube. *Lux eterna*...” (GSV, p. 70).

Sob o ponto de vista *Riobaldiano*, estritamente individual, parece-nos compreensível a recepção. Afinal de contas, o seu receio em ferir Zé Bebelo na refrega que terminaria no julgamento, a sua transferência de foco do combate para – “... eu menos atirava do que pensava.” – a percepção que o bando Bebérico já estava nas últimas, mesmo que a ferocidade ainda aumentasse em proporção à sua vulnerabilidade, - em suma, a sua amizade para com ele -, tudo levava Riobaldo à procura de uma saída: “Como era possível, assim, com minha ajuda, a morte dêle? Um homem daquela qualidade, o corpo dêle, a idéia dêle, tudo que eu sabia e conhecia” (GSV, p. 192). O narrador passa da singularidade para uma generalização de teor humanista – empático: “Um homem, coisa fraca em si, macia mesmo, aos pulos de vida e morte, no meio das duras pedras” (GSV, p. 192). Admitido o choro com pudor e, ao mesmo tempo, de modo vulgar, Riobaldo se embaralha numa possível culpa; todavia, sem se impedir de soltar aqueles três gritos – “... Arresto gritei” (GSV, p. 192) - capazes de suspender o movimento do bando de cá partir pra cima daqueles poucos do bando de lá: “‘... - Joca Ramiro quer esse homem vivo’ para por fim dizer que ‘Joca Ramiro faz questão!...’ A que nem sei como tive o repente de isso dizer – falso, verdadeiro, inventado”... (GSV, p. 192). Um segredinho a mais do escritor, a importância da ficção como germinadora do real, a invenção surgida não se sabe de onde – sabendo: a sobrecoisa, o sobregoverno.

Ainda culposos, ele surta, por receio de Zé Bebelo cair na ira de seus parceiros e começa atirar a esmo, tentando atingi-lo. Diadorim percebe a loucura de Riobaldo que, por sua vez, se vê imobilizado por ele. A confusão chega a tal ponto, que a exigência de manter Zé Bebelo vivo era como se fosse originalmente de Joca Ramiro. E de Diadorim: “... O que

---

<sup>105</sup> Ver “Representações do Nacional” em “estrangeiros em sua própria terra: representações do brasileiro 1870-1920 (NAXARA, 1998).

havia de desmentir?” se pergunta Riobaldo. Porém, Zé Bebelo, com um furor de galinho “garnizé”, ainda permanecia com as armas na mão – punhal e uma garrucha que havia de descarregar no chão, em torno dos pés: “... Arrancou poeira. Por trás daquela poeira ele reapareceu, dava pensamento assim – aprumado, teso de briga. Lampejou com o punhal, e esperou” (GSV, p. 193). Xingando, termina laçado e desarmado. A energia de Zé Bebelo deixa Riobaldo esquisito: “Eu *parei quieto*, vago, se me estranho” (GSV, p. 193). Riobaldo experimentara o estado sutil, marca dos quietistas, o mesmo povo de Diadorim, conforme vimos na cena da chegada ao porto - A Constituição do Narrador. Ainda como prova de sua naturalidade, ao experimentar o vazio, o mutável, estado difícil de caracterizar, Riobaldo se desconhece. Os quietistas não seguiam, não obedeciam às normas vigentes.<sup>106</sup>

Diadorim compartilhava também a tristeza – “na voz”. “Depois de Paracatú, é o mundo...” (GSV, 216). O banimento de Zé Bebelo gerou um vazio nos dois amigos; segundo o narrador, “... tirava meu poder de pensar com a idéia em ordem...” (GSV, p. 216) Ele próprio passou a considerar “o julgamento... a coisa séria de importante (GSV, p. 216). Algo do republicanismo bebélico se instalou em Riobaldo.

Banido<sup>107</sup> por um tempo considerável conforme a sentença de Joca Ramiro – “Até enquanto eu vivo for... (GSV, p. 214). Zé Bebelo portava a confiança do bando devido ao seu modo agregador de defender-se e agir. É preciso lembrar que, terminado o julgamento, Diadorim responde a uma pergunta de Riobaldo – ‘... quem salvou Zé Bebelo de morte?’ e diz que, “... abaixo de Joca Ramiro, por começar foi êle Zé Bebelo mesmo” (GSV, p. 216).

O seu protagonismo na exigência de julgamento: “... e deste grande Joca Ramiro mereci, de sua alta fidalguia ... Julgamento – isto, é que a gente tem de sempre pedir! Para que? Para não se ter medo! É o que comigo é. Careci dêste julgamento, só para verem que não tenho medo... Se a condena fôr às ásperas, com a minha coragem me amparo. Agora, se eu receber sentença salva, com minha coragem vos agradeço. Perdão, pedir, não peço: que eu acho que quem pede, para escapar com vida, merece é meia-vida e dôbro de morte (GSV, p. 212-213).

E a sua elaborada defesa: “- Tôda a hora eu estou em julgamento” e; a sua dialética demolidora:

“- ‘O Senhor veio querendo desnortear, dessemcaminhar os sertanejos de seus costumes velho de lei...’

<sup>106</sup> Ver Arthur Waley, *The Way and its Power* (1987, p. 43 e ss)

<sup>107</sup> O Banimento, forma de renovação para um reinado (GRANET, 1997, p. 73).

“- ‘Velho é, o que já está de si desencaminhado. O velho valeu quando foi novo...’  
 “- ‘O senhor não é do sertão. Não é da terr...’  
 “- ‘Sou do fogo? Sou do ar? Da terra é a minhoca – que galinha come e cata: esgaravata!’ (GSV, p. 199).

O seu projeto de proclamar outro governo e de se candidatar a deputado; ao colocar-se como igual e problematizar a obrigação de ser natural do sertão para que se questionasse a ordem prevalecente e sugerisse outra. Zé Bebelo politizou a sua defesa universalizando-a. E isto é, generalizando-a para todos: os que nasceram no sertão e aqueles, que embora não tenham nascido ali, passaram a internalizar, crescentemente, o ethos e as leis do sertão: o doutor e nós leitores<sup>108</sup>

Ele estava a se tornar um homem do sertão e não mais um preposto do governo. Transformação a ser comprovada por sua companhia – os cinco catrumanos – “cabras, pobres e dos *gerais*”; e por seu meio de transporte: a “balsa de talos de buriti, palmeira alalã” (GSV, p. 385) [grifo nosso], emblema de ordem e soberania (GRANET, 1997, p. 203). Uma arte de governar se construía na formação de uma cidadania ímpar, em que o banimento operava triplamente: o óbvio impedimento de um retorno subversivo; a mutação política como modo de acolhimento de novas relações de poder que tiveram, no julgamento, o momento nodal de seu desatamento; e de algo como um tempo de auto-reconhecimento – exclusão e inclusão<sup>109</sup>.

Historicamente, o sertão não poderia estar imune à situação social e política em que se encontrava o Brasil, com a ainda recém abolição da escravatura, a proclamação da república e a instauração do federalismo. No nível econômico e político, a chegada da estrada de ferro a Pirapora, em 1911, consistiu no marco decisivo; o progresso chegara!<sup>110</sup> Em nosso artigo acerca do julgamento, dizíamos :

“... Em *Grande Sertão: Veredas*, os chefes de guerra mais tradicionais foram superados pelos acontecimentos – a época já não era mais a mesma. E o julgamento constituía um momento oportuno, como asseverou Hermógenes: “É e é. Vamos ver, vamos ver, o que não sendo dos usos...” (ROSA apud MONTEIRO DE CASTRO, 2007, p. 96).

<sup>108</sup> “... encontramos na tendência ao naturalismo literário a superposição da ênfase na capacidade de descrever a ‘realidade’ sobre a visão presente no romantismo de situar a literatura enquanto veículo da construção da nacionalidade”, intelectuais e representação geográfica da identidade nacional (Lima, 1992, p. 52).

<sup>109</sup> Aristóteles atribuíra, na *Ética a Nicômaco*, aos ‘incuravelmente maus [o castigo de] serem banidos de todo’ (ARISTÓTELES, 1973, p. 433).

<sup>110</sup> Ver de Bernardo da Mata-Machado (1991, p. 115) especialmente, *O Período Republicano*, p 115 e ss.

Embora a desdenhosa declaração do jagunço abordasse o episódio pelo avesso, realmente ela versava sobre a inclusão de um procedimento legal oposto ao usual, com direito à defesa e à réplica, onde “os de baixo” que, costumeiramente não abrem a boca, são considerados como iguais e têm a sua voz garantida. Enfim, “tratava-se de uma chance única para Joca Ramiro e seria indesculpável que ele não soubesse pegá-la. Um grande Soberano não pode se conformar aos costumes; ele precisa inová-los. Principalmente quando se insinua uma grande disputa em torno da chefia e, conseqüentemente, dos vários caminhos a serem tomados ou orientações de ações” (GRANET, 1997; MONTEIRO DE CASTRO, 2007, p. 97). Lembremos que a prática da justiça tem em seu cerne a “escolha própria” (ARISTÓTELES, 1973, p. 329) e a proporcionalidade – “entre o agir injustamente e o ser vítima de injustiça... se relaciona com uma quantia intermediária, enquanto a injustiça se relaciona com os extremos (ARISTÓTELES, 1973, p. 329). De fato, Riobaldo clamou audaciosamente que Joca Ramiro queria Zé Bebelo vivo: “A que nem não sei como tive o repente de isso dizer – falso, verdadeiro, inventado... Firme gritei. Repeti. ... Ali Zé Bebelo eu salvasse.<sup>111</sup> Todos aprovaram. Eu sei, eu sei? (GSV, p. 192). A utilização do imperfeito do subjuntivo de modo não-usual acentua a liberdade e independência do narrador, ao se colocar em dúvida sobre a unanimidade da aprovação de seu salvamento de Zé Bebelo.

A linguagem (língua) opera como elemento desobstruidor dos impeditivos políticos. O questionamento acerca do significado do Sertão está por toda parte do livro. Riobaldo indica critérios objetivos para sua estimacão e, de outro modo, subjetivos, pois o sertão encontra-se em todo lugar, em todos nós, portanto. Cada um precisa superar os passivos condicionamentos de si mesmo – o seu sertão interior – e passar para o de condicioná-lo; gerar as condições de, A denominação correta e o julgamento se colocam como pilares da narração - da estória e história - no papel central e contraditório da nomeação e a sua relação com o julgamento e a ordem. Zé Bebelo revela estarmos, a todo o momento, em julgamento e o julga como meio fundamental para superar o medo<sup>112</sup> - antes, no geral; agora de tornar-se do Sertão. Riobaldo opõe, entretanto, o julgamento à mudança, relacionando-o com o passado e com a ausência de vida daquele que julga. O julgar não daria conta da possibilidade de transformação do acusado.

Entretanto, Riobaldo reconhece a necessidade do julgamento - para alguns, pelo menos; com a sua maneira elíptica de qualificar, ele declara que há aqueles que sabem realizar

---

<sup>111</sup> “... o subjuntivo está presente em orações em que o falante deixa claro que o que comunica não corresponde necessariamente a um fato objetivo” (VERSIANI, p. 82).

<sup>112</sup> De forma semelhante à passagem do pequeno rio para o grande rio, como meio de superação do medo, como vimos ao abordar o encontro de Riobaldo com o Menino. Cena 1.

a piracema (GSV, p. 205) como os peixes, retornam para a sua querência.<sup>113</sup> A “arte de qualificar” parte de uma constatação: “A boa ordem depende inteiramente da correção da linguagem” (GRANET, 1968, p. 354). Para ela devemos nos voltar. Ou seja, a querência reside na linguagem. A arte de qualificar precisa ser vista sob este prisma. O esgotamento das relações sertanejas tradicionais impõe a transformação da linguagem, como pressuposto de mudança. Sob uma ordem tradicional, onde as relações sociais se fazem de forma fixa, a correção da linguagem talvez se dê de maneira unívoca. Mas, quando esta ordem se transforma e com ela os seus pressupostos – concepção do sagrado, da guerra, do tempo e espaço, relações de produção, hierarquia etc – a univocidade torna-se impossível. Não há mais *uma* regra de comportamento. Um Grande Chefe, de acordo com a etiqueta nobre, nomeia corretamente as atribuições de seus súditos, deveres e privilégios – em termos maiores, julga. Mas com a presença das massas um problema se coloca então: ‘Qual o direito que um simples cidadão tem de julgar um outro indivíduo? Quais são as receitas que permitem ao comum dos homens de qualificar corretamente?’ (GRANET, 1968, p. 369) (MONTEIRO DE CASTRO, )

Questão que vai pegar de supetão Riobaldo:

“... Tomei uma respiração, e aí vi que eu tinha terminado. Isto é, que comecei a temer. Num esfrio, num átimo, me vesti de pavor. O que olhei – Joca Ramiro teria estado a gestos? – Joca Ramiro fazendo um gesto, então que eu calasse absolutamente a bôca; eu não possuía vênha para discorrer no que para mim não era de minha alta conta. Eu quis, de repente, tornar a ficar nenhum, ninguém, safado humildezinho” (GSV, p. 210).

Os pontos de vista dos chefes e dos indivíduos comuns não são os mesmos e, muito menos, os pontos de partida. De fato, neste episódio defrontamos com a dificuldade do tornar-se, vir a ser um igual, um cidadão, mesmo que sua performance já tenha dito que o seja. Riobaldo e seus companheiros de fala exercem o direito de expressão; ele os ouve respeitosamente e, em um breve momento, se antagoniza com os outros: “Riram, uns; por que é que riram? – rissem” (GSV, p. 208). Breve igualdade que o longo processo de naturalização oportunizará, como veremos ainda mais minuciosamente.

Do que explanamos, podemos perceber que o julgamento se faz em três direções, pelo menos: Riobaldo exerce o direito à palavra e requer o de defender Zé Bebelo – “arte, o advogado – aí é que vi. Alguém quisesse?” (GSV, p. 207); Zé Bebelo, ao reivindicar o julgamento, afirma a sua igualdade e reivindica para si a naturalidade do Sertão. E o

<sup>113</sup> “Agora eu já descobri o segredo... É que há uma técnica, há processos para a gente voltar à infância, ou melhor ir a ‘outra’ infância” (LIMA, 1997, p. 55).

desempenho de Zé Bebelo “... ao possibilitar a expressão exponencial da *virtú* de Joca Ramiro que, compreendendo o momento, soube usufruir de todas as suas possibilidades: ao garantir a vida de seu adversário – relativo a verso de si – o Grande Chefe confirmou a benevolência como uma das marcas do Homem Superior. Ao ser receptivo à demanda do julgamento, demonstrou outras virtudes necessárias a um Sábio – a renovação dos costumes e instauração de uma nova era e, por fim, ao aceitar o banimento, mostrou flexibilidade política e visão histórica, como os fatos posteriores demonstraram” (MONTEIRO DE CASTRO, 2007: 99).

Joca Ramiro se dirige de modo paternal aos seus homens, denotando serenidade, lhe traz um imenso respeito de seus comandados; talvez, se antecipando, decisivamente, à perda do poder pessoal Naxara (1998, p. 64) prenunciada pelos novos acontecimentos *estóricos*.

“Aquêles muitos homens, completamente, os de cá e os de lá, cercando o ôco em raia de roda, com as coronhas no chão, e as tantas caras, como sacudiam as cabeças, com os chapéus rebuçantes. Joca Ramiro tinha poder sôbre êles. Joca Ramiro era quem dispunha. Bastava vozear curto e mandar. Ou fazer aquêle bom sorriso, debaixo dos bigodes e falar, como falava constante, com um modo manso muito proveitoso: - ‘Meus meninos... Meus filhos...’ Agora, advai que aquietaavam, no estatuto” (GSV, p. 199).

A famosa passagem do Tao-te King– “o ôco em raia de roda...” – confirma a importante presença da Sabedoria Chinesa<sup>114</sup> em suas mais diversas vertentes, muitas das quais abordadas por nós. Passagem que indica, por um lado, a necessidade de força armada, disciplinada, dedicada e, por outra, o vazio, o centro, que trás a não-ação, a não-violência. Homens que ocultam a sua prontidão e despersonalizam as suas caras. Lembremos que o oco da roda permite que ela rode.<sup>115</sup> A arte de governar de Joca Ramiro, todavia, se faz de maneira a dispensar um consenso jurídico, exercendo o poder diretamente. A utilização do verbo “dispor” para qualificar o poder indica a força e forma de dominação por seu soberano. Domínio com alguns traços habilmente esboçados pelo narrador que certo número de críticos denominou de feudalismo...; encontram-se, também, traços de dominação paternalista e patrimonialista (WEBER, 1969). Se é nítido em Joca Ramiro, em Zé Bebelo tende a aparecer menos - “Ao redor de mim, meus filhos. Tomo posse!” – que a utilização de outras expressões familiares, aí já conotando igualdade: “ – ‘Pois, então, estamos irmãos ... ‘ (GSV, p. 71). Neste mesmo momento de chegada de seu banimento, de Goiás, em que se instaura a decisiva questão da chefia para enfrentar o bando de Ricardão e Hermógenes, Zé Bebelo

<sup>114</sup> Ver Suzi Sperber (1976); Francis Uteza (1994); Antônio Carlos Monteiro de Casto (1999).

<sup>115</sup> Voltaremos ainda a este assunto.

universaliza a conclamação à luta, lançando a mão da palavra “povo” que denota um novo caminho político, o republicanismo, mesmo que o faça de maneira personalista: “‘Pois estamos. É o duro diverso, *meu povo*’” (GSV, p. 71) [grifo nosso]. Postura que já perpassara Joca Ramiro e que Riobaldo irá trilhar<sup>116</sup>, como examinaremos oportunamente.

Não podemos deixar de abordar outro ponto que consiste na vinda dos catrumanos<sup>117</sup>, a sua inclusão ao bando de Marcelino Pampa, Diadorim e Riobaldo e, por conseqüência, de suas lutas. Zé Bebelo entendeu ser importante destacar a presença dos catrumanos, oriundo dos gerais; e não foi à toa que logo após de apontar o estado fraterno a que a união do bando levasse: “... Zé Bebelo rodeou todos, num mando de mão, e declarou forte o seguinte: “- ‘Vim por ordem e por desordem. Êste cá é meus exércitos!...” Para o narrador, “... prazer<sup>118</sup> que foi , ouvir o estabelecido (GSV, p. 71).

De fato, já no caminho para o “gerais” de Minas, segundo o aterrorizado “vaqueirinho”, Zé Bebelo e seus cinco homens catrumanos – “em jejum de briga” – e mesmo com poucos recursos “... avançaram do mato, deram fogo contra os outros. Os outros eram montão, mais duns trinta. Mas fugiram. Largaram três mortos, uns feridos. Escaramuçados. Ei! E estavam a cavalo... O homem e os cinco dêle estão a pé<sup>119</sup>. Homem terrível... Falou que vai reformar isto tudo!’ (GSV, p. 69).

Estabelecer acordo entre os bandos implicava em mudanças, mormente o de poder. Não se trata de juntar as partes mas de “amizade e combinação: ... ‘só obro o que muito mando; nasci assim. Só sei ser chefe.’ O chefe recém eleito, Marcelino Pampa, se viu em palpos de aranha; com receio e o maior cuidado ele assunta os jagunços companheiros:

“Sôbre curto, Marcelino Pampa cobrou de si suas contas. Repuxou testa, demorou dentro dum momento. Circulou os olhos em nós todos, seus companheiros, seus brabos. Nada não se disse. Mas êle entendeu o que cada vontade pedia. Depressa deu, o consumado:

- ‘E chefe será. Baixamos nossas armas, esperamos vossas ordens...

Com coragem falou, como olhou para a gente outra vez.

- ‘Acôrdo ‘ – eu disse, Diadorim disse, João Concliz disse; todos falaram: - ‘Acordo!’

<sup>116</sup> Como bem observou Willi Bolle, 2004.

<sup>117</sup> “Caipira, matuto, sertanejo. Uso freqüente na obra de GR. Conotação depreciativa. A etimologia (de **quadrúmano**, alteração prosódica por quadrúmano) leva à aproximação com **quadrúpede**. [Os catrumanos encontrados por Riobaldo (2º ex) vivem na mais completa miséria, o que o leva a reflexões deveras significativas]. (SANT’ANNA MARTINA, 2001: 108).

<sup>118</sup> “O prazer completa a atividade, não como o faz o estado permanente que lhe corresponde, pela imanência, mas como um fim que sobrevém como o viço da juventude para os que se encontram na flor da idade (ARISTÓTELES, 1973, p. 424).

<sup>119</sup> “O pobre sozinho, sem um cavalo, fica no seu, permanece, feito numa crôa ou ilha, em sua beira de vereda. Homem a pé, êsses Gerais comem” (GSV, p. 282).

[perguntou Zé Bebelo] ‘De todo poder? Todo o mundo lealda? Confirmamos.

Então ele quase se apurou nas pontas dos pés, e nos chamou: ‘Ao redor de mim, meus filhos. Tomo posse!’ Podia-se rir. Ninguém ria. A gente em redor dêle, misturando em meio nosso os cinco homens do Urucúia. Adiante: - Pois estamos. É o duro diverso, meu povo....” (GSV, p. 71).

A combinação paradoxal entre o republicano Zé Bebelo e os quase não-civilizados catrumanos trouxe duas questões políticas: a enunciação “meu povo”, já apontada por nós; e a questão da naturalização, sob o ponto de vista da cidadania, tanto para Zé Bebelo quanto para os catrumanos.

Ao voltar de seu banimento, Zé Bebelo chega como uma unanimidade de liderança guerreira. Todavia, não como um líder político. Não há como discordar de suas proposições; no geral: candidatar-se a deputado,<sup>120</sup> “se educar e socorrer as infâncias dêste sertão!” (GSV, p. 300). Mas, não ficava nisso, ele queria “reformular” (GSV, p. 69) o sertão. Com efeito, desde quando pertencia à volante do governo, em luta vitoriosa contra os jagunços, ele intencionava mudar o estado de coisas: “... Zé Bebelo elogiou a lei, deu viva ao governo, para perto futuro prometeu muita coisa republicana” (GSV, p. 104). O seu comportamento cabotino e manipulador impacta: pressiona Riobaldo a fazer discursos cheios de elogios a ele, coisa que não ficaria bem se ele o fizesse. Já de volta ao sertão, o “deputado”, como era denominado, utiliza-se do pronome possessivo “meu” junto ao substantivo “povo”. A forma personalista de se dirigir aos governados – “meu povo” - colide com a sua pretendida reforma.<sup>121</sup> A ação surge da palavra, seja de que forma for. É preciso empreender a lapidação da palavra;<sup>122</sup> mas necessitamos finalizar o processo: a possibilidade de manejá-la de modo a gerar receptividade à insurgência, à emergência, à surgir do fundo com tal força e precisão que os procedimentos formais acabam por encontrar o seu lugar.

Zé Bebelo não consegue repetir o seu desempenho do julgamento. Há uma distância entre a sua expertise guerreira e a sua fala, um tanto caricata; ela não suscita o suficiente para agregar. A República traz consigo novos parâmetros de governança que uma sociedade de fortes traços estamentais não dá conta. Para governar, o político, artista-legislador precisa

<sup>120</sup> Segundo Uteza, deputado refere-se a enviado.

<sup>121</sup> Guimarães Rosa adverte, em sua famigerada entrevista a Günter Lorenz: “... considerar cada palavra o tempo necessário até ela ser novamente vida. O idioma é a única porta para o infinito, mas infelizmente está oculto sob montanhas de cinzas. Daí resulta que tenha de limpá-lo, e como é a expressão da vida, sou eu o responsável por ele, pelo que devo constantemente *unsorgen* (cuidar dele)” (LORENZ, 1991, p. 83).

<sup>122</sup> Guimarães Rosa adverte, em sua famigerada entrevista a Günter Lorenz: “... considerar cada palavra o tempo necessário até ela ser novamente vida. O idioma é a única porta para o infinito, mas infelizmente está oculto sob montanhas de cinzas. Daí resulta que tenha de limpá-lo, e como é a expressão da vida, sou eu o responsável por ele, pelo que devo constantemente *unsorgen* (cuidar dele)” (LORENZ, 1991, p. 83).



instaurar novos meios de pensamento e ação; a palavra, mediadora, com vimos anteriormente, age como tal. Durante a narração, o Cerzidor tira de letra vários obstáculos, desamarra nós e constrói pontes. A engenhosa Arte de Governar de Riobaldo precisa ser reconhecida; é o que faremos a seguir.

## **CAPÍTULO IV**

### **FICÇÃO E CIDADANIA: A FICÇÃO JURÍDICA, O ARTISTA LEGISLADOR E A ARTE DE GOVERNAR.**

*“A ficção é uma falsidade aceita como verdade em prol de uma reivindicação mais especial e justa do que a expressa na lei”.*

(Baldo de Ubaldis)

Esta definição da ficção jurídica por Baldo de Ubaldis caiu como uma luva para nossa interpretação de Grande Sertão: Veredas. Como obra ficcional, ele carrega uma tal veracidade que brocardos inseriram-se no vocabulário cotidiano: “viver é muito perigoso”. Inúmeros eventos em torno da obra de Rosa como os grandes encontros internacionais, entre outros como os Seminários Internacionais da PUC-BH (1998, 2001, 2004), as viagens pelo sertão roseano dos professores de geografia da USP que promovem periodicamente (Bezerra e Heidemann, 2006), verdadeiras Travessias do Grande Sertão como as de Carlos Rodrigues Brandão e seus colegas da Unicamp que confirmaram a invasão dos eucaliptos mas, também, re-existência dos sertanejos, reportagem e entrevista pelo jornalista Marco Antônio Coelho: *A magia dos Sertões desperta o Brasil*; enfim, inúmeros eventos em torno da sua obra. Marily e Dieter procuram compreender

[...] “... o que acontece nesses lugares [sertão roseano] que atrai cada vez mais pessoas de fora? Certamente são forasteiros que têm o sertão dentro de si, que são sertanejos como Guimarães Rosa definiu para o entrevistador Günter Lorenz. É gente que tem saudade do que nunca viveu e uma sede de um mundo primordial não corrompido, onde ainda há o que fazer.” (Bezerra e Heidemann, 2006, p. 11)

A emoção dos autores, por mais superlativa que seja, não dista muito dos sentimentos daqueles que já experimentaram algo semelhante; e, claro, de muitos que já leram os seus livros. Aqueles que se identificaram com o sertão de Rosa e o seu poder sabem também que “Sertão é o penal, criminal. Sertão é onde homem tem que ter a dura nuca e mão quadrada” (GSV, P. 86) Os depoimentos mais recentes não deixam dúvidas: a extinção dos buritizais, dos riachos, a implantação crescente de eucaliptais confirmam que

“Faz falta ainda entrar no “espírito do sertão”. Mas como é que se entra nele, “, “mano Rosa”, agora tão mexido, tão mudado, tão vazio de ser “sertão”? Sinto que ele não está ainda dentro de mim e pressinto que não esteja dentro dos outros companheiros de viagem” (Brandão, 2006, p. 41)

Há muito pouca coisa de João Rosa (vamos chamar assim, como os do lugar) e dá de cara pra saber que o melhor dele terá ficado pelo Rio de Janeiro ou por São Paulo. Sentei em sua cadeira de trabalho e tive não sei que desejos de magia simpática. Mas, atrás dela, no lugar de uma estante de seus livros, havia só a foto ampliada, na parede inteira, das prateleiras e livros reais de João Rosa” (Brandão, 2006, p. 31)

Medeiro Vaz rompeu com a sua ancestralidade, eliminou rastros até mesmo de sua finada mãe, desvencilhou-se de suas propriedades e queimou a sua casa de herança de eras: “

– espiou até o voejo das cinzas, lá hoje é arvoredos” (GSV, 1972, pp. 37/38) Medidas importantes para quem quer colocar um basta nas ondas de violência e de desmandos que atingiram o sertão: “... vieram as guerras e os desmandos de jagunços – tudo era morte e roubo, e desrespeito carnal das mulheres casadas e donzelas, foi impossível qualquer sossêgo, desde em quando aquêlo imundo de loucura subiu as serras e se esprou nos gerais”.

Desvinculado e leve de todo, agregou gentes afins e “... saiu por esse rumo em roda, para impor a justiça” (GSV, p. 37). Medeiro Vaz era da velha cepa. Dormia como os antigos: “camisolão, barrete e terço” (GSV, p. 24). De palavra escassa, silencioso nos projetos, confiança em mão-dupla com os seus comandados. “andava por êste mundo com mão leal, não variava nunca, não fraquejava. ... só guardava memória de um amigo: Joca Ramiro ... tinha sido a admiração grave da vida dêle: Deus no Céu e Joca Ramiro na outra banda do Rio. Tudo o justo” (GSV, p. 30) Porém, nesse meio tempo, o cerzidor deita um pouco de pimenta na narração ao atribuir a existência de ciúme por parte de Medeiro Vaz: “... coração da gente – o escuro, escuros” (GSV, p. 30) Uma vez convencido, persigna-se e elimina numerosa gente, se necessário for. Aplicado, planejou nos mínimos detalhes a incursão no liso de sussuarão – “ a dentro, adiante, até o fim” (GSV, p. 30). Lamentavelmente, em excesso. O bando acaba por voltar estropiado – cavalos e jagunços. Um desmandamento. A administração sobeja não deixa espaço para animação, entusiasmo e auto-iniciativa. Ao morrer, ele procura os olhos de Riobaldo apontando-o como sucessor. Um tanto antes, depositou suas esperanças em Joca Ramiro “... único homem, par-de-frança, capaz de tomar conta dêste sertão nosso, mandando por lei, de sobregoverno” (GSV, p. 37).

Como vimos no julgamento, a detonação da velha ordem por Zé Bebelo se dá por inteira. Ela abrange tanto “os da terra”, quanto a “velha lei costumeira”; e, sobretudo, os meios utilizados: demiurgo, Joca Ramiro centraliza e gera um espaço na figura de uma roda quebrando a hierarquia consuetudinária. Quebra que, vencido, Zé Bebelo faz através de uma controvertida e exitosa passagem do uso d’armas para o combate verbal e espacial com Joca Ramiro; então, o vencedor. Onde e quando Zé Bebelo se igualará a Joca Ramiro, por breve que seja: iniciativas que mudam de um para outro, rápida e sucessivamente. Sentados no chão, a mensagem é clara: Joca Ramiro e Zé Bebelo instauram uma nova ordem jurídica – de iguais – garantidora de processos democráticos de atuação, como a de Riobaldo no advogo de Zé Bebelo. Politicamente aponta para a vitória contra a brutalidade e a aceitação de estranhos ao sertão. Se a primeira envolverá a guerra contra os bandos de Ricardão e Hermógenes, a segunda importará em novas medidas jurídicas.

Neste sentido, acompanhemos o nosso Cerzidor: “Com Zé Bebelo da minha mão direita, e Diadorim da minha banda esquerda...”. Ele “... ainda não era ainda” (GSV, p.296) A referência dele era Zé Bebelo, guerreiro e estrategista e o símbolo mor do jagunço: o cavalo imponentemente encilhado, pronto para pegar poeira. Todavia, para ele, “Viajar! – mas de outras maneiras: transportar o sim dêesses horizontes!...” (GSV, p. 296) Riobaldo via mais longe, imbuído de seu compromisso, mesmo que algumas vezes sentisse como encargo. Pelo jeito, nenhum dos dois dava conta deste real ainda não-realizado. Baldo, professor do sertão, nos leva a Baldo de Ubaldus, legista, que se defrontara com uma conjunção de elementos, em alguma medida, parecidos: um racha entre os sertanejos de um cenário medievalizado e os citadinos com os seus conhecimentos e meios de viver; ruptura insistentemente avalizada por chefes de jagunços sertanejos, dado os traços originais e únicos do sertão. E, por parte dos citadinos, objetos de desdém para uns e curiosidade e ensinamentos para outros.

O recurso político de naturalização dos rústicos e dos estrangeiros – a ficção jurídica – colocou um problema político para nós, doutor e leitores: como poderemos adquirir, de fato, a cidadania do sertão, naturalizar-mo-nos no sertão através de Riobaldo. A ele, como artista-legislador, cabe engendrar meios que nos coloquem como se fôssemos do sertão. O Cerzidor tornasse-nos possível outra vida “... menos ‘da lei’ que ‘da graça’; uma língua para homens muito objetivos, ou para poetas.” (ROSA, 1958, XXIV) Não é à toa que o seu nome estivesse proporcional à lei e a graça. E que a própria lei ganhasse uma flexibilidade inédita, através da ficção jurídica. De acordo com o que vimos, podemos elencar entre os itens:

1. “Na Roma antiga, onde toda a família precisava de um herdeiro, a falta de um era superada por meio da ficção jurídica de adoção”.
2. “A ficção é uma falsidade aceita como verdade em prol de uma reivindicação mais especial e justa do que a expressa na lei”.

Precisamos “[conhecer] a história, extrair de sua leitura o sentido, de sentir nela o sabor que tem” (Maquiavel, 2007, p. 6-7) . O doutor citadino chega à casa do velho fazendeiro, barranqueiro residente do sertão geralista de Minas e ex-chefe de jagunços, de modo a entabular um diálogo com ele, ainda que esquisito, para nós, leitores. Afinal de contas, não sabemos muito se nenhuma, ou se apenas poucas palavras se falam entre eles; o teor só chega a nós através de Riobaldo. Estranho encontro esse, realmente; porque a diferença entre o recém chegado citadino e o sertanejo; porque os poucos fios que ainda restam ligados entre ambas as culturas ensinam o silêncio desse homem sem nome – Doutor

- e a loquacidade de Riobaldo. Semelhante ao “golfo teórico dividindo os cidadãos nativos dos cives ex statuto de Florença”(Kirshner, 1974,p289) aqueles dois ainda encontraram uma forma breve, todavia marcante, de sentir, gerar via de comunicação e, até mesmo, de por fim a orgulhos: “Inveja minha pura [diz Riobaldo] é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração (GSV, p. 14). Mesmo que haja uma pitada de ironia nesta confissão, ela confirma a vitalidade deste encontro. Não é cabível o insistente posicionamento de afirmar a impossibilidade de uma troca entre aquelas culturas e, sobretudo, da assimilação de valores sertanejos, identificados como primordiais para a configuração do homem de virtú, E, muito menos, confundir a ação do artista legislador com uma possível *outorga* pela lei positiva. Estamos vendo o esvaziamento da inveja, um dos sete pecados capitais, através do diálogo *sui generis*. Ainda mais, a melhor resposta que o Doutor pode dar não é a interlocução imediata, mas o compromisso de anotar e transcrever, com a máxima intensidade e fidedignidade, a sabedoria e a fala daquele sertanejo, utilizando-se dos meios de linguagem adquiridos ao longo das histórias de várias civilizações, em seus vários períodos, principalmente naqueles de maior tensão. De acordo com Kirshner, “[...] processo de naturalização [...] um veículo de educação política e um rito de solidariedade cívica, que servia de ponte sobre a qual o recém-chegado e o nativo ficaram de pé, ainda que brevemente, como iguais” (Kirshner, 1974, p. 293).

A necessidade de herdar alguém cai primeiramente no Reinaldo, intimamente, Diadorim, um andrógino que traz, em si, a possibilidade da reunião do macho e fêmea, que se concebe como mulher e reconhece o seu estado desvalido: “Mulher é gente tão infeliz... e aceita o seu papel de regente: “como se fosse” um homem; sabendo-se como se fosse um herdeiro. Diadorim, admirador do pai, entrega-se ao desígnio do Pai; escrito em seu nome o tanto de amor quanto de dor, ela carregava consigo uma tristeza permanente, ocultada até sua morte. Herança que atendia à Razão do Estado patriarcal e patrimonialista de Joca Ramiro: driblar o costume agnático de atribuir ao filho a estadela. Segundo o cientista político,

“Se a chave para o bom governo está na posse da virtude, evidencia-se que somente deveremos nomear governantes e magistrados que a possuem em mais alto grau. A consequência radical dessa proposta é, obviamente, que não devemos nos contentar com a idéia de uma classe dirigente hereditária, baseada na linhagem e na riqueza; ao contrário, temos de procurar os membros mais virtuosos da sociedade, independente de sua classe, e garantir que eles, e somente eles, sejam nomeados chefes ou magistrados da república (SKINNER, 1996, p. 254).

Medeiro Vaz inaugurou estes lineamentos, ao romper com a ancestralidade e a posse de propriedades, que acompanharão Riobaldo até a batalha final; somente, então, ele saberá que recebeu as propriedades do finado pai, Selorico Mendes. Desvinculação fundamental para Riobaldo, durante a sua trajetória, que tinha o seu corpo como se fosse uma alavanca viva: “Uma coisa êle não tolerava, e era só: que alguém indagasse justo quanto era o dinheiro que êle tinha. Com isso eu nunca somei, não sou especula. Eu vivia com o meu bom corpo. Alguém há de achar algum regime melhor?” (GSV, p. 95). Apesar das dúvidas do filho de Bigri, o seu corpo lhe garante uma confiança provinda de sua mãe na infância; e Diadorim, a partir da adolescência. A despeito disso, Riobaldo enfrenta problemas com seu pai e sofre ódio de Gramacedo, possível amante de sua mãe. Enfrentamento que exige de Urutú-Branco a superação do ódio, um dos sete pecados capitais.

Todavia, como já vimos, o Cerzidor ainda defrontará com o mais maligno entre os sete pecados capitais, a tristeza, que atinge tanto Riobaldo como Diadorim, embora diferentemente. Se, ao longo de sua trajetória, o Cerzidor passa a corrigir a sua preguiça, como usualmente é conhecido o sétimo pecado capital, o melancólico Riobaldo não consegue o mesmo com a acídia, um sentimento de compreensão mais sofisticado ou, de modo mais adequado, sutil. Sutileza proporcionada pela conjunção da ausência de Deus, da Energia kí, Prana ou algo semelhante com o perene “mal estar da civilização”, assim denominado por Freud. Riobaldo, então barranqueiro, se autodenomina de “menino tristonho”. A superação deste estado não se apresenta, no romance, de modo moralista. Riobaldo utiliza de recursos estilísticos de forma a conseguir a alegria em pleno ato, inesquecivelmente:

[...] “... lindo!’ Era o manuelzinho-da-crôa, sempre em casal, indo por cima da areia lisa; êles altas perninhas vermelhas, esteiadas muito atrás traseiras, desempinadinhos, peitudos, escrupulosos catando suas coisinhas para comer alimentação. Machozinho e fêmea – às vezes davam beijos de biquin-quin – a galinholagem deles” (GSV, p. 111-112).

Ou ainda, o comentário de Diadorim diante da chegada de Joca Ramiro, seu Pai: “Vi um sol de alegria tanta, nos olhos de Diadorim...” (GSV, p. 189). Ou da maneira que Riobaldo combina a alegria e a tristeza:

“Assisado, me enrolei bem no cobertor; mas não adormeci. Eu tinha dó de Diadorim, eu ia com meu pensamento para Otacília. Me balanceei assim, adiantado na noite, em tanto gaio, em tanto piono, com tôdas as novas dúvidas e idéias, e esperanças, no claro de uma espertina. Com muito me levantei. Saí. Tomei a altura

do sete-estrelô. Mas a lua subia estada abençoando redondo o friinho de maio” (GSV, p. 151)

A alegria conforma o estado de Riobaldo mesmo nos momentos mais difíceis; esta superação constitui uma das etapas da naturalização como pudemos ver no episódio do pacto - a reversibilidade do limite: não mais como impedimento, mas a conformação de si mesmo, o reconhecimento de suas condições; enfim, a auto-confiança como propulsão. Recurso que o artista-legislador passará a avaliar e a utilizar de modo reversível, proporcional e focalizadamente em sua governança. A confiança na transformação: “... A coisa mais bonita, mais bela que existe no mundo relativo é o processo metamorfofísico, transformação do mais feio no mais belo. Isso é que é bonito! Querem confirmar? Quanto mais bonita a borboleta, mais feia é a lagarta (Kikuchi, 1985, contracapa)

Antes de abordarmos a liderança de Riobaldo, precisamos focalizar Joca Ramiro. Suzi Sperber, em seu artigo *Mandala, mandorla: figuração da positividade e esperança* (2006, p. 97) examina a utilização de palavra nonada, mormente por Santa Teresa de Jesus que a emprega inúmeras vezes (Sperber, 2006, p.99) Ao tratar de “las moradas, el castillo, plenas de moradas, mas que “en el centro y mitad de todas éstas tiene la más principal , que es adonde pasan las cosas de mucho secreto entre Dios y el alma.” E diz Suzi “ assumindo-se Grande Sertão como grande castelo, as cenas podem ser entendidas como moradas. Com um centro – em que ‘acontecem as coisas de muito segredo entre Deus e a alma.’ (Sperber, 2006, p. 99). Por sua vez, como vimos<sup>123</sup>, Myron Davis encontrou no nome Joca Ramiro, “olhar através do castelo”; e, ainda mais, ele refere-se a alto e baixo; o governante e o governado; o governo e o povo. Parece-nos que assim podemos nos aproximar do entendimento da expressão “um imperador em três alturas” (GSV, p. 138): ela abarca a Terra, o Homem e o Céu. (Davis, 1976, p. 417) Tal soberania permitiu a Joca Ramiro instaurar o julgamento, a conduzi-lo e, inclusive, a aceitar que os simples jagunços pudessem expressar a sua voz. Joca Ramiro, “diverso e reinante”... não participa do mesmo estatuto dos jagunços, do sertão” (Sperber, 2006, p.100): ele “... também igualmente saía por justiça e alta política, mas só em favor de amigos perseguidos; e sempre conservava seus bons haveres (GSV, p.37).

Por fim, chegamos a Riobaldo. Acabou por aprender com Diadorim que não carece de medo e difere de todos. O Urutú-Branco também não tem a sisudez nem a aplicação detalhista do tenente dos gerais, Medeiro Vaz, a quem tinha em alta conta. Se o nome se recebe, este conseguiu sintetizar a nova forma de relacionar o instinto e o direito, transformando-os a

---

<sup>123</sup> Ver página 71.



ponto de declarar no final do livro que “O Rio de São Francisco – que de tão grande se comparece – parece é um pau grosso, em pé, enorme”. Não se precisa de vigas e mastros.

Os seus apelidos - O Baldo, o Professor e Secretário de Zé Bebelo. Cerzidor. Tatarana, Urutú Branco e Urutú-Branco constituem as etapas de aprendizagem, as suas diversas abordagens. O artista-legista consegue responder às demandas de seu tempo e espaço. O Baldo, sufixo e indicador da lei, branda e flexível, que consegue encontrar os caminhos de naturalização, respeitando a origem e unindo os de fora. Com isso, o artista-legislador impediu que:

“Os próprios estatutos que estendem os privilégios de cidadania original aos estrangeiros, [...] ampliassem o abismo entre os nativos e os recém-chegados por meio da utilização de matrizes verbais que denotavam ficção legal e suposição...” eliminando a nobre ancestralidade, a propriedade e a herança ao utilizar-se de critérios da negação não privativa da igualdade;  
[que utilizassem]

“...As expressões “as if” [“como se”] e “as though” [“como se”] (*quasi, tamquam, velut and ac si*), [e perpetuassem] a legislação civiparous, [e] anuncia[ssem] que o privilégio civilitatis era análogo, mas não o mesmo que o da cidadania original.

Similarmente, os juristas construíram as expressões comuns ‘*habeatur pro cive*’ [mantida como civil] e ‘*intelligatur ut cives*’ [compreendida como civil], que eram enfaticamente escritas no subjuntivo, como uma indicação de ficção legal e, assim, de cidadania original hipotética.” (Kirshner, 1974, 309-310)

Importa ressaltar que esta marca do subjuntivo, reversivamente, aponta para o contrário da hostilidade da sociedade intolerante aos recém chegados, aqueles que, dominados pelo encanto ficcional, preferem desconsiderar a lei, incapaz de trazer para nós, leitores, a possibilidade de efetivar o que nos foi transmitido pela obra literária. Por isso, o “como se” indica a possibilidade de transformação. Ele suscita o esforço para penetrarmos no romance, ao contrário da “lógica” capitalista de poupança de nossos esforços mobilizados sensivelmente, por todo o nosso corpo.

A conquista da cidadania é considerada “um trabalho manual do legislador-artista”; como argumenta Baldus: “Ele é um verdadeiro cidadão, não por natureza mas pela lei humana, porque a cidadania é algo exequível (factível), e não só surge por meio do nascimento, mas é também efetuada.” E diz ainda: “A cidadania”, apontou Baldus, “não foi dada gratuitamente, mas como uma recompensa por notável mérito. Por isso, os livros mais exigentes, são os que mais nos atraem” (Kirshner, 1974, p. 314-15).

## REFERÊNCIAS

### GUIMARÃES ROSA

ROSA, João Guimarães. *Corpo de Baile*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

\_\_\_\_\_. O Grande Samba Disperso. In: *Ave Palavra*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978

\_\_\_\_\_. *Ave, Palavra*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970.

\_\_\_\_\_. *Corpo de Baile. Manuelzão e Miguilim*. 8 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977.

\_\_\_\_\_. *Corpo de Baile. Noites do Sertão*. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969. [NS]

\_\_\_\_\_. *Corpo de Baile. No Urubuquaquá, No Pinhém*. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. *Correspondência com seu tradutor italian*. Tradutor Edoardo Bizzarri. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1980. (Biblioteca de Letras e Ciências Humanas; sér. 1.: Estudos brasileiros; vol. 2) [Correspondência]

\_\_\_\_\_. *Estas Estórias*. Nota introdutória por Paulo Rónai. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro. 8 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972.

\_\_\_\_\_. Prefácio à *Antologia do Conto Húngaro*. Pequena Palavra. Seleção, Tradução, Introdução e notas de Paulo Rónai. Revisão de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1958.

\_\_\_\_\_. *Primeiras Estórias*. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora José Olympio, 1972.

\_\_\_\_\_. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

\_\_\_\_\_. *Tutaméia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969. ]

\_\_\_\_\_. Duas Cartas. In: *Cavalo Azul 3*. São Paulo: Edição de Dora Marianna, 1968.

**MISCELÂNEA**

CANDIDO, Antonio (prefácio). In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* São Paulo: Difel, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. Orelha do livro In: STARLING, Heloísa. *Lembranças do Brasil*. Teoria, Política, História e Ficção em GSV. Rio de Janeiro: Revan, Iuperj, 1999.

EM MEMÓRIA DE JOÃO GUIMARÃES ROSA. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

*Guimarães Rosa em Guarda contra as emoções e a expansivida*”. Cópia dos cadernos de nota do autor possuída por Henriqueta Lisboa, veiculada por Gutemberg da Mota e Silva, *Jornal do Brasil*, 22/09/1979.

ROSA, João Guimarães. Em entrevista a Arnaldo Saraiva. *A última Entrevista de Guimarães Rosa*. Disponível em <http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/a-ultima-entrevista-de-guimaraes-rosa>

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Heloísa Vilhena de. *O Roteiro de Deus*. São Paulo: Mandarim, 1996.
- ARISTÓTELES. *Ética A Nicômaco*. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ARISTÓTELES. *Aristóteles*. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1999.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.
- ARROYO, Leonardo. *A Cultura Popular em Grande Sertão: Veredas: filiações e sobrevivências tradicionais, algumas vezes eruditas*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1984. (Coleção Documentos Brasileiros; vol. nº 195)
- ATHAYDE, Felix. *Idéias fixas de João Cabral de Melo Neto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: FBN; Mogi das Cruzes, SP: Universidade de Mogi das Cruzes, 1998.
- BEZERRA, Marily; Heideman, Dieter. *Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta*. São Paulo: USP/IEB (set.-dez), 2006. Estudos Avançados 58.
- BARBOSA, Alaor. *Sinfonia Minas Gerais: A Vida e a Literatura de João Guimarães Rosa*. Editora LGE, Brasília.
- BOLLE, Willi. *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Ed. Duas Cidades; Ed. 34, 2004.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix Ltda., 1975.
- BRASIL, Assis. *Guimarães Rosa; ensaio*. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1969.
- BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CAMPOS, Augusto. Um lance de Dês do Grande Sertão. Seleção de Textos. In: Coutinho, Eduardo F. (Org.). *Coleção Fortuna Crítica nº 6*. 2 ed. Direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. 1991.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, Livraria Duas Cidade, 1971.
- \_\_\_\_\_. O homem dos avessos. Seleção de Textos. In: Coutinho, Eduardo F (Org.). *Coleção Fortuna Crítica nº 6*. 2 ed. Direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1991.
- \_\_\_\_\_. Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: *Vários Escritos*. 4 ed. Duas Cidades/Ouro sobre Azul: São Paulo/Rio de Janeiro, 2004.
- CÂNDIDO, Antônio et al. *A Personagem de Ficção*. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

CANNING, Joseph. *A History of Medieval Political Thought 300-1450*. London and New York: Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. *The Political Thought of Baldus de Ubaldis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 119-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2 ed., 2001.

CASTRO, Nei Leandro de. *Universo e vocabulário do Grande Sertão*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1970.

CASTRO, Manuel Antônio de. *O Homem Provisório no Grande Ser-tão*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

CLEURY, Thomas. *The Tao of Polittics: Lessons of the Masters of Huaminan*. Boston & London: Shambhala, 1990.

COELHO, Nelly Novaes. “Guimarães Rosa: Um Novo Demiurgo.” In: COELHO, Nelly Novaes e VERSIANI, Ivana. *Guimarães Rosa: dois estudos*. São Paulo: Quiron, Brasília: INL, 1975.

\_\_\_\_\_. Guimarães Rosa e o Homo Ludens. In: Coutinho, Eduardo F. (Org.). *Guimarães Rosa*. Coleção Fortuna Crítica nº 6. Direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

COUTINHO, Eduardo F, Org. *Guimarães Rosa*. Seleção de Textos. *Coleção Fortuna Crítica nº 6*. 2 ed. Direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Tradução Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1996.

DANIEL, Mary L. *João Guimarães Rosa*. Travessia Literária. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

DAVIS, William Myron. Indo-Iranian Mythology in Grande Sertão: Veredas. *Luso-Brazilian Review*. v. 17, n. 1, Summer, 1980.

\_\_\_\_\_. Japanese Elements in Grande Sertão: Veredas. *Romance Philology*, Vol. XXIX, No 4, May, 1976.

EINSENSTEIN, Serguei. *Reflexões de um Cineasta*. Tradução de Gustavo A. Doria. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

FERREIRA, Hygia Therezinha Calmon Ferreira. *João Guimarães Rosa: As Sete Sereias de Longe*. Tese (Doutorado em Letras) - São José do Rio Preto: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (Unesp), 1991.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e Mocambos*. Decadência do Patriarcado Rural e desenvolvimento urbano. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

GALVÃO, Walnice N. *As Formas do Falso*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. *Milógica Roseana*. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio; 37)

\_\_\_\_\_. *A Donzela Guerreira*. Um Estudo de Gênero. São Paulo: Editora SENAC-São Paulo, 1998.

GARBUGLIO, José Carlos. *O Mundo Movente de Guimarães Rosa*. São Paulo: Ática, 1972.

GINZBURG, Carlo: Sinais – Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais*. Morfologia e História. Carlo Ginzburg. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOFF, Jacques Le. *La Baja Edad Media*. Historia Universal. Mexico: Siglo Veintiuno, 1971. (Indicação)

GRANET, M.A *Civilização Chinesa*, Vol II. Grandes Civilizações Desaparecidas. Rio de Janeiro: Editions Ferni.

\_\_\_\_\_. *O Pensamento Chinês*. Tradução Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

GUELFÍ, Maria Lucia Fernandes. O Menino em *Primeiras Estórias*. *Gláuks*, Revista de Letras e Artes/ Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Letras e Artes. v. 1. (jul/dez. 1996). Viçosa. UFV, DLA, 1996.

HALL, David; L. AMES; ROGER T. *Thinking from the Han. Self, Truth, and Transcendence in Chinese and Western Culture*. Albany: State University of New York Press, 1998.

HEXTER, JH. The Loom of Language and the Fabric of Imperatives: The case of *Il Principe and Utopia*. In: *The Vision of Politics on the Eve of the Reformation*. New York: Basic Books Inc., Publishers, 1973.

HOROWITZ, Irving Louis. *Edited by Power, Politics & People: The Collected Essays of C. Wright Mills*. London/Oxford/New York: Oxford University Press, s/d.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Indicação)

KIRSHNER, Julius, *Ars Imitatur Naturam: a consilium of baldus on naturalization in florence*”, in Viator. Medieval and Renaissance Studies. v. 5, 1974. Center for Medieval and

Renaissances Studies. University of California. University of California Press. Berkely, Los Angeles, London.

LAMOUNIER, Bolívar Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira III. O Brasil Republicano 1 Estrutura de Poder e Economia. (1889-1930), (período republicano)* Difusão Editorial S. A. RJ-SP: 1977.

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Machiavel: Florença e Roma*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAUAND, Jean. *O Pecado Capital da Acídia na Análise de Tomas de Aquino*.

[www.hottopos.com/videtor28/ljacidia.htm](http://www.hottopos.com/videtor28/ljacidia.htm), 2006.

LEITE, Ascendino. “*Ascendino Leite entrevista Guimarães Rosa*”. (Org.). Dijck Lima, Sônia Maria van. João Pessoa: Ed Universitária, 1997.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O Foco Narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)*. São Paulo: 7 ed. Editora Ática. 1994.

LIMA, Sandra Mara Moraes. *Uma Voz Espírita em GRANDE SERTÃO: VEREDAS*. São Paulo, Annablume, 2008. (Indicação)

LIMA, Nísia. Trindade. *Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan- IUPERJ, UCAM, 1999.

LOPES, Marcos Antonio. *Voltaire Político: espelho para príncipes de um novo tempo*. São Paulo Editora UNESP, 2004.

LISBOA, Henriqueta. O motivo infantil na obra de Guimarães Rosa. In: Coutinho, Eduardo F, (Org.). *Guimarães Rosa. Coleção Fortuna Crítica nº 6. 2 ed. Direção de Afrânio* Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1991.

LORENZ, Günter. Diálogo de Günter Lorenz com Guimarães Rosa. In: Coutinho, Eduardo F, (Org.). *Guimarães Rosa. Coleção Fortuna Crítica nº 6. 2 ed. Direção de Afrânio* Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1991.

MACHADO, Ana Maria. *O Recado do Nome. Leitura de Guimarães Rosa à Luz do Nome de Seus Personagens*. RJ: Imago Editora. 1976.

MAQUIAVEL. *O Príncipe. Escritos Políticos*. Pensadores. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1973.

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin classics, Cia das Letras, 2010.

MARTINS, Heitor. *Do Barroco a Guimarães Rosa..* Belo Horizonte: Ed Itatiaia; Brasília: INL, 1983

MARTINS, Nilce Sant'anna. O Léxico de Guimarães Rosa. Assistente Evair Dias. revisão geral Diva Gomes. Diva Gomes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MARTINS, Saul. Antônio D . *O Jagunço Mais Famoso do Sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967.

MARTINS, Wilson. Guimarães Rosa na sala de aula. In: Daniel, Mary L. *João Guimarães Rosa: Travessia Literária*. Rio de Janeiro: José Olimpio. 1968.

MATA-MACHADO, Bernardo. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais*. 1690 – 1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)* São Paulo: Difel. 1974, 1979.

MONTEIRO DE CASTRO, Antônio Carlos. *O Trem do Sertão*. As Primeiras Estórias de Guimarães Rosa e a Sabedoria Chinesa. (Disserta o de mestrado). Campinas: Unicamp: IEL, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Nega o Não-Privativa Como Fonte da Graça em Primeiras Estórias*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL GUIMARÃES ROSA (1998: Belo Horizonte) Veredas de Rosa. Belo Horizonte: PUC Minas, CESPUC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nonada: Ponto de Partida e de Chegada*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL GUIMARÃES ROSA (2001: Belo Horizonte) Veredas de Rosa II Organiza o L lia Parreira Duarte... [et al.] Belo Horizonte: PUC Minas, CESPUC, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Tao\* do Sertão*. Seminário Internacional Guimarães Rosa (3.2004: Belo Horizonte) Veredas de Rosa II/organiza o L lia Parreira Duarte... [et al.] – Belo Horizonte: PUC Minas, CESPUC, 2007. \*Título correto: O Tal do Sertão.

MORAES LEITE, Chiappini Ligia. *O Foco Narrativo*. (ou a pol mica em torno da ilusão) 7 ed. São Paulo: Editora  tica, 1994.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representa o do brasileiro (1870/1920)*. São Paulo: Anablume, 1998.

NUNES, Benedito. O Amor na Obra de Guimarães Rosa. *Guimarães Rosa*. In: Coutinho, Eduardo F, Org. - Cole o Fortuna Crítica n  6. 2 ed. Dire o de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro. Editora Civiliza o Brasileira. 1991.

NUNES, Edson. *A política   meia luz:  tica, retórica e a o no pensamento de Maquiavel*. São Paulo: EDUC, 2008.

OLIVEIRA, Franklin. Revolu o Roseana. *Guimarães Rosa*. In: Coutinho, Eduardo F, Org. - Cole o Fortuna Crítica n  6. 2 ed. Dire o de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro. Editora Civiliza o Brasileira. 1991.



OLIVEIRA VIANNA, F J Instituições Políticas Brasileiras. Vols I/II. Coordenação da Fundação Oliveira Vianna. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Record, 1974.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. 8 ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1965.

READ, Herbert: *Arte e Alienação*. O papel do artista na sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

RESENDE, Vania Maria. A Trajetória do Menino nas Estórias de Guimarães Rosa. In *O Menino na Literatura Brasileira*. São Paulo Editora: Perspectiva, 1988.

ROMANO, Ruggiero; TENENTI, Alberto. *Los Fundamentos Del Mundo Moderno*. Edad Media Tardia, Renacimiento, Reforma. Historia Universal. Mexico: Siglo Veintiuno, 1971.

RÓNAI, Paulo. Vastos Espaços. In: Rosa, João Guimarães. *Primeiras Estórias*. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora José Olympio. 1972.

RONCARI, Luiz. *O Brasil de Rosa*. O Amor e o Poder. São Paulo: Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. O Cão do Sertão. *Literatura e Engajamento: ensaios sobre João Guimarães Rosa, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Editora Unesp. 2007.

ROSENFELD, Kathrin H. *Os Descaminhos do Demo: Tradição e Ruptura em Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Imago Editora; São Paulo: Edusp, 1993. (Biblioteca Pierre Menard).

\_\_\_\_\_. *João G. Rosa*. O Mestre do Amálgama Lírico-Narrativo. Nonada, Ano 1, Ago/Dez, 1997. Faculdade Ritter dos Reis, Porto Alegre.

SANTOS, Paulo de Tarso. *O Dialogo no Grande Sertão, Veredas: Guimarães Rosa e Riobaldo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHWARZ, Roberto. Grande Sertão: Estudos. In: Coutinho, Eduardo F, (Org.). Guimarães Rosa. Coleção Fortuna Crítica nº 6. 2 ed. Direção de Afrânio Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1991.

SCHWARTZMAN, Simon. *A Redescoberta da Cultura*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1997. (Ensaio de Cultura, p. 10).

SEIGEL, Jerrold E. *Rhetoric and Philosophy in Renaissance Humanism*. The Union of Eloquence and Wisdom. Petrarch to Valla. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1968.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Liberdade Antes do Liberalismo*. Tradução Raul Fiker. São Paulo, Editora Unesp. Cambridge University Press, 1999.

SPERBER, Suzi Frankl. *Caos e Cosmos*. Leituras de Guimarães Rosa. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

\_\_\_\_\_. O Narrador, O Espelho e O Centro em Grande Sertão: Veredas. In: *Glúks, Revista de Letras e Artes/Universidade Federal de Viçosa*. Departamento de Letras e Artes. – Vol.1, nº 1 (julho/dez. 1996). Viçosa, UFV, 1996.

\_\_\_\_\_. *Guimarães Rosa: Signo e Sentimento*. São Paulo, Ática, 1982.

\_\_\_\_\_. A busca da liberdade e as regras de direito em Grande Sertão: Veredas. In: *Revista Scripta*. Literatura. Edição especial do II SEMINÁRIO INTERNACIONAL GUIMARÃES ROSA – Rotas e roteiros. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do CESPUC. V. 5, nº 10. Belo Horizonte: CESPUC-Ed. PUC Minas, 1º sem. 2002, p. 334-342.

\_\_\_\_\_. Mandala, mandorla: figuração da positividade e esperança in *Estudos Avançados 58/Universidade de São Paulo*. Instituto de Estudos Avançados. Vol.1,n.1 (1987) – São Paulo:IEA,1987.

STARLING, Heloísa. *Lembranças do Brasil*. Teoria, Política, História e Ficção em GSV. Rio de Janeiro: Revan, Iuperj, 1999.

ULLMAN, Walter. *Medieval Political Thought*. Peregrine Books. Penguin Books. Harmondsworth, Middlessex, England. 1975.

UTEZA, Francis. *Metafísica do Grande Sertão*. Tradução de José Carlos Garbuglio. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

VALENTE, Luis Fernando. *Mundivivências: leituras comparativas de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

Veredas de Rosa. Belo Horizonte. Puc-Minas, Cespuc, 2000. 768p. SEMINÁRIO INTERNACIONAL GUIMARÃES ROSA(1998: Belo Horizonte)

Veredas de Rosa. II. Organização Lélia Parreira Duarte. Belo Horizonte, Puc-Minas. Cespuc. 2003.872 p. SEMINÁRIO INTERNACIONAL GUIMARÃES ROSA (2001: Belo Horizonte)

Veredas de Rosa. III. Organização Lélia Parreira Duarte. Belo Horizonte, Puc-Minas. Cespuc. 2007.800 p. SEMINÁRIO INTERNACIONAL GUIMARÃES ROSA (2004: Belo Horizonte)

VICENTE GUIMARÃES, Joãozito. a infância de Guimarães Rosa. 2 ed. Panda Books, 2006.

VIANNA, Luiz Werneck em palestra no XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 26-29 de Julho de 2011, UFPR, Curitiba, PR.

WALEY, Arthur. *The Way and Its Power: The TaoTê Ching and its place in Chinese thought*. London, Sydney: Unwin Paprebacks, 1987

WARD, Teresinha Souto. *O Discurso Oral em Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Duas Cidades; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

WENZEL, Siegfried. *Elucidations. Medieval Poetry and its Religions Backgrounds*. Louvain-Paris: Walpole, MA: Synthema 6, 2010.

WILHELM, Richard. *A Sabedoria do I Ching*. Tradução Alayde Mutzenbecher. São Paulo: Editora Pensamento, 1993.

\_\_\_\_\_. *Tao-te King "Texto e comentário"*. Tradução Margit Martincic. São Paulo: Editora Pensamento, 1987.

\_\_\_\_\_. *I Ching, O livro das mutações*. São Paulo. Editora Pensamento. Tradução Alayde Mutsenbecher e Gustavo Alberto Correa Pinto, 1989.

\_\_\_\_\_. *O Segredo da Flor de Ouro: um livro de vida chinês*. Petropolis: Vozes, 1986.